

GIOVANNA LIZ OLIVEIRA MANTOVANI

**VIDAS PASSÍVEIS DE LUTA: MULHERES
RESISTINDO AO FEMINICÍDIO**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2022

GIOVANNA LIZ OLIVEIRA MANTOVANI

**VIDAS PASSÍVEIS DE LUTA: MULHERES
RESISTINDO AO FEMINICÍDIO**

Relatório de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação – Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2022

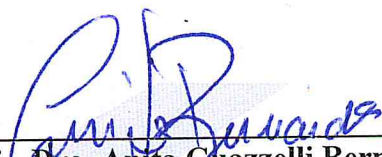


UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Inspira o futuro

A tese apresentada por **GIOVANNA LIZ OLIVEIRA MANTOVANI**, intitulada “**VIDAS PASSÍVEIS DE LUTA: MULHERES RESISTINDO AO FEMINICÍDIO.**”, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi aprovada.

A presente defesa foi realizada no formato híbrido. Eu **Anita Guazzelli Bernardes**, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes
Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
Profa. Dra. Liliana Parra-Valencia
Profa. Dra. Erika Cecilia Soares Oliveira
Profa. Dra. Simone Maria Huning

Campo Grande - MS, 16 de dezembro de 2022.

gu

A todas àquelas que lutam por uma vida livre e sem medo.

AGRADECIMENTOS

À vida e a oportunidade de estar presente aqui e agora.

À minha família - pai, mãe, irmão e afilhados, pelo apoio e incentivo de sempre. Ao Fer, meu namorado, pelo companheirismo, carinho e cuidado. Ao Sid e a Tuca, parceiros de inúmeras horas de estudo. Amo todos vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento deste doutoramento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Mestrado e Doutorado. Principalmente aos professores, por contribuir para o meu processo de crescimento profissional e intelectual.

Aos colegas do doutorado, turma 2019.1, em especial Vanilson e Alessandra.

Ao grupo do Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade, pelas trocas. Especialmente agradeço à Júlia, Bruna, Camilla, Gabi, Carla e Gabriel.

À todas as vozes presentes aqui. Nosso encontro permitiu uma mudança no meu modo de ser e habitar o mundo.

Às Professoras Érika Cecília Soares Oliveira, Simone Maria Huning e Luciane Pinho de Almeida, que gentilmente participaram da banca de qualificação e defesa desta tese. Obrigada por me ensinarem tanto. Suas considerações e sugestões contribuíram muito com este trabalho.

À Professora Liliana Parra-Valencia, minha coorientadora, agradeço pelo carinho e olhar afetuoso.

Por fim, e em especial, minha gratidão à minha orientadora, Anita Guazzelli Bernardes, que ao longo dessa caminhada se mostrou sempre disposta a ouvir, ensinar, ajudar e compartilhar, com gentileza e cuidado. Você é inspiração! Obrigada, Professora.

RESUMO

MANTOVANI, G. L. O. (2022). *Vidas passíveis de luta: mulheres resistindo ao feminicídio*. 108 f. (Tese de Doutorado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS.

O presente relatório de pesquisa tem como temática o(s) feminicídio(s) e as práticas de resistência de mulheres perante uma política de extermínio das vidas. O assassinato de mulheres nos diz de quem são esses corpos - constituídos por gênero, raça, classe, entre outros - e nos aponta que a presença de certos marcadores sociais da desigualdade expõe determinadas vidas a maiores condições de precariedade e vulnerabilidade, tornando-as não passíveis de luto. Nota-se que, apesar dos feminicídios, há movimentos de denúncia, luta e enfrentamento realizado por movimentos sociais e feministas contra as práticas de violência e morte. Da mesma forma, essa resistência é feita por mulheres no cotidiano, na micropolítica, porém ocupa uma zona de opacidade. Logo, torna-se fundamental escutar esses enfrentamentos, uma vez que nos ajudam a pensar de forma diferente o modo de ser e estar no mundo. Esse procedimento teórico e metodológico de pesquisa parte de uma perspectiva do pensamento feminista, sobretudo negro e contra-colonial. Isso posto, formulo a seguinte questão de pesquisa: Frente ao feminicídio, de que modo se organizam as microlutas pela vida? Dentre uma infinidade de lutas, o slam. Pois trata-se de uma prática de resistência, constituído por maioria jovem, negra, periférica. O slam enquanto aposta em uma política de pesquisa que se dá pela reunião de diferentes corpos, da multiplicação das inúmeras vozes a serem ouvidas. O Slam também se apresenta como modo de produção de conhecimento, teoria e prática que nos ensina não apenas sobre o combate a violência, mas contra a precarização da vida de um modo geral.

Palavras-chave: feminicídio; feminismo; resistência; violência contra as mulheres; vidas passíveis de luta.

ABSTRACT

This research report has as its theme the feminicide(s) and the practices of resistance of women before a politics of extermination of lives. The murder of women tells us whose bodies these bodies are - consisting of gender, race, class, among others - and points out that the presence of certain social markers of inequality exposes certain lives to larger conditions of precariousness and vulnerability, making them not be able to mourn. It is noted that, despite feminicides, there are movements of denunciation, struggle and confrontation carried out by social and feminist movements against the practices of violence and death. Similarly, this resistance is made by women in everyday life, in micropolitics, but occupies an opacity zone. Therefore, it is essential to listen to these confrontations, since they help us to think differently about the way of being and being in the world. This theoretical and methodological procedure of research is based on a perspective of feminist thought, especially black and against-colonial. That said, I formulate the following research question: In the face of feminicide, how are micro struggles organized for life? Among a multitude of fights, the slam. For it is a practice of resistance, consisting of a young, black, peripheral majority. The slam while betting on a policy of research that takes place by the gathering of different bodies, of the multiplication of the countless voices to be heard. Slam also presents itself as a way of producing knowledge, theory and practice that teaches us not only about combating violence, but against the precariousization of life in general.

Keywords: feminicide; feminism; resistance; violence against women; lives that can be fought.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1 CONVERSA COM CAROLINA.....	13
2 NÃO VÃO NOS MATAR AGORA	40
3 SLAM: POESIA E RESISTÊNCIA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de pesquisa está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, linha de pesquisa: Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais. Este relatório pensa a produção de modos de subjetivação que se dá diante da articulação entre as políticas sociais, públicas e práticas culturais que constituem o fenômeno da violência contra as mulheres como uma temática que compõe o campo da saúde ampliada. Também faz parte do Laboratório de Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade, cuja proposta é realizar uma ontologia do presente ao pensar de forma situada o que nos tornamos e o que estamos em vias de deixar de ser, a partir da análise de aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos da nossa sociedade.

A pesquisa tem como temática o(s) feminicídio(s) e as práticas de resistência de mulheres perante uma política vigente de extermínio das vidas. Desde 2015, ano em que a Lei do Feminicídio foi sancionada no Brasil, assistimos a uma proliferação de discursos heterogêneos sobre o assassinato de mulheres e estatísticas que nos dizem de quem são esses corpos, constituídos de gênero, raça, classe, etnia, faixa etária, orientação sexual, entre outros. Ainda foi possível identificar a coexistência de certos elementos que compõem a temática de pesquisa, a saber: as políticas públicas de enfrentamento à violência, os movimentos sociais de mulheres e as práticas de resistência macro e micropolíticas. Ante o exposto, nota-se que, embora exista uma política de extermínio de mulheres, há movimentos de denúncia, luta e enfrentamento realizados por movimentos sociais e feministas contra as práticas de violência e morte. Essa resistência é feita também de forma cotidiana, porém ocupa uma zona de opacidade. Logo, torna-se fundamental escutar esses enfrentamentos, uma vez que nos ajudam a pensar de forma diferente o modo de ser e estar no mundo. Isso posto, faço a seguinte questão de pesquisa: Frente ao feminicídio, de que modo se organizam as microlutas pela vida?

Para seguir o cortejo dessas microlutas, penso a partir do lugar desde onde falo – mulher, branca, de classe média, e cruzo minha experiência com a de outras mulheres ao escutá-las. Escutar outros corpos-vozes, como de Carolina Maria de Jesus, é um procedimento metodológico de pesquisa que parte de uma perspectiva do pensamento feminista, sobretudo negro e contra-colonial, que ao operar com a interseccionalidade, nos aponta que a presença de certos marcadores sociais da desigualdade expõem determinadas vidas a maiores ou menores condições de precariedade e vulnerabilidade, tornando-as não passíveis de luto.

O relatório que segue está estruturado em três capítulos, mais as considerações finais. Utiliza-se, como ferramenta teórica e metodológica, do feminismo. Angela Davis diz que para

operar com o feminismo se faz necessário articular teoria e prática feminista com as nossas trajetórias de vida, seguindo uma política cujo propósito é produzir coisas novas, e não reafirmar aquilo que já sabemos. A metodologia feminista pode ser utilizada como ferramenta não só por pessoas vinculadas à academia ou que desenvolvem pesquisas, como também por aquelas dedicadas aos movimentos e ativismos sociais, visto que a proposta é operar com métodos de ação e pensamento para realizar investigações que ampliem práticas libertárias e epistemologias existentes (Davis, 2018). Para isso, conversei com diferentes corpos e vozes, apresentei fragmentos de minha história de vida e observei como acontecem algumas práticas de resistência.

Inicialmente, no primeiro capítulo – Conversa com Carolina, relato uma conversa que tive com Carolina Maria de Jesus durante um sonho. Nessa conversa, peço licença para perguntar-lhe sobre sua experiência de vida e aprendo ao escutá-la sobre os mais variados assuntos, como a violência, a miséria, o racismo e a escrita. Há trechos de nossa conversa em que performo falas de Carolina, estes se encontram entre aspas, e outros são citações de sua obra *Quarto de despejo*, propriamente referenciadas. Depois, observo de que modo o feminicídio emerge como um problema social em nossa sociedade ao identificar o plano de dispersão da temática, constituído pelas condições que deram possibilidade para se pensar os assassinatos de mulheres como crime específico; discussões sobre o movimento de elaboração de uma legislação própria para classificar os assassinatos de mulheres e as estatísticas sobre o feminicídio. Convido outras mulheres para conversar conosco e juntas pensamos a interseccionalidade e sua relação com a violência contra as mulheres, atravessada pelo machismo, racismo, colonialidade, e outras estruturas que operam enquanto vetores de poder e diferenciação. Além disso, falo sobre algumas políticas públicas sociais voltadas ao enfrentamento da violência e do feminicídio.

Em seguida, no segundo capítulo – Não Vão Nos Matar Agora, apresento fragmentos de algumas manifestações que aconteceram nos últimos anos no Brasil e em outros países da América Latina, como o Dia Internacional Das Mulheres, 8 de março, e o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, 25 de novembro. O propósito para tal é mencionar que, embora inúmeros feminicídios aconteçam diariamente, as manifestações são atos de resistência a uma política de extermínio da vida das mulheres. Ainda se considera que, apesar das mobilizações girarem em torno de pautas comuns dos movimentos feministas, como o fim da violência contra a mulher, equidade de gênero, implementação de políticas públicas, direitos reprodutivos, igualdade salarial, entre outras, cada manifestação apresenta demandas específicas, questões situadas em seu tempo/espaço, próprias de seu território.

Posteriormente, digo da minha experiência em um encontro que aconteceu em fevereiro de 2020, no qual algumas mulheres se reuniram para pensar estratégias de combate ao feminicídio. O evento foi realizado pela Subsecretaria Estadual de Políticas para a Mulher – SEMU/MS, órgão responsável por formular políticas públicas para as mulheres e promover ações de combate à violência e à discriminação. Entendo que narrar essa cena é uma forma de escutar as microlutas de afirmação pela vida e de aprender sobre como mulheres estão sobrevivendo aos feminicídios.

Por fim, no último capítulo – Slam: Poesia e Resistência, traço outros itinerários com a minha pergunta de pesquisa, ao pousar minha atenção no que entendo ser uma forma de microluta, neste caso, o Slam, isto é, as batalhas de poesia. Por meio do slam escuto histórias de vida de mulheres que resistem cotidianamente ao feminicídio, ao machismo, ao racismo e a outras formas de violência. As poesias do slam têm potencial de tensionar o saber acadêmico que está estruturado por uma forma ocidental de produzir conhecimento, ao compor epistemologias situadas fora do currículo acadêmico colonial, branco, masculino e heterossexual, visto que o slam é formado especialmente pela juventude, por mulheres negras, periféricas, lésbicas, etc. Portanto, o slam pode ser estudado como forma de produção de conhecimento de novos saberes dentro da academia. Compor este trabalho a partir de várias vozes é parte de uma aposta de pesquisa que entende que esses encontros reforçam a ideia de uma política de escrita da multiplicação de diferentes vozes a serem ouvidas. Além disso, o slam é também uma forma de luta pela vida. Nas considerações finais, falo de maneira breve sobre meu tema e pergunta de pesquisa, meu itinerário desde o início do doutorado e as considerações e reflexões que este percurso me permitiu.

1 CONVERSA COM CAROLINA

O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das mulheres. E o astro rei sempre pontual para despontar-se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. (Jesus, 2000, p. 39).

Estava apreensiva. O evento começaria em alguns minutos e eu, presa no trânsito, era horário de pico em São Paulo. Olhava o relógio, os ponteiros se mexiam com tamanha rapidez, bem diferente da lentidão dos automóveis. Considerei descer ali mesmo e seguir a pé, faltavam apenas duas quadras até o meu destino. O sinal abriu. Saí do carro um pouco perdida, pensando que não podia me atrasar. Quando entrei na livraria, uma multidão a minha frente, o espaço estava lotado. Pedi licença e fui abrindo caminho, queria ficar bem próxima. Mais alguns passos e lá estava ela, sentada.

Carolina usava um vestido estampado de flores e um colar dourado que iluminava ainda mais sua presença. Diferentemente das imagens que comumente encontramos ao pesquisar sua figura na internet, ela usava os cabelos soltos e não cobertos por um pano. Estava cercada de livros a sua volta, como imagino que foi durante boa parte de sua vida. O evento comemorava os 60 anos desde a primeira publicação de Quarto de despejo: diário de uma favelada, e contava agora com uma edição especial. Todos presentes na ocasião aguardavam para escutá-la. O burburinho cessou assim que ela nos cumprimentou dizendo estar contente ao ver tantos corpos reunidos em razão de sua obra. Disse que se sentiu como no primeiro dia de lançamento do seu livro, lá em 1960. Depois lamentou que o mesmo continue tão atual, milhares de pessoas lutando contra a fome dia após dia. “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (Jesus, 2000, p. 26).

Com o fim da sua fala, uma por uma as pessoas chegavam até Carolina com um exemplar do livro em mãos esperando por um autógrafo, a fila era grande e eu aguardava minha vez. “Boa tarde, Carolina. É motivo de enorme alegria estar aqui, tenho grande admiração por sua obra. Sou estudante de doutorado, pesquiso a temática da violência contra as mulheres. Você é uma referência para mim. Seria possível conversarmos por alguns instantes?”, eu disse. Ela ficou em silêncio, parecia desconfiada. Perguntou qual meu nome e após assinar o livro, disse para eu aguardar o fim do encontro. Enquanto esperava pensei nas vezes que vivi aquele momento em minha imaginação. Eu tinha tantas perguntas. Escrevi em um caderno alguns tópicos para guiar a nossa prosa, um roteiro com questões que aparecem

em seus livros e nos ensinam sobre uma realidade repleta de urgências: a fome, a violência, a questão racial e a importância da educação.

Carolina se aproximou e, após um aperto de mãos e um agradecimento da minha parte, nos sentamos em uma mesa pequena e redonda com duas cadeiras, na cafeteria que havia dentro da livraria. O ambiente exalava uma combinação de café fresco e livro antigo, cheiros considerados por mim carregados de afeto. Primeiramente, perguntei a ela se, ao escrever sobre sua realidade, tem esperança que as coisas mudem, uma vez que sua narrativa-testemunho dá visibilidade às desigualdades sociais. Sua escrita é uma forma de denúncia? Tem esperança que a vida melhore? E ela me respondeu que sim. “Na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (Jesus, 2000, p. 32). Ao mesmo tempo em que fala dela, Carolina fala de muitas outras pessoas. Pessoas que tiveram a vida atravessada pela fome, pela miséria e pela violência. Portanto, não se trata apenas de uma escrita singular do eu, e sim de uma escrita coletiva, uma escrita do nós.

Em seguida perguntei se ela acredita que os governantes do nosso país estão preocupados com o povo da favela, e ela falou: “Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido” (Jesus, 2000, p. 35). Carolina se recordou ainda das vezes em que comeu comida do lixo e teve medo de morrer. Então eu pensei, quantas pessoas também já não passaram por isso? Quantas pessoas estão passando fome neste momento? Vidas invisíveis. Trabalhadores que não têm outra opção a não ser encarar o transporte público lotado e se expor durante a pandemia de COVID-19, pois temem mais morrer em decorrência da fome do que morrer em decorrência do vírus. Dependem de um auxílio emergencial para sobreviver que é insuficiente para garantir o mínimo. A pandemia é do vírus ou da fome?

Posteriormente discorremos sobre a temática da violência contra as mulheres, perguntei se ela tinha algo para me dizer a respeito, já que Carolina narra diversos episódios que aconteciam na favela do Canindé envolvendo brigas e desentendimentos por parte dos moradores. Mas, antes de me responder, ela me interpelou: Por qual motivo você escolheu trabalhar com esse tema? Já vivenciou situações de violência? Conhece alguém que foi vítima de feminicídio? A interrogação me causou um certo incômodo. Emudeci por um tempo buscando encontrar uma resposta. Então relatei: Já vivenciei sim, situações de violência. Acho que todas nós já, em algum momento. Umás mais do que outras, é claro. Angela Davis diz em sua autobiografia que durante sua participação no movimento negro conheceu pessoas brancas

realmente comprometidas com a luta antirracista. Acredito que essa é a ideia, pensar não só na violência sofrida por mim, como também nas outras mulheres que sofrem. “Aprendera que era possível que pessoas brancas saíssem de sua pele e reagissem com a integridade de seres humanos” (Davis, 2019, p. 91).

“Eu penso que a violência não resolve nada” (Jesus, 2000, p. 45), ela falou. Disse também que observava em seu entorno mulheres que apanhavam de seus companheiros, mulheres que não tinha a liberdade de ir e vir, mulheres que assim como ela sustentavam a casa e os filhos sem ajuda nenhuma. “A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados” (Jesus, 2000, p. 14). “É por essas e outras que decidi ficar sozinha, não abro mão da minha independência. Mas isso não significa que eu não me sinta só em alguns momentos”.

E em relação a ser uma mulher negra, você sente que sofre racismo e discriminação? Perguntei. Então Carolina respondeu que sim. Claro que ela havia sofrido. Afinal de contas vivemos em um país constituído pelo racismo e pelo machismo e se considerarmos os marcadores sociais de gênero e raça, as mulheres negras são o foco dessa estrutura de violência. Senti-me envergonhada pelo meu questionamento, tão óbvio. Basta olhar as estatísticas sobre o número de feminicídios para ver que são elas as maiores vítimas de uma política de morte vigente. Carolina prosseguiu dizendo que embora o preconceito exista, sempre adorou sua pele negra e seu cabelo rústico, em seguida me interpelou: incomoda para quem o meu cabelo? Pois, “Que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém” (Jesus, 2000, p. 58).

E na hora de publicar seus escritos, você acredita que ser uma mulher negra impôs certos obstáculos? Como concilia o trabalho, o cuidado da casa e dos filhos, e a escrita? Em que momentos você escreve? Ela respondeu: “Já ouvi inúmeras vezes “é pena você ser preta” (Jesus, 2000, p. 58). Contudo, nunca deixei de acreditar na minha capacidade. Não escrevi só diários, nas mais de cinco mil páginas escritas constam ainda romances, poesias, até letra de música que posteriormente virou disco, eu compus e gravei todas as canções. Perdi as contas de quantas vezes procurei divulgar meus textos e recebi um não. Nas poucas vezes que conseguia, mexiam no meu trabalho, alguns trechos eram cortados, fraturados. Mesmo assim eu chegava exausta em casa todos os dias e escrevia, no escuro, à luz de velas. Tive que catar material do lixo para poder escrever, usei papel rasgado, sujo, usado. Que histórias será que eles continham antes de eu tecer as minhas?”.

Após finalizar sua resposta, Carolina disse que havia falado muito, agora era minha vez. E você, como começou a pesquisar a temática da violência contra as mulheres? Perguntou-me.

Disse a ela que, para atender ao seu chamado, teria que convidar outras mulheres para conversar conosco. Senti nos ombros o peso da responsabilidade para qual havia sido convocada, respirei fundo. Para responder a ela, fiz uma viagem no tempo tentando me recordar dos meus primeiros contatos com a violência e lembrei da época em que fazia graduação. Estava no estágio clínico e atendi uma mulher que se queixava do relacionamento com o companheiro, a relação passava por momentos difíceis e alguns desentendimentos acabavam em agressões físicas. Lembro que ao longo das sessões eu ficava aflita com aquela situação, pois, mesmo decidida em pôr um fim na relação, ela permanecia. Eu desejava em silêncio que ela rompesse com o ciclo da violência. Contudo, até nosso último encontro, a ruptura não havia acontecido.

Após esse primeiro contato com a violência, terminei a graduação e ingressei no mestrado. A pesquisa tratou das práticas do Setor Psicossocial da Casa da Mulher Brasileira (CMB). Queria entender de que modo as psicólogas atendiam às mulheres em situação de violência que passavam por lá. A Instituição, que teve sua primeira unidade inaugurada no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2015, é um eixo do Programa Mulher: viver sem violência (Brasil, 2013), lançado no governo da então presidenta Dilma Rousseff. O projeto da Casa tem como finalidade fazer o enfrentamento da violência contra as mulheres, ao oferecer e articular, pela rede pública, diversos serviços de atendimento especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da segurança pública.

A CMB do município de Campo Grande completou cinco anos de funcionamento em 2020, ao longo desse tempo realizou o atendimento de 70 mil mulheres¹. Apesar da importante iniciativa para enfrentamento à violência, atualmente o funcionamento da instituição está ameaçado pela falta de verba, é o que alega a atual ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Ainda que a proposta inicial fosse implementar uma unidade em cada estado do país, apenas 6 estão em funcionamento (Campo Grande, São Luís, Curitiba, Fortaleza, São Paulo e Boa Vista). A impossibilidade de manter a instituição aberta se dá devido à diminuição de recursos financeiros, que aconteceu no ano de 2019, o que

¹<https://www.midiamax.com.br/brasil/2020/casa-da-mulher-brasileira-em-campo-grande-completa-cinco-anos-de-existencia>

evidencia a não prioridade do governo com a preservação de políticas públicas para as mulheres ².

Carolina comenta: Nossa, que projeto interessante. Imagina se tivesse uma instituição dessa na época em que eu morava no Canindé. Quando tinha briga lá, eram os vizinhos que intervinham. E rememora: “Faz tempo que não há briga na favela. (...) Era Odete e o seu esposo que estão separados. [...] Saíram para a rua. Eu fui ver a briga [...] pensei em chamar a polícia. Mas até a polícia chegar, eles matavam a mulher” (Jesus, 2000, p. 45). Em seguida, lamenta que um projeto tão importante esteja desmoronando, e pergunta: Como você fez para identificar o modo que os atendimentos eram realizados?

Na época, tive a oportunidade de acompanhar por alguns meses os atendimentos prestados pelo Setor Psicossocial e, também, a oportunidade de ouvir vários relatos de mulheres. Eram histórias de vida tristes, marcadas pela violência. Biografias de desamparo. Foi com base nessa experiência que observei o modo que os atendimentos aconteciam. Em resumo, era realizado o acolhimento, a triagem e o encaminhamento das mulheres aos demais serviços e setores da Casa, de acordo com a necessidade de cada uma. Então, na tentativa de compreender a realidade das mulheres atendidas, vi a necessidade de estudar sobre as condições que produzem as práticas de violência contra as mulheres. Foi assim que passei a ter contato com algumas teóricas feministas que me ensinaram sobre como o patriarcado estrutura a sociedade e as nossas relações, naturalizando certas práticas de violência contra a mulher, como se fossem inerentes aos relacionamentos afetivos. Além disso, a imposição social e cultural dos papéis de gênero sobre os nossos corpos nos diz que cabe à mulher sempre ceder, tolerar, perdoar. O gênero organiza a sociedade com base na diferença biológica dos corpos e estabelece um conjunto de características, símbolos, que os corpos feminino e masculino devem performar, são atribuições essencialistas que constituem as subjetividades.

Tendo em vista que a maioria dos casos de violência é praticada pelo companheiro ou ex-companheiro da vítima, observa-se a existência do chamado “ciclo da violência”, em que a dependência (afetiva, psicológica, financeira) e o medo fazem com que a mulher não consiga romper o relacionamento. Há diversas pesquisas que se debruçam sobre essa questão e que apontam para a influência de valores patriarcais que constituem a sociedade, os sujeitos e suas relações, atribuindo às mulheres o papel de esposa, mãe e dona de casa, ensinada a aceitar a violência naturalizada para manter o modelo estabelecido de família tradicional (Grossi,

² <https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>

1998). Carolina me interrompe: Certo, mas essas pesquisas que você está falando consideram também as mulheres negras, periféricas, solteiras, trabalhadoras subalternizadas? Elas também se enquadram na violência doméstica? Ou só as mulheres que têm a opção de se dedicar unicamente ao cuidado dos filhos e da casa?

Respondi que atualmente há mais pesquisas que pensam com essas mulheres, no entanto por um longo período se tratou da mulher branca, classe média. Outras viviam no esquecimento. Nas palavras de Jota Mombaça (2021, p. 40): “O mundo como nos foi dado conhecer é, precisamente, a infraestrutura da vida branca”. E isso reflete também na produção de conhecimento. Hoje percebo a existência de regimes de apagamento, outrora não. Falo porque durante a elaboração da minha dissertação, apresentei alguns fragmentos das falas que ouvi durante os atendimentos as mulheres. Trechos que diziam sobre as múltiplas formas de violência que viviam. Porém, recentemente, revisitando essa trajetória de pesquisa, pude identificar que naquela época falava de uma mulher universal, no sentido de dizer que todas as mulheres poderiam vir a passar por situações de violência. Logo, não levei em conta a interseccionalidade para pensar acerca das diferentes condições de vida de cada uma das mulheres que passou por lá e também os diferentes elementos que atravessam e constituem seus corpos, embora as estatísticas me mostrassem que quem procurava atendimento era, sobretudo, as mulheres negras, que estão em maior condição de vulnerabilidade social.

Carolina disse que inúmeras mulheres que conhece foram vítimas de violência e se lembrou de um episódio que viveu com um homem que se chamava Vitor, morador da favela:

Dia 1 de janeiro de 1958 ele disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe ensinei que *a é a e b é b*. Ele é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicatríveis. Ele deixou de aborrecer-me porque eu chamei a radio patrulha para ele, e ele ficou 4 horas detido. Quando ele saiu andou dizendo que ia matar-me (Jesus, 2000, p, 43).

Fui corajosa, sei que muitas passam por situações similares e enfrentam tudo sozinhas. E depois que a sua pesquisa de mestrado acabou, o que você fez? Questionou.

Concluí o mestrado em 2018 e ingressei no doutorado, no início de 2019. A proposta era permanecer pesquisando no campo da violência contra as mulheres, mas agora alargando a temática ao dar foco no feminicídio, entendido como último ato de um *continuum* da violência, ou seja, mulheres são vítimas de diversas violências ao longo de suas vidas e o assassinato é a última delas. A problemática da violência contra as mulheres não é inédita, pelo contrário, há uma extensa produção de pesquisas com esse tema, porém falar sobre as

práticas de violências contra as mulheres ainda se faz necessário, tendo em vista sua larga ocorrência e heterogênea forma de produção e manifestação. Apesar do assassinato de mulheres ser, infelizmente, algo frequente e antigo em nossa sociedade, uma vez que os crimes são anteriores à implementação da Lei que os regula, parece que atualmente o tema ganhou maior visibilidade, seja nas produções acadêmicas, nas redes sociais, em reportagens nos jornais, nas novelas.

Carolina então me perguntou para que insisto nesse tema se eu mesma disse que a violência existe há muito tempo e parece não ter fim. Tentei responder a ela, mas gaguejei. Para que eu insisto em falar da violência e da morte? Diante do meu silêncio, ela me perguntou de que modo a academia tem pensado essa questão. “Eu conheço a violência pelas minhas próprias experiências, pelo que vi e passei. Mas, não conheço o que outras mulheres escrevem e pensam a respeito”, falou.

Para identificar o que a academia tem produzido, realizei como procedimento inicial da pesquisa a observação do plano de dispersão da temática, no sentido de identificar de que modo o feminicídio vem sendo objetivado pelos discursos científicos. Por isso, alguns questionamentos foram feitos para nortear a busca, como: O que se diz sobre o feminicídio? Quem diz sobre? Em que momento? No exercício de seguir pistas, fiz uma busca em algumas bases de dados usando o descritor “feminicídio”. Privilegiei as produções nas áreas das ciências humanas e sociais, realizadas a partir do ano de 2015, por ser o período no qual a Lei do Feminicídio é sancionada no Brasil. A partir desse primeiro procedimento, foi possível visualizar, alicerçada pela leitura de artigos, dissertações e teses, três linhas que compõe a temática do feminicídio, e que podem estar relacionadas ou não. Vale ressaltar que a constituição de um campo não se esgota aqui, já que é possível articular a ele ainda outros elementos, a depender do modo escolhido para problematizar o fenômeno. Ademais, entende-se que os campos epistemológico e social não estão descolados, pelo contrário, eles coexistem, isto é, um é condição de possibilidade do outro. Além de indagar de que modo o feminicídio está sendo enunciado e as condições que o dão visibilidade, faz-se necessário pensar também o que essa proliferação de enunciados heterogêneos produz como modos de subjetivação em nossa sociedade, ou seja, o conjunto de práticas de governo e condução de si e do outro que engendram diferentes modos de viver e habitar o mundo.

A primeira linha apresenta as condições que deram possibilidade para se pensar os assassinatos de mulheres como crime específico, o feminicídio. Deste modo, analisa o contexto histórico, cultural, social e territorial no qual essas mortes ocorrem. Aponta ainda para a presença de certos elementos, como o machismo, o patriarcado, o racismo e a

colonialidade, no engendramento de modos de subjetivação que agenciam e produzem violências e assimetrias nas relações entre os gêneros feminino e masculino. Cláudia Maia (2019) diz que é possível pensar a violência contra as mulheres e o feminicídio como práticas para manutenção das desigualdades nas relações de poder entre os gêneros, pois produzem um estado de medo constante e de dominação masculina. A construção binária de gênero mulher/homem converte-se em normas que estabelecem que mulheres são propriedade dos homens, inferiores a eles. Os homens, por sua vez, são aqueles que exercem o poder soberano de vida e de morte sobre elas. “Eliminar a vida de uma mulher é, assim, um recurso para fazê-la obedecer, dobrar-se a sua vontade masculina e reestabelecer a ordem social binária e desigual”. (Maia, 2019, p. 8).

Judith Butler (2018), por sua vez, em *Quadros de guerra*, pensa acerca das vidas precárias e das vidas passíveis de luto e nos indaga se é possível que algumas vidas sejam consideradas choráveis e outras não. Em que circunstâncias se lamenta por uma vida perdida? Uma vida não se torna precária por si só, depende da garantia de direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho, etc, que garantam sua existência. Depende ainda de outras vidas para torná-la vivível, é uma dimensão de interdependência entre as vidas, ou seja, só se pode existir na relação com o outro. Se a condição de enlutável e a possibilidade da morte estão presentes desde o início de todas as vidas, quais enquadramentos fazem com que as vidas sejam reconhecidas como vivíveis ou como matáveis? “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância que o valor da vida aparece efetivamente” (Butler, 2018, p.32).

Carolina graceja. Ela fala acerca das vidas que não têm valor muito antes da Butler, mas só recentemente está sendo ouvida. “Enfim, o mundo é como o branco quer” (Jesus, 2000, p. 63). E ainda diz que sabe bem sobre a importância do cuidado. Lembra o nascimento de sua filha: “Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos” (Jesus, 2000, p. 51). Quem determina qual vida tem valor e qual não tem? Interroga.

É possível pensar que existem certas condições de possibilidade para que as vidas sejam consideradas vivíveis ou se tornem precárias. Uma dessas condições corresponde à intersecção entre os marcadores de gênero, raça e classe. Em outras palavras, os marcadores sociais que constituem os corpos os induzem a maiores ou menores condições de precariedade, estabelecendo-os como humanos e não humanos. Nesse momento Carolina se

recorda de um acontecimento. Conta-me que certa vez os lixeiros jogaram carne estragada no lixo e um conhecido, há dois dias sem comer, para não comer pão roído pelos ratos, ferozmente devorou a carne ainda crua, no dia seguinte foi encontrado morto. “Ele aumentou como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome” (Jesus, 2000, p. 36).

Butler (2020) fala ainda que a violência e o feminicídio, além de se configurarem como um ato, são também ferramentas para a preservação de um estado de terror ininterrupto e de dominação masculina. A construção dicotômica de gênero transforma-se em modos de subjetivação e códigos nos quais mulheres são tidas como propriedade dos homens e os homens são aqueles que executam o poder de vida e de morte sobre elas, tal como o soberano tem o poder de vida e morte sobre seus súditos, como nos diz Michel Foucault (2010) ao investigar a modalidade de governo das vidas em um regime de soberania. “Sendo o poder a ação sobre a ação do outro [...] é exercido também no nível da morte, na possibilidade de matabilidade e na ideia de que qualquer um/a pode ser soberano/a e decidir pela morte do outro” (Lima, 2018, p. 30). Nessa perspectiva, a ordem imposta às mulheres é “submeta-se ou morra”. Logo, muitas vivem situações de violência em silêncio, posto que temem pelo fim de suas existências.

Carolina me perguntou por qual motivo era necessário especificar a morte de mulheres como feminicídio, uma vez que existia uma lei que tratava de crimes de assassinato. Então me recordei de um texto que tratava sobre essa questão: O termo *femicide*, foi apresentado por Diane Russell, socióloga sul-africana, durante o Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, que aconteceu na Bélgica, em 1976. Usado para fazer distinção ao conceito de homicídio, por este se referir a um gênero neutro, *feminicide* demarca que as mortes violentas de mulheres envolviam aspectos misóginos, discriminatórios e de desigualdade, produzidos por um sistema patriarcal (Pasinato, 2011). O termo serviu de inspiração para outras pesquisadoras que, no decorrer dos anos 1980 e 1990, produziram artigos sobre o tema.

Já durante o ano de 2004, a antropóloga Rita Segato, esteve em Ciudad Juárez, região de fronteira entre México e Estados Unidos, para tentar compreender e interpretar as causas de uma série de assassinatos de mulheres que ocorreu ao longo de 11 anos (1993-2004). Os crimes tinham características semelhantes, tais como: sequestro, cárcere, tortura, mutilação e estrangulamento. Porém, apesar de sua brutalidade e expressivo número de ocorrência (acredita-se que mais de 500 mulheres foram mortas), ainda não havia sido encontrado um

possível suspeito. A ausência de investigações, o silêncio por parte das autoridades e a impunidade dos casos fez com que a sociedade civil se manifestasse, acusando o Estado de ser cúmplice dos crimes. Após um período de investigação, Segato (2013) indicou alguns elementos que acreditava estar relacionados aos assassinatos. Não somente por motivações sexuais, mas também por práticas de ilegalidades vinculadas ao narcotráfico na fronteira e a disputa de território por parte de facções. Deste modo, considera que essas mortes são como uma forma de comunicação entre as facções, uma linguagem objetiva e subjetiva que encontra sua expressão nos corpos das mulheres, visto como parte do território que também deve ser disputado e controlado. A mensagem está estruturada em dois eixos. No eixo vertical, a mensagem por meio da violência é passada às mulheres. De caráter moral, tem finalidade de dominar e subjugar. No eixo horizontal, por sua vez, a mensagem é passada aos homens, seus pares. Fala de uma produção de masculinidade que busca poder e manifesta agressividade. Um status que deve ser reafirmado com certa regularidade e é legitimado por outros homens (Segato, 2013). Sendo assim, a manutenção do eixo horizontal depende da manutenção do eixo vertical e uma das maneiras de se preservar essa estrutura é manter a assimetria entre homens e mulheres, usando como ferramenta diversas formas de violência.

Foi com base nessas discussões que se tornou possível pensar o assassinato de mulheres também em esfera política, ao afirmar que essas mortes são efeitos de relações desiguais de poder, além de denunciar a parcela de responsabilidade do Estado nesses crimes, visto que há uma negligência por parte das autoridades, seja pela falta de investigação dos casos, pela ineficiência em prevenir e erradicar a violência, pela comum culpabilização da vítima e pela não punição do culpado (Romio, 2019).

A segunda forma identificada para se pensar o feminicídio é apoiada em discussões sobre o movimento de elaboração de uma legislação própria para classificar os assassinatos de mulheres. Sendo assim, é interessante falar sobre os desdobramentos desse processo no Brasil. Porém, para pensar sobre esse processo de estruturação de um aparato legal de enfrentamento à violência, é importante contextualizar, primeiramente, as condições que deram possibilidade para tal, neste caso, a luta do movimento de mulheres e feministas que emergiu nos anos 1970. Na época, o país estava vivendo um regime de ditadura militar (1964-1985), e por isso se tornou imprescindível lutar pela garantia de direitos sociais. “Muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos” (Rago, 2013, p. 24). Esse movimento mudou a vida social, cultural e política da sociedade, ao exigir respostas por parte do Estado no combate à violência contra as mulheres, era momento

de enfrentamento para uma reorganização democrática. Embora a contribuição do movimento feminista da época tenha sido fundamental no enfrentamento à violência, este era formado, principalmente, por mulheres brancas de classe média, o que contribuiu para a ausência da questão racial e da discussão sobre o racismo na agenda das feministas. Já na década de 1980, em São Paulo, houve a criação da organização não governamental “SOS Mulher”, que prestava atendimento psicológico e jurídico a mulheres em situação de violência. Nesse mesmo período, houve protestos sobre o assassinato de mulheres com o lema “quem ama não mata” (Diniz, 2006).

Ao falar sobre esses acontecimentos históricos, a pretensão não é construir uma linearidade de causas e efeitos sobre a organização do movimento feminista para denúncia e a consequente estruturação por parte do Estado de um aparato legal de enfrentamento à violência, mas sim, dar visibilidade as práticas que produziram mudanças políticas e sociais na sociedade. A emergência desses acontecimentos opera como forças que emanam e modificam o curso da história, causam rupturas, fissuras. Carolina me contou que enquanto essas mulheres se mobilizavam na luta pela democracia, ela também travava sua luta diária contra a miséria. Lembra-se do dia 16 de maio de 1956: “Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer...eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro?” (Jesus, 2000, p. 29). Termina dizendo saber que, assim como ela, muitas outras mulheres que residiam no Canindé também passavam fome.

Como disse anteriormente, a segunda linha pensa o feminicídio em âmbito jurídico e penal, em um jogo de tensionamentos marcados por avanços e retrocessos. Há divergências quanto à criação e à implementação da Lei. Logo, geralmente, os textos contrapõem argumentos que são favoráveis e desfavoráveis à sua judicialização. O feminicídio, compreendido legalmente no Brasil como crime hediondo de homicídio cometido contra mulheres, por razões de discriminação ou menosprezo à condição de mulher e também motivado por violência doméstica e familiar, se tornou Lei federal (nº 13.104), sancionada em 9 de março de 2015 (Brasil, 2015). Os argumentos favoráveis à criminalização do feminicídio apontam que a culpabilização do autor do crime tem potencial reflexivo e de transformação das práticas de violência contra as mulheres, além de reiterar o caráter político da judicialização, fruto de reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas. Os argumentos contrários, por sua vez, alegam que o processo de criminalização não seria a solução da questão, devido ao sistema jurídico-penal apresentar inúmeros embaraços, entre eles o fato de a condenação pelos crimes de feminicídio ser aplicada de forma isolada, não

provocando uma mudança social. Por isso, aponta-se a necessidade de se pensar em outras estratégias para responsabilizar os autores dos crimes que não passem pelo encarceramento (Gomes, 2018; Sousa, 2016; Souza, 2018).

Em “Feminismo e Abolicionismo: teorias e práticas para o século XXI”, Angela Davis (2018) fala que a luta pelo abolicionismo criminal deve também fazer parte da luta feminista, uma vez que, no âmbito do combate à violência contra as mulheres, é possível que o encarceramento dos homens autores de violência não seja a solução do problema. Pelo contrário, a criminalização faz com que a violência persista, já que o sistema prisional reproduz a violência que essas pessoas, supostamente, cometeram.

O engendramento de um conjunto de informações a respeito das mortes de mulheres possibilitou a construção de um campo de inteligibilidade e, com isso, a estruturação de um conjunto de estratégias para enfrentamento do problema. A criação e implementação de programas de prevenção, políticas públicas e legislações específicas de enfrentamento às violências sofridas por mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, são exemplos dessas estratégias. Apesar dessas medidas serem importantes para enfrentamento da questão, o problema permanece. Em outras palavras, apesar da criação de leis e políticas sociais existentes voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, essa finalidade não está garantida em si mesma, ou seja, os marcos regulatórios são acontecimentos históricos importantes, entretanto não garantem a plena efetivação de seus objetivos.

No Brasil, a Lei do feminicídio teve como importante antecedente histórica a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), responsável por prevenir, coibir e punir casos de violência doméstica praticada contra as mulheres. O crime de feminicídio previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), declarando o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Além do Brasil, outras 15 nações latino-americanas já haviam tipificado o assassinato de mulheres como crime de femicídio ou feminicídio em suas legislações. Não existe consenso quanto ao uso das duas categorias, podendo variar a depender da localidade (Souza, 2018).

Outra questão que aparece nas pesquisas diz da dualidade presente no uso dos termos sexo e gênero para compreender o motivo dos feminicídios, já que na legislação usa “sexo” e nas políticas públicas criadas pelo poder executivo, usa-se “gênero”. A modificação do termo “gênero” por “sexo” feminino na legislação aconteceu após aprovação do texto oficial da Lei. Essa alteração considera o sexo como fixo (masculino e feminino) e por isso, imutável. Ao fazê-lo, não permite que transexuais e travestis sejam protegidas. Forma-se então um campo

de tensionamentos, no qual se reivindica o uso da categoria gênero ao invés de sexo para definir os crimes de feminicídio, em uma tentativa de incluir também mulheres trans e travestis (Souza, 2018). Inclusive, existe um Projeto de Lei no Senado (nº 191, 2017) que pede a alteração do art. 2º da Lei Maria da Penha³, acrescentando a expressão “identidade de gênero”, com a finalidade de que mulheres transsexuais e transgênero também possam ter seus direitos de proteção assegurados, visto que estão sujeitas a sofrer as mesmas situações de violência familiar e doméstica que mulheres nascidas com o sexo feminino⁴. Carolina me questiona se a não inclusão de mulheres trans e travestis na Lei não seria também uma forma de feminicídio. Esses corpos dissidentes de gênero/sexo não são ainda mais subalternizados?

Em entrevista ao El país TV⁵, Dilma Rousseff diz que, na época de apresentar a Lei do Feminicídio para o Congresso, foi imposta a condição de que, para ser aceita, era necessário que se retirasse o viés de gênero da justificativa da lei. Dilma diz que existe um descompasso entre o governo e o congresso, que é conversador nos costumes e na política e, portanto, existem limitações, já que não havia força entre os parlamentares a favor do uso do termo gênero. Ou seja, ainda que fossem criadas políticas sociais de intenção da violência contra as mulheres, é muito difícil acabar com o patriarcalismo em nossa sociedade. A ex-presidenta fala também da relevância de mulheres e pessoas negras ocuparem a presidência, porém não acredita que tal acontecimento permitiria instaurar imediatamente uma mudança estruturante no Brasil, visto que a transformação não acontece apenas com políticas sociais, mas pelos movimentos sociais e sua capacidade de fortalecimento. Retomando a discussão sobre o uso do termo sexo ou gênero, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão importantíssima, em abril de 2022, na qual a Lei Maria da Penha se aplica a casos de violência familiar ou doméstica contra mulheres trans⁶.

Talvez devêssemos refletir o que define ser uma mulher. Mulher é somente aquela determinada pela biologia? Glória Anzaldúa nos ensina sobre a possibilidade de ser múltiplas e sobre o espaço do entre. Entre: nem uma coisa nem outra, lugar intermediário, fronteiro, poroso. O que acontece com as pessoas que habitam esse espaço?

³**Art. 2º** Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (LMP/2006).

⁴<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=129598>

⁵ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-09/el-pais-entrevista-ao-vivo-dilma-rousseff-nesta-quarta-feira.html>

⁶<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/06/stj-decide-que-lei-maria-da-penha-tambem-se-aplica-a-mulher-trans-leia-repercussao>

Comecei a pensar: "Sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra. [...] Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? (Anzaldúa, como citado em Palmeira, 2020, p. 3).

Considerar apenas a questão do sexo e do gênero é suficiente para tentar compreender quem são as vítimas de feminicídio no Brasil? Ou é preciso também articular outros marcadores sociais? O feminicídio, compreendido legalmente no Brasil como crime hediondo de homicídio cometido contra mulheres, atinge de forma igual mulheres brancas, negras, pobres, ricas, trans, indígenas, deficientes e assim por diante? E as mulheres que ocupam o espaço do entre, onde elas se situam?

Em análises mais recentes, Davis (2018) pensa a situação de mulheres trans e mulheres trans de minorias étnicas que são encarceradas, geralmente, em prisões masculinas, expostas a diversas violências, e compara a situação delas a de mulheres da classe trabalhadora e de minorias étnicas, no contexto de sua inclusão na categoria mulher. Será que mulheres trans são levadas em conta nas análises de gênero? A categoria mulher inclui as mulheres trans? A respeito desses casos, é possível considerar que a categoria de gênero que parte de uma determinação biológica do sexo estabelece o normal e anormal do que é ser mulher. No caso das feministas radicais, que acreditam em uma versão essencialista e biologizante, mulheres que não estão em conformidade com o estabelecido tradicionalmente são excluídas, não são reconhecidas como tal. Paul B. Preciado (2017) vai na contramão dessa lógica essencialista e biologizante ao propor um manifesto contrassexual. Neste, entende-se que gênero e sexo são produtos de um contrato social heterocentrado, “cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas” (Preciado, 2017, p. 21). A proposta do manifesto contrassexual é de desconstrução do sistema de gênero e da naturalização das práticas sexuais, de renúncia a uma identidade sexual fechada e estabelecida naturalmente. “A contrassexualidade é também uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade” (Preciado, 2017, p. 22).

Já a terceira perspectiva procura reunir as características dos feminicídios em termos estatísticos, por isso apresenta um conjunto de informações sobre os crimes, ou seja, dados sobre a vítima e sobre o algoz, motivo da morte, local de ocorrência, quantidade de casos e

outros. A estatística é uma ferramenta que indica certa regularidade da população, isto é, mostra que a população tem características próprias, como o número de nascimentos e óbitos, número de enfermos, etc. A estatística faz parte da economia política do Estado, noção que emerge no Ocidente, durante o século XVIII, quando há um deslocamento de um regime de soberania para uma certa arte de governar, na qual a população, e não mais o território, passa a ser foco de interesse e investimento do Estado (Foucault, 1978/2011). Nessa perspectiva, o uso da estatística referente à quantidade de casos de feminicídio pode servir para justificar a implementação de políticas sociais de enfrentamento à violência contra as mulheres e para avaliar se o número de mortes está diminuindo ou aumentando, por exemplo, embora os estudos também apontem para a subnotificação das mortes por feminicídio, uma vez que os dados existentes podem ser classificados como homicídios ou então ser parciais e incompletos. Ademais, as estatísticas nos mostram quem são as vítimas de feminicídio no Brasil, uma vez que elas são atravessadas por diferentes marcadores sociais que as constituem, ou seja, são corpos que possuem gênero, raça, classe e orientação sexual.

Além do uso das estatísticas, ouvir mulheres que resistem às práticas de violência é igualmente relevante na construção de políticas sociais voltadas para o combate ao feminicídio. Observar de que modo certos grupos se organizam também. Falo, pois, me lembrei de uma situação na qual, devido à pandemia de COVID-19 e à dificuldade de acesso aos serviços de proteção especializados de atendimento às mulheres, a sociedade civil se organizou e formou alianças para pensar estratégias de proteção a essas vidas. Uma das iniciativas para lidar com a questão foi a construção de grupos de apoio e redes colaborativas que promovem campanhas de conscientização sobre a violência e ainda informam quais os centros de atendimento que estão em funcionamento.

Algumas pesquisadoras acreditam haver variações quanto aos tipos de feminicídio, distinguindo-os entre feminicídio íntimo, no qual o crime é cometido por homens que tiveram alguma relação ou vínculo com a vítima, como ex-companheiros, companheiros e familiares, e o feminicídio não íntimo, quando são cometidos por alguém que a vítima desconhece (Romio, 2019). Com base nessa distinção, é possível considerar que a classificação, neste caso, é feita a partir da relação que a vítima tem ou não com o homem autor de violência. O “Modelo de Protocolo Latino-Americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (Femicídio/Feminicídio)”, de 2014, elaborado pela Organização das Nações Unidas, apresenta uma classificação similar a respeito dos tipos de feminicídio, que podem ser considerados como ativos/diretos e passivos/indiretos. A primeira forma entende o assassinato de mulheres como resultado de violências sofridas em ambiente familiar ou

doméstico, por causas misóginas, machistas. Geralmente praticada por homens autores da violência que tiveram algum vínculo afetivo com a vítima: namorado, ex-marido, companheiro, familiar. Também pode acontecer em virtude de discriminação sofrida por questões de identidade de gênero ou orientação sexual e ainda envolver perseguições a determinados grupos identitários ou étnicos. Já a segunda forma de feminicídio, de mortes passivas/indiretas, é consequência de abortos clandestinos, práticas de mutilação genital, mortalidade materna, mortes relacionadas ao tráfico - tanto de seres humanos quando de drogas ou armas, conflitos armados, guerra civil e outros (ONU, 2014, p. 20). Em síntese, trata-se de diferentes causas, contextos e autores. Isto é, estamos falando de uma multiplicidade de feminicídios que não são, necessariamente, operados pelo mesmo agente.

Diante disso, Carolina, posso afirmar que o processo de fazer essa revisão de literatura me auxiliou a identificar como o feminicídio aparece de diferentes maneiras nas pesquisas científicas, seja a partir da contextualização das condições que deram possibilidade para se pensar o feminicídio, pelo processo de implementação da Lei, pelas estatísticas produzidas sobre o crime, sobre as diferenças entre os tipos de feminicídio, etc. Do mesmo modo, essa aproximação com a temática provocou a reflexão de que, assim como a violência é multifacetada, é também o feminicídio. Sendo assim, pode-se falar em feminicídios, no plural, devido a sua multiplicidade de causas, vítimas, características.

Carolina escutou com atenção o que eu tinha lhe dito e em seguida me perguntou: Mas essas mulheres que você citou, qual a relação delas com a violência? Também já passaram na pele por tais situações ou só conhecem a violência com base nos livros?

Antes de te responder, Carolina, peço licença para falar uma linguagem mais acadêmica por conta da sua interpelação. Então, se me autoriza...sei que pode parecer um pouco cansativo. Há muitas vozes presentes aqui, de diversos lugares. Não sei quais dessas mulheres já viveram na pele a violência, contudo sei que suas próprias experiências de vida são fonte de conhecimento. Aprendi isso lendo autoras que entrelaçam a academia e a vida. Teóricas feministas, mulheres que trazem em suas análises acerca do racismo, do patriarcado e da colonialidade, fragmentos de suas histórias de vida, do modo que suas vidas foram afetadas por essas estruturas. Anzaldúa propõe o conceito de auto história, no qual pensa modos de construir conhecimento que se distanciem do modelo científico moderno. Em seus escritos, mistura gêneros linguísticos, unindo a dimensão literária e teórica, não separando vida e escrita. Por vezes ela parte de acontecimentos de sua própria vida para pensar questões políticas e identitárias. Dessa forma, o movimento de falar de si torna-se um recurso teórico e metodológico utilizado como forma de resistir à tentativa de homens brancos de domar

línguas selvagens. “Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena?” (Anzaldúa, 2000, p. 230). Interroga ao insistir para que mulheres escrevam, falem de suas histórias e experiências, para que se autodeterminem.

Comentei com Carolina que, no primeiro semestre do doutorado, cursei uma disciplina em que se propôs a leitura de textos contra-coloniais⁷, corrente de pensamento desenvolvida por diversos pensadores críticos contemporâneos, latino-americanos e caribenhos, das ciências sociais e humanas. Foi quando comecei a ter contato com essas outras epistemologias, que se distanciam dos pressupostos de uma ciência moderna, neutra, objetiva e universal. De modo geral, a perspectiva contra-colonial entende que a emergência da modernidade, aliada à colonialidade e ao capitalismo, produziu hierarquias e desigualdades, ao estabelecer o mito da superioridade do Ocidente sobre o resto do mundo. Por conseguinte, a humanidade de determinados grupos e certas populações foi negada, como daqueles que foram colonizados e escravizados pelos europeus. Para fazer a distinção entre humanos e não humanos, utilizou-se das diferenças biológicas entre corpos feminino e masculino. Nesse contexto, as relações de dominação, exploração e violência regulavam as disputas por domínio e controle, não só dos recursos naturais, dos territórios e do mercado de trabalho, como também das pessoas e de suas subjetividades. O que não estava de acordo com esse projeto moderno-colonial era silenciado, invisibilizado e excluído. Assim, cria-se a ideia do outro, formado por populações que foram subalternizadas nesse processo (Curiel, 2020).

Liliana Parra-Valencia (2021) diz que a escravidão colonial subalternizou os povos africanos também no âmbito da produção de pensamento e conhecimento. O sistema capitalista e colonial desumanizou esses povos, transformando-os em mercadorias destituídas de capacidade intelectual. Nesse contexto, proibiu-se que seus costumes fossem praticados, porém, como forma de resistência, os povos africanos reelaboraram seus costumes nos espaços libertários de diáspora. As práticas culturais afro-diaspóricas são parte de um processo de reconstrução e de afirmação de suas identidades. Nesse cenário, distintas expressões musicais que incluem o canto e a dança possibilitaram que as vivências e experiências das comunidades fossem narradas. A musicalidade é parte de uma herança viva dos afrodescendentes, como um tambor que ressoa no cosmos.

⁷Utiliza-se contra-colonial, ao invés de decolonial ou descolonial, pois parto uma perspectiva ampla, já que converso com autoras e autores que não fazem parte do grupo Colonialidade e Modernidade.

Na época da referida disciplina, conheci os escritos da nigeriana Oyeronke Oyewumí, que fala sobre a sociedade iorubá e a categoria de gênero de forma situada. A autora discursa que a modernidade, o avanço da industrialização e o desenvolvimento do capitalismo só foram possíveis graças à escravização e à colonização. Foi nesse período histórico que as categorias de gênero e raça foram criadas como forma de exploração de determinadas pessoas com base nas diferenças biológicas dos corpos - cor da pele e do órgão reprodutor. Oyewumí (2020) questiona se o gênero, atribuído pelo feminismo euro-americano, nos anos 1960/70, como única causa da subordinação vivida pelas mulheres ao redor do mundo, é um elemento universal. Será que esse modelo de explicação pode ser usado quando falamos dos Iorubá? Ela nos provoca a pensar. A organização tradicional da sociedade iorubá se dá de forma distinta. Os papéis sociais não são organizados a partir da diferença entre os gêneros. É a idade cronológica das pessoas que conta e organiza as relações. Ancianidade, e não generificação. Isso nos mostra que o gênero é uma categoria construída histórica e socioculturalmente e, portanto, deve ser pensado de forma situada e não universal (Oyewumí, 2020). Sendo assim, é possível que antes da colonização algumas comunidades não se pensassem em relação às diferenças de gênero ou raça, que esses elementos não fossem produtores de desigualdades nas relações sociais.

No que se refere às relações de exploração, dominação e violência presentes nas sociedades que foram colonizadas, a feminista argentina María Lugones (2020) propõe a existência de um “sistema moderno-colonial de gênero”, que articula as noções de colonialidade do poder e de interseccionalidade. A socióloga considera que esse sistema é formado por zonas de luminosidade e sombra, quando pensa a condição das mulheres. A zona luminosa diz respeito às mulheres brancas, europeias e de classe média, representadas enquanto categoria universal de mulher. A segunda zona, de invisibilidade, compreende as mulheres negras, latinas, indígenas, que foram duplamente subalternizadas pela colonização, devido ao seu gênero e ao processo de racialização. Lugones (2020) diz também que, antes da colonização, algumas comunidades não se organizavam a partir do gênero. Nesses casos, mulheres e homens compartilhavam funções e as relações eram igualitárias. Com a colonização, houve a desintegração dessas comunidades e, conseqüentemente, a hierarquização das relações sociais.

Posteriormente conheci os escritos da Angela Davis, e esse encontro potente transformou o modo como penso e habito o mundo, já que possibilitou outras formas de olhá-lo, senti-lo, escutá-lo e entendê-lo. A noção de interseccionalidade entre gênero, raça e classe apresentada por ela começou a ocupar um espaço importante na pesquisa, principalmente

porque, após identificar alguns planos de dispersão da temática do feminicídio, isto é, as linhas que o compõem e o fazem emergir como um problema em nossa sociedade, constatei a partir de uma dimensão do visível e do dizível que as maiores vítimas de feminicídio no país são mulheres negras e em situação de maior vulnerabilidade social.

Davis (2016) nos diz que é importante lembrar que a interseccionalidade emergiu com o ativismo do movimento de mulheres negras e de minorias, uma vez que, ao lutarem por igualdade, entenderam ser necessário articular outros elementos, e não somente o gênero, como fios que se conectam e precarizam os corpos de modos diferentes, tornando alguns mais vulneráveis do que outros. Atualmente, além do trio gênero, raça e classe, vêm sendo incorporado em algumas análises os elementos da sexualidade, idade, deficiência, entre outros. O feminismo negro norte-americano emerge de um movimento social e acadêmico que tensiona a suposta universalidade da condição da mulher feita pelo feminismo branco euro-americano quando lutava pela emancipação feminina das garras do patriarcado, ao longo dos anos 1970 e 1980, ao incorporar às análises sobre a categoria de gênero os elementos de raça e classe, produzindo diferentes experiências do que é ser mulher. A interseccionalidade dá visibilidade as desigualdades e distintas situações de precariedade e violência que mulheres vivem (Davis, 2016).

Na obra “Mulheres, cultura e política”, Davis (2017) fala da noção de interseccionalidade de lutas ao reunir ensaios produzidos na década de 1980 acerca do propósito do ativismo político, que envolve dois aspectos: responder a urgências históricas do momento e também construir algo que possa servir para o futuro. Em um desses ensaios, pensa a condição de mulheres afro-americanas e sua constante luta por igualdade. Diz que em 1985 foi organizado um movimento político para denunciar uma das consequências do racismo nos Estados Unidos – o enorme índice de desemprego de mulheres negras. Esse movimento tinha como lema “devemos erguer-nos enquanto subimos” (2017, p. 17), porque acreditava ser necessário formar alianças e coalizões com outras causas e movimentos, ampliar suas lutas e fortalecer a todos que são atingidos de alguma forma por uma estrutura racista, sexista, classista e produtora de desigualdades socioeconômicas. Portanto, a ideia de interseccionalidade de lutas nos fala da união de várias lutas por justiça social e por liberdade. Fala da construção de pontes e não de muros.

Davis (2017) ainda apresenta de forma ilustrativa a ideia de pirâmide para pensar a respeito da condição de vida de mulheres afro-americanas. Nesta pirâmide, dividida horizontalmente em posições hierárquicas de poder, as mulheres negras, de minorias étnicas e pobres estão situadas na base, as mulheres brancas e burguesas, por sua vez, estão situadas no

topo. Quando há conquistas e garantia de direitos para as mulheres que estão no cume, dificilmente a condição de outras mulheres é modificada. Contudo, se mulheres que ocupam a base dessa pirâmide conquistam direitos, toda estrutura se modifica. Davis reflete também sobre o significado de emancipação para as mulheres brancas, que nos anos 1970 e 80 estava vinculado à emancipação do lar e dos maridos, no mesmo período mulheres negras trabalhavam nas fábricas e no serviço doméstico, geralmente com péssimas condições de trabalho e mísera remuneração.

A insatisfação que sentiam muitas mulheres sobre serem confinadas e subordinadas ao lar como donas de casa não abrangia o sentimento de todas as mulheres. Essa seria uma crise para apenas um grupo de mulheres, porque as negras, chicanas, operárias e outras mulheres de cor já trabalhariam fora de seu lar como alternativa de subsistência (Díaz-Benítez, 2020, p. 267).

Igualmente podemos pensar na frase que ficou conhecida nos movimentos feministas: “A emancipação das mulheres brancas só se tornou possível devido à exploração das mulheres negras”, uma vez que, para que as mulheres brancas burguesas se emancipassem, era necessário que as mulheres negras e de minorias assumissem o serviço doméstico. “A conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada para a exploração de suas próprias empregadas” (Davis, 2016, p. 104), a respeito do não reconhecimento da luta das trabalhadoras domésticas por parte das feministas brancas.

Já bell hooks (2020) diz que, na referida, época mulheres negras e não brancas tiveram que desafiar o feminismo hegemônico que não reconhecia a raça e o racismo em suas análises acerca da condição de vida das mulheres. Diz ainda que, para o movimento feminista ser revolucionário, é necessário que as mulheres brancas e de classes favorecidas reconheçam e abram mão de seus privilégios. O movimento de mulheres deve ser antes de qualquer coisa um movimento antirracista, pois “enquanto mulheres usarem poder de classe e raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo” (hooks, 2020, p. 37). Isso significa que o feminismo não é somente uma luta contra o patriarcado e o machismo, mas também uma luta contra outras as formas de injustiça social.

Em um texto intitulado: O que é interseccionalidade?, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) dizem que, na atualidade, a interseccionalidade se tornou uma potente ferramenta de análise crítica devido a sua heterogênea aplicação. Quer dizer, a ferramenta pode ser usada em várias esferas. “A interseccionalidade investiga como as relações

interseccionais influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Hill Collins; Bilge, 2021, p. 15). A partir das conexões entre as categorias de gênero, raça, classe, nacionalidade, faixa etária, orientação sexual, capacidade, etnia, etc, torna-se possível entender e explicar a complexidade do mundo, as desigualdades sociais e as relações de poder. Hill Collins e Bilge (2021) citam o movimento de mulheres negras brasileiras, ao longo dos anos 1980, que se mobilizou contra o racismo, o sexismo, a pobreza e a violência, como exemplo de uma luta interseccional. Inicialmente considerado um país sem raça, o Brasil construiu a imagem de uma democracia racial, em que só existia uma identidade nacional: o brasileiro. Esse mito possibilitou o apagamento por muito tempo da categoria de raça, assim o racismo contra negros e negras não era reconhecido, como se não existisse. Foi preciso então que o movimento negro reivindicasse a identidade da população negra, compartilhando experiências discriminatórias coletivas. Apontou ainda para o uso de lentes monofocais de outros movimentos sociais. Em outras palavras, movimentos progressistas privilegiavam uma causa em detrimento de outras, o que resultava na atenção a apenas um problema social, o que não dá conta da complexidade da realidade social.

Quando mulheres negras afirmam “nossos passos vêm de longe”, elas estão nos mostrando a longa trajetória de luta e resistência que trilharam e continuam percorrendo para combater o racismo e as outras formas de injustiça social. Tendo como suporte a força de sua ancestralidade, criaram diferentes coletivos e organizações para as mulheres negras. Em 2015, ocorreu em Brasília a marcha das mulheres negras, levando às ruas cerca de 50 mil mulheres de distintas localidades do país, que juntas pensaram estratégias para o bem viver da população negra⁸. Mulheres negras estão presentes nos movimentos de mulheres desde os anos 80 no Brasil, embora o seu ativismo tenha sido esquecido pelas mulheres brancas. Esse esquecimento é marcado pelo sofrimento, exploração, violência, humilhação e extermínio do povo preto. O movimento feminista negro emerge, então, na referida época, em decorrência da necessidade de o movimento feminista existente enegrecer. Em função disso, manifestações como a citada acima são tão importantes e devem ser celebradas. Para que nós – branquitude – não nos esqueçamos do legado, história e contribuição da população negra em nível artístico, religioso e científico.

Lélia Gonzalez (2020) fala de como ser uma mulher negra no Brasil é ser alvo de dupla discriminação e propõe um feminismo afro-latino-americano, considerado ferramenta

⁸<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossos-passos-vem-de-longo-e-irao-muito-mais-alem/>

política que dá visibilidade às inúmeras problemáticas antes imperceptíveis para nós, branquitude. A intelectual, já falecida, foi importante figura na luta feminista e antirracista no Brasil, durante o período da ditadura militar. Sua produção acadêmica ficou por bastante tempo distante das referências acadêmicas, não obstante sua significativa contribuição, ainda tão atual, retrato do Brasil de hoje, para a denúncia de questões como o sexismo, o racismo, o preconceito de classe, articulados ao processo de colonização e seus efeitos. A colonialidade e suas feridas.

Podemos ainda vislumbrar de que modo a interseccionalidade opera se observarmos como Grada Kilomba conecta raça e gênero em seu livro/tese *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano* (2019). A autora cita um trecho de uma entrevista concedida por uma participante de sua pesquisa, negra, que narra acerca de uma vez que ela estava em uma consulta médica e, ao final do atendimento, o médico, branco, a convida para cuidar de sua casa de praia enquanto ele e sua família tiravam uns dias de folga. A proposta aparentemente irrecusável aos olhos do médico daria a menina, que devia ter entre treze e quatorze anos na época, a oportunidade de passar um tempo próxima ao mar quando não estivesse cozinhando, limpando a casa ou lavando as roupas dele e de sua família. A partir desse relato, Kilomba (2019) nos convida a pensar como raça e gênero estão entrelaçados ao inverter por diversas vezes os papéis desta cena. Nesse jogo, ela questiona se tal situação aconteceria caso a menina fosse branca. Ela seria convidada a fazer o trabalho doméstico? Ou então, se a médica fosse negra e a paciente branca, essa cena aconteceria? Teria a menina branca sido convidada a servir uma família negra?

Foi a partir do contato com o feminismo negro e com a perspectiva contra-colonial que passei a pensar o feminismo não só enquanto teoria e prática, relação entre academia e ativismo, mas também como metodologia de pesquisa. A ideia do feminismo como ferramenta metodológica me foi enunciada por Davis, na obra *A liberdade é uma luta constante* (2018), quando diz que é necessário articular a teoria e a prática feminista com as nossas trajetórias de vida, para produzir coisas novas e não para reafirmar aquilo que já sabemos. Mas, frequentemente, me perguntava: como fazer isso? Penso que você faz, Carolina, quando escreve sobre sua dura vida no lixão, “parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade” (Jesus, 2000, p. 72).

Davis fornece algumas pistas do que seria usar o feminismo como abordagem metodológica e não apenas como algo que está associado à luta pela igualdade de gênero – sentido comumente atribuído como principal questão do feminismo na contemporaneidade. A metodologia feminista pode ser utilizada como ferramenta não só por pessoas vinculadas à

academia e que desenvolvem pesquisas, mas também por aquelas dedicadas aos movimentos e ativismos sociais, uma vez que a proposta é se utilizar de métodos de ação e pensamento para realizar investigações que buscam por uma “reflexão que une as coisas que parecem ser separadas e desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas” (Davis, 2018, p. 99).

Feminismo enquanto metodologia? Carolina indaga.

É, respondi. Para fazer uso de uma metodologia feminista devemos estar atentas para não reproduzir a tripla colonialidade – poder, ser, saber. Não basta enegrecer nossas referências, citar mulheres indígenas, negras, trans, pessoas que foram historicamente subalternizadas. Para operar com o feminismo enquanto metodologia se faz necessário também ir além da autodefinição: eu, mulher branca, estudante de pós-graduação, etc. Ir além do reconhecimento dos meus privilégios. Claro que é relevante inicialmente refletir sobre nosso lugar de enunciação, isto é, o lugar desde onde falo. Questionar: e o meu lugar no mundo, qual é? Meu corpo é um conjunto de quais elementos? Como e para quê/quem produzo conhecimento? Ao fazê-lo, de que projeto ético e político estou partindo? Essas perguntas constantemente me acompanham, como uma sombra me seguem para todo canto. Mas é necessário ainda ir além. E teus escritos, Carolina, me ajudam nesse ir além, pois não é apenas uma tarefa intelectual, é uma tarefa de vida....teus textos, Carolina, são para mim laboratórios de vida e de conceitos, por meio dos quais experimento o feminismo escutando tuas palavras e histórias.

Por isso, aprendi com todas vocês presentes aqui, mas teus textos, Carolina, foram os encantamentos, tornaram-se para mim, os encantados, os tambores. São como guias de percursos, pois, para operar o feminismo como metodologia, é fundamental pensar com a interseccionalidade, reconhecer seus efeitos nos corpos e nas subjetividades das mulheres. Não basta usar os marcadores sociais como meras categorias de análise da pesquisa ou tratar essas existências apenas como objeto de nossas investigações. Ochy Curiel (2020, p. 133) nos interpela: “Sob que tipo de relações esses exercícios investigativos são realizados?”. Ao pensar com (e não falar por) esses corpos-vozes, deve-se compreender que certos conceitos, teorias e conhecimentos produzidos por elas emergem de suas próprias experiências, de experiências que foram produzidas coletivamente. Generalizar sem universalizar. Como você faz em seus diários, Carolina. Assim como faz Conceição Evaristo em suas escrituras. Como faz também bell hooks (2020, p.9), quando diz: “Quando penso no que escrever, sempre trabalho a partir do lugar da experiência concreta, escrevendo sobre o que acontecia na minha vida e na vida de mulheres e homens que me rodeiam”. Ou ainda como alerta Anzaldúa: “Escrevo para registrar o que os outros apagam quando eu falo, para reescrever as

histórias mal escritas sobre mim, sobre você (Anzaldúa, 2000, p. 232). Complementando: “O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão de mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão” (Anzaldúa, 2000, p. 233). Esses são exemplos de mulheres que produzem conhecimento baseadas em suas experiências de vida nos mostram que ninguém melhor para falar e interpretar a realidade que vivem do que elas mesmas, e que a experiência é sim fonte de conhecimento.

Carolina me disse então que cada linha do que escreveu é parte de sua vida, talvez por isso muitas pessoas se identificam com suas histórias. Em seguida me contou sobre Françoise Ega, uma mulher, negra, mãe, trabalhadora doméstica, que vivia na França. Ega escreveu *Cartas a uma negra* (2021), obra na qual narra sua vida em forma de diário e cartas endereçadas a Carolina, quem havia conhecido através de uma reportagem de revista, nunca pessoalmente. “Pois é, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs. Todos leem você por curiosidade, já eu jamais a lerei; tudo o que você escreveu eu conheço” (Ega, 2021, p. 5). Ega se identifica com sua história e torna Carolina sua destinatária: “vejo você escrevendo à luz de vela [...] me debruço então sobre uma nova página e a encho de realidade” (Ega, 2021, p. 33). No dia 30 de junho de 1962, Françoise escreve:

Carolina, dizem que o futuro é dos que cedo madrugam. Sempre me levantei cedo, porque o pobre levantar cedo não é uma questão de futuro, mas de presente. Se meus pés, Carolina, estão inchados depois de uma tarde passando roupa, tenho que massageá-los imediatamente, amanhã preciso deles para subir a escada: há dezenas de janelas para deixar brilhando. [...] O futuro para você, como para mim, é uma questão da ordem do dia. (Ega, 2021, p. 17-18).

A existência de uma necropolítica de gênero (Sagot, 2013) opera enquanto parte de uma política de gestão e extermínio dos corpos das mulheres, ao atribuir maior ou menor valor a determinadas vidas. Entretanto, a vigência de política da morte, que configura essas vidas como precárias e não passíveis de luto, criou condições de possibilidade para identificar que há também uma política de afirmação da vida, das vidas passíveis de luta. Como é o caso das inúmeras Françoises que existem por aí, lutando diariamente por sua sobrevivência, apesar de toda dificuldade. Em outras palavras, Carolina, percebi que, ao mesmo tempo em que perdemos milhares de mulheres vítimas de feminicídio, existem movimentos de enfrentamento que compõem esse cenário ao denunciar as inúmeras formas de extermínio, ao reivindicar o direito de viver sem violência, ao lutar pela efetivação de políticas sociais no combate ao feminicídio.

Depois de tudo que havíamos conversado, uma pergunta ainda ressoava: Para que eu insisto em falar sobre a violência e a morte das mulheres?

Foi daí que eu pensei que se falo da morte é para pensar no valor de cada vida, das vidas que são passíveis de luto e de luta. Um professor certa vez me falou que para Foucault analisar as práticas de liberdade foi necessário que antes ele falasse da prisão, é um procedimento de seu pensamento que entende que liberdade e reclusão fazem parte do mesmo jogo. “Quanto às relações de poder, para compreender em que elas consistem, seria, talvez, necessário analisar as formas de resistência e os esforços despendidos para tentar dissociar essas relações” (Foucault, 2014, p. 121). Assim, quando falo da violência, falo também da resistência que a compõe. Resistência das mulheres contra essas práticas de extermínio. Falar do luto para chegar na luta. Luta produzida por mulheres que enfrentam a violência cotidianamente. Luta política, micropolítica, de movimentos sociais, de resistência e insistência na vida, de não assujeitamento.

Logo, Carolina, minha proposta de pesquisa agora é realizar uma torção, quer dizer, um deslocamento da morte para a vida, já que que morte e vida compõem o mesmo jogo. Torna-se necessário, então, ouvir a essas lutas, resistências, enfrentamentos. Como quando Anzaldúa (2009) narra uma cena de sua ida ao dentista. Na ocasião, o dentista diz que teriam que controlar sua língua e ela em um ato de enfrentamento movimenta sua boca para expulsar os equipamentos, interrogando: “Como você doma uma língua selvagem, adestra-a para ficar quieta, como você a refreia e põe sela? Como você faz ela se submeter?” (Anzaldúa, 2009, p. 305). Portanto, após o primeiro procedimento (observação do plano de dispersão da temática), torna-se necessário escutar as histórias desses enfrentamentos, buscando por cenas e fragmentos da realidade que evidenciam sua potência e importância para a transformação da realidade social, na tentativa de aguçar afetos e sensibilidades para as muitas histórias que existem e importam (Adichie, 2019). Por isso, agradeço-lhe, já que foi graças a esse nosso encontro que pude olhar para a temática da violência contra as mulheres de uma outra forma, percebi que precisamos falar da violência para lembrar como a resistência é importante e necessária. Falar das vidas passíveis de luto é importante para dar visibilidade as vidas passíveis de luta.

Não sei ao certo quanto tempo passamos conversando, mas notei uma movimentação por parte das pessoas que acompanhavam a Carolina e imaginei que se aproximava o momento da nossa despedida. Aproveitei para agradecer pelo encontro e fazer uma última pergunta que se desdobrou em outras: Como, mesmo diante da fome e da miséria, você consegue se encantar pela vida? O que a mantém na luta? Qual o seu maior sonho? Carolina

falou que o que a mantém na luta é a sua fome existencial e o desejo de ver os filhos formados e bem alimentados. “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: tem mais?” (Jesus, 2000, p. 34). Além disso, escrever me faz muito bem. Quando escrevo, crio mundos, me imagino morando em uma casa de alvenaria, com um jardim colorido, a mesa farta. Nesses momentos de fantasia é que encontro força para continuar. Sou movida pelos meus sonhos. “As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários” (Jesus, 2000, p. 52). E, por fim, me interrogou ao se despedir: e seu sonho, qual é?

Os raios de sol atravessaram a janela do meu quarto e a luz do dia tocou meu rosto, a cortina dançava suavemente com a brisa da manhã, escutei os pássaros cantando, despertei. De repente percebi que aquele tinha sido um sonho, a conversa com Carolina. Eu não estava em São Paulo. Não havia evento nenhum. Se estivesse viva, Carolina Maria de Jesus completaria 107 anos de idade em 2021. De certo modo, ela está. Ainda essa semana comentamos sobre a potência de seus escritos, sobre sua luta e sua história de resistência e insistência. Ainda hoje agradeço por sua vida ter se encontrado com a minha.

2 NÃO VÃO NOS MATAR AGORA

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui. Com nossas mortas amontoadas, clamando por justiça, em becos infinitos, por todos os lugares.

(Mombaça, 2021, p. 13).

O propósito de falar neste momento sobre o movimento de mulheres e feministas parte do entendimento de que esses enfrentamentos compõem o plano da temática do feminicídio. Como dito anteriormente, o procedimento é de deslocamento da morte para a vida. Escutar as lutas e os movimentos de resistência e enfrentamento das mulheres é, portanto, uma forma de aprender que, ao mesmo tempo em que existe uma política de extermínio, há também forças que combatem essas práticas. Por isso, apresento fragmentos de algumas mobilizações de mulheres que aconteceram, sobretudo, nos últimos anos. As informações a seguir são, principalmente, de reportagens de veículos informativos sobre o dia da mulher, 8 de março. Trago experiências não só do Brasil, como também de outros locais da América Latina com a intenção de mostrar que, embora as mobilizações girem em torno de pautas comuns dos movimentos feministas, como o fim da violência contra a mulher e o feminicídio, a equidade de gênero, implementação de políticas públicas, entre outras, cada país apresenta demandas específicas, questões situadas, próprias de seu território. Pensar sobre as políticas identitárias e as políticas de aliança de modo articulado emerge da necessidade de firmar coalisões sem deixar de considerar que cada luta tem sua especificidade histórica. Jota Mombaça (2021, p. 23) questiona: “Que tipo de coletividade se põe a operar no encontro de histórias de injustiça contadas desde posições tão diferentes e sempre já assimétricas?”. A partir dessa interpelação, penso: Não seria a partir da multiplicidade que se encontra a possibilidade de tecer uma outra modalidade de existência em conjunto?

Data emblemática da luta das mulheres pela igualdade e contra a violência, o dia 8 de março é marcado por protestos em vários cantos do Brasil e do mundo. No ano de 2020, houve manifestações em cerca de 70 cidades brasileiras, reunindo milhares de mulheres nas ruas que, juntas, retumbavam o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”. Segundo reportagem do El País ⁹, além das pautas sobre o fim da violência e do feminicídio, a garantia de direitos reprodutivos e trabalhistas e a igualdade de gênero, houve ainda denúncias

⁹<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-08/ao-vivo-dia-da-mulher-tem-protestos-no-brasil-e-varios-paises-do-mundo.html>

sobre os retrocessos sofridos nas políticas dirigidas às mulheres sob a gestão do governo Bolsonaro.

As manifestações ocorreram também em outros países da América da Latina (território mais letal para as mulheres, fora as zonas de guerra, de acordo com relatório da ONU mulheres¹⁰), como Argentina, Chile, Colômbia, México e Venezuela. Apesar da singularidade de cada território, mulheres se organizaram em protestos pela garantia de direitos e a melhora das condições de vida. Embora esteja falando sobre as manifestações que ocorreram em 2020, mulheres latino-americanas resistem desde o período de escravização. bell hooks (2020) conta que mulheres negras escravizadas vítimas de estupro lutavam ao serem violentadas, o que muitas vezes resultava em punições mais severas, visto que “qualquer demonstração de resistência por parte delas aumentava a determinação de proprietários brancos ávidos por demonstrar poder” (hooks, 2020, p. 53). Contudo, sua mobilização ganha maior visibilidade ao longo de 1970, período em que a globalização e o neoliberalismo as fizeram protestar contra a exploração econômica e o abuso político (Federici; Valio, 2020). Em decorrência da maioria desses locais ser governado por homens, os movimentos de mulheres e feministas afirmam que não há uma perspectiva de gênero nos programas e políticas engendradas pelos estados, o que resulta na não prioridade das pautas feministas, como aborto, maternidade, assédio, violência, segurança pública, equidade de gênero, igualdade salarial, saúde, etc.

No México, as manifestações aconteceram pelo fim do assassinato de mulheres por questões de gênero, uma vez que se estima que lá 10 mulheres são vítimas de feminicídio por dia. Em 2015, as argentinas também se mobilizaram contra a morte de mulheres e após o assassinato de uma jovem de 14 anos que estava grávida e foi morta por seu então namorado. Conseqüentemente, um coletivo de mulheres criou o movimento *Ni una menos*, que tem por finalidade combater os feminicídios¹¹. Em uma música de rap que leva o nome do movimento mencionado acima em seu título – *Ni una menos*, Rebeca Lane (2017) fala:

Quisiera tener cosas dulces que escribir
 Pero tengo que decidir y me decido por la rabia
 5 mujeres hoy han sido asesinadas
 Y a la hora por lo menos 20 mujeres violadas
 Eso que solo es un día en Guatemala
 Multiplícalo y sabrás porqué estamos enojadas

¹⁰<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-09/as-mulheres-da-america-latina-na-rua-ou-nas-redes-clamam-contr-a-violencia-machista.html>

¹¹<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>

No voy a andar con pinzas para quien no entienda
Que esto es una emergencia y estamos preparadas

No soy pacifista, no me exijan cosas que no ofrezco
No pedí un pedestal, ni lo merezco

Soy como las otras hartas de andar con miedo
Agresiva, porque es la forma en que me defiendo

No tengo privilegio que proteja este cuerpo
En la calle creen que soy un blanco perfecto

Pero soy negra como mi bandera y valiente
En nombre mío y en el de todas mis bisabuelas

Nesta passagem da canção, a porta voz nos diz da situação cotidiana de violência vivida por mulheres na Guatemala que, cansadas de andar com medo, pois nas ruas são um alvo perfeito, se utilizam de sua voz como ferramenta de denúncia e luta, por ela e por todas as que vieram antes. É interessante observar que o movimento *Ni una menos* serviu de inspiração para outras mulheres e se tornou também arte. De sua origem na Argentina, o movimento se espalhou e aconteceu em forma de música na Guatemala e chegou até o Brasil, local em que a escutei. Em conversa com minha coorientadora, ela me chamou atenção para um trecho da música que diz “Quisiera tener cosas dulces que escribir pero tengo que decidir y me decido por la rabia”. Em seguida me interpela: Rebeca Lane canta motivada pela raiva. Outras mulheres podem falar desde a dor. E você, Giovanna, o que a motiva a escrever sobre os movimentos de resistência? Qual o lugar desde que você fala como pesquisadora? Respondi que, assim como Rebeca Lane, também escrevo motivada pela raiva, de certo modo. Fico indignada com tantos casos de violência sendo naturalizados ao redor do mundo. Sou mais uma pedindo basta.

Em entrevista à Linn da Quebrada e Jup do Bairro, Judith Butler é questionada se é possível a não violência ser uma resposta a casos de feminicídio. Butler (2021¹²) responde que há uma diferença entre raiva e violência, e que deve sim existir uma reação aos casos de violência, tanto de forma local, quanto generalizada. São as manifestações que dão visibilidade aos acontecimentos. As mobilizações deslocam o acontecido de uma dimensão da naturalização da violência para a não naturalização. Mas veja, a não violência não é sinônimo de passividade diante as situações de injustiça social, Butler conclui. É necessário reagir, ser forte, e a raiva – afeto que mobilizou Rebeca Lane a produzir sua música - pode ser a energia

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=DMge3Uc9sUs>

que dá impulso a luta por melhores condições e por justiça. No caso do movimento *Ni una menos*, a composição de milhares de vozes individuais reunidas fez ressoar a voz coletiva pela denúncia das mortes violentas de mulheres. Nesse e em outros casos, o luto público pode se tornar um ato político. O luto e a reivindicação por justiça caminham lado a lado.

Já a Argentina protestou a favor do aborto legal, gratuito e seguro, sob o lema “Pela autonomia de nossos corpos e contra os fundamentalismos religiosos”. As inúmeras manifestações renderam frutos, pois em 30 de dezembro de 2020, após passar a madrugada acompanhado a sessão de votos, as argentinas que em massa ocupavam as ruas de Buenos Aires comemoraram a descriminalização do aborto. A lei estabelece que o procedimento é permitido até a décima quarta semana de gestação¹³. No Brasil, o aborto clandestino é realidade de milhares de mulheres que não querem dar continuidade a gestação e/ou que não se encaixam nos casos de: estupro, feto com anencefalia ou risco de morte da mulher, condições em que o aborto é permitido. Há uma estimativa de que mais de 500 mil mulheres façam abortos clandestinos por ano no país, segundo dados do Instituto de bioética, direitos humanos e gênero (ANIS)¹⁴. Essas mulheres, em geral, são jovens, negras e pobres. As mulheres pertencentes a classes mais favorecidas, por sua vez, podem pagar por um procedimento seguro, mesmo que ilegal. Curioso observar que se punem as mulheres que abortam, mas nunca os homens que também são corresponsáveis pela gestação.

Historicamente, desde os anos 1970, o feminismo reivindica o direito ao aborto e luta pela implementação de políticas públicas e assistência médica que lhes permitisse fazer um controle de fertilidade. O tema da reprodução é atravessado pela questão da raça e da classe social, uma vez que enquanto mulheres brancas eram incentivadas a serem mães pelas campanhas de natalidade, mulheres negras eram vítimas de práticas de esterilização compulsória (Días-Benítez, 2020). Ao pensar sobre racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos, Davis (2016) diz que durante a campanha pelo controle de natalidade e pelo direito ao aborto, ocorrida no século XIX, as estatísticas apontavam que mulheres negras e de minorias étnicas correspondiam a 80% das mortes em decorrência de abortos ilegais. A prática de aborto acontece desde o período da escravidão, quando mulheres escravizadas preferiam auto induzir o aborto a ter filhos escravizados. “Muitas escravas se recusavam a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram condições da vida cotidiana” (Davis, 2016, p. 207).

¹³<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55476576>

¹⁴<https://exame.com/brasil/aborto-clandestino-e-drama-para-mais-de-meio-milhao-de-mulheres-no-brasil/>

Um outro lado dessa questão é quando mulheres negras perdem seus filhos por conta da violência urbana e policial. Sueli Carneiro diz em entrevista ao podcast *Mano a mano*¹⁵ que para essas mulheres, luto é verbo. A ação de lutar em virtude do luto vivido acontece nesse contexto, pois mulheres negras são mães de jovens negros assassinados. Conforme levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁶, entre os anos de 2016 e 2020, no Brasil, dos quase 35 mil jovens assassinados, 80% eram negros. É a partir do luto que elas se mobilizam, resistem, enfrentam, denunciam.

Uma entrevista de Berenice Bento a Ana Paula de Oliveira (Cult 274, 2021), criadora do coletivo *Mães de Manguinhos*, fala sobre a luta por justiça de mães que tiveram seus filhos assassinados pela polícia. Ana Paula perdeu seu filho, Johnatha, em maio de 2014. Desde o episódio, formou aliança com outras mães também moradoras da periferia, e juntas clamam por justiça e pela humanização das vítimas. Ela diz que essas mortes não são fatalidades, e sim uma política estruturante do Estado brasileiro no qual se produziu uma narrativa que qualifica seus filhos como bandidos e que transforma os territórios em que vivem, em zonas privilegiadas de terrorismo. “Quando a mãe diz o nome e sobrenome e a idade do filho – gestos linguísticos tão simples, produz-se uma fissura na narrativa do Estado. Maternidade, aqui, se transfigura em verbos: resistir, lutar, lembrar” (Ana Paula, 2021, p. 30). Vilma Piedade (2017)¹⁷, ativista pelo direito das mulheres negras, pós-graduada em português e em literatura brasileira, nos fala que essa luta é exemplo de dororidade. A dororidade é a dor que só as mulheres negras reconhecem. Dororidade como conceito teórico formulado com base na experiência de mulheres negras, visto que umas das coisas que parece unir mulheres negras é a dor que passam por viver em uma sociedade racista. Dororidade é a empatia gerada entre mulheres negras pelas dores em comum.

No Chile, a revolta popular que aconteceu no dia 8 de março contra a violência sexual sofrida pelas mulheres e contra o machismo sistêmico fez alastrar o canto “Um estuprador em seu caminho”, também conhecida como “O estuprador é você”. A performance foi reproduzida em outros locais e tomada como referência para as latino-americanas¹⁸. Criada pelo coletivo *Las Tesis*, a apresentação realizada em 20 de novembro de 2019 reuniu mulheres

¹⁵<https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr?si=KEuovFUaSxaJUxNU6hHZ1g&context=spotify%3Ashow%3A0GnKiYeK11476CfoQEY1Ed>

¹⁶<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>

¹⁷https://www.geledes.org.br/dororidade-e-dor-que-so-as-mulheres-negras-reconhecem/?gclid=CjwKCAjwv-GUBhAzEiwASUMm4p7zgCbT-ULAzPRspEOdpOtiJ_8t2uxygQMD2w2wm3QA1wd7LDsfvx0CdwQQA_vD_BwE

¹⁸<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forca-nas-ruas-da-america-latina.html>

que, de olhos vendados, cantavam o refrão: “E a culpa não era minha, nem de onde estava, nem como me vestia. O estuprador é você”. Ainda há trechos em que o estuprador é nomeado, ora como o estado, os presidentes, os juízes. Talvez seja para chamar atenção para o fato de a violência não ser apenas privada, mas também questão pública e que, portanto, deve ser tratada como prioridade, visto que se configura como uma violação dos direitos humanos. Em diversos casos de violência contra as mulheres, nota-se a não responsabilização dos autores por parte do governo ou ainda a demora para julgar os casos e a tentativa de amenizar a gravidade da situação.

Nota-se ainda que, sobretudo em casos de violência sexual, há uma responsabilização da vítima pelo acontecido, tanto por parte da sociedade quanto por parte dos servidores de programas de combate à violência. O sistema judicial diversas vezes comete novas violências, revitimiza as mulheres. Existem relatos de mulheres que escutaram durante atendimento: “não devia estar andando sozinha na rua, você estava bêbada, sua roupa é muito curta, mulher tem que se dar ao respeito”. Angela Davis e Gina Dent (2019) apontam que a violência sexual é resquício de práticas de violação que aconteciam durante a escravidão, já que os homens tinham “direito” de violar sexualmente mulheres. Sendo assim, além de ser uma violência íntima, a violência sexual é uma prática institucionalizada, visto que acontece há muito tempo, vai se atualizando.

Embates acerca dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres já fazem parte da agenda pública brasileira, porém nos últimos anos outras questões relacionadas ao gênero e à sexualidade passaram a ocupar papel primordial na cena das disputas da política nacional. Debates sobre o que se inventou como “ideologia de gênero” e “modelo de família” estavam no cerne das discussões durante ascensão do atual presidente do Brasil, ao longo de sua campanha eleitoral, em 2018. Nesse período, grupos ligados ao então candidato e setores mais conservadores do catolicismo e de evangélicos, especialmente neopentecostais, promoveram um certo clima de terrorismo, ao transmitir a “impressão de que muitas instituições do país, a começar pelas ligadas à educação, estavam solapando os valores da família tradicional por meio da chamada “ideologia de gênero” — uma caricatura do feminismo e da teoria queer, produzida pelos setores mais conservadores” (Miguel, 2021, p. 1). Para eles, a família - que deve ser tradicional, heteronormativa e de dominação masculina, e os estereótipos que “associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto determinado de comportamentos, sensibilidades e papéis sociais” (Miguel, 2021, p.3) estavam ameaçados. A reemergência de partidos da extrema direita não aconteceu de forma isolada e também não é fenômeno recente. A própria expressão “ideologia de gênero” começou a aparecer em 2014,

enquanto se discutia a aprovação do Plano Nacional de Educação. Contudo, a união de parlamentares evangélicos neopentecostais e diferentes grupos políticos de extrema direita contra pautas de gênero e sexualidade durante as eleições criou uma tagarelice sobre o assunto, acontecimento que não se deu sem resistência.

Nas ruas, nas redes sociais e nas casas legislativas, movimentos feministas, de mulheres e LGBT se organizaram para enfrentar aqueles que não eram favoráveis aos estudos de gênero e sexualidade. Além das mobilizações relacionadas à ideologia de gênero, vimos crescer manifestações de mulheres tanto nas ruas como nas redes sociais, com o uso de *hashtags* e a criação de campanhas, como a #meuprimeiroassédio, em 2015, na qual mulheres compartilhavam relatos de abusos sofridos na infância e na adolescência. Em 2018, milhares de mulheres ocuparam as ruas e as redes, ao lançarem o movimento #elenão, em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro. Outras *hashtags* ainda foram lançadas, a exemplo de: #nãomereçoserestuprada (2014), #niunamenos (2016), #mexeucomumamexeucomtodas (2017), entre outras¹⁹. Desse modo, entende-se que as manifestações virtuais não são meras ferramentas de mobilização, mas instrumento de ocupação e resistência. Inclusive, certamente essas mobilizações em nível macro impactam a vida dessas mulheres em uma esfera privada, pessoal. A crescente onda de mobilizações feitas por mulheres que acontece nas redes sociais, chamada de cyber ativismo, atua de maneira cotidiana e capilar, alastrando protestos sempre que suas existências e direitos são ameaçados. Nas palavras de Flávia Melo (2020, p. 11), as ferramentas virtuais são “espaços em si mesmos, objetos de agência, de aparição e de aliança baseada no compartilhamento da vulnerabilidade”. Para Collins e Bilge (2021), o ativismo digital é compreendido como um movimento micropolítico em razão das condições de acesso as redes de diferentes grupos sociais, mas vem aliançar-se com as ferramentas de lutas políticas, pois os corpos estão as ruas e nas comunidades também. Mesmo com alcance limitado, não deixam de ser estratégias interessantes.

Em um texto intitulado “La revolución será feminista o no será”, Karina Bidaseca (2018) apresenta um panorama de diversos movimentos feministas que ocorreram na América Latina ao denunciar a existência de uma estrutura machista, racista, colonial e patriarcal que atravessa e constitui esses territórios. Bidaseca (2018) fala que, para lutar contra essas estruturas, que estão interligadas, é necessário que nós mulheres saibamos o que elas significam e de que modo se manifestam em nossas vidas. Ou seja, mais potente que dizer que essa estrutura existe, é tentar mostrar como ela opera. Além disso, fala ainda: “Los derechos

¹⁹<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/18/oito-hashtags-transformadoras-de-mulheres-e-para-mulheres.htm>

adquiridos no son para siempre sino que es imprescindible luchar por ellos día a día” (Bidaseca, 2018, p. 38). Essa fala me fez lembrar de uma frase da Angela Davis (2018) que é também título sua obra no Brasil: “A liberdade é uma luta constante”. Quer dizer, devemos estar atentas e lutar por melhores condições de vida e pela garantia de direitos continuamente.

Outro dia importante de mobilização das mulheres, além do dia 8 de março, é o dia 25 de novembro. A data marca o início da campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violência. A mobilização é internacional, acontece em mais de 160 países, no Brasil desde o ano de 2003. Em Mato Grosso do Sul, foi sancionada, em dezembro de 2015, a Lei nº 4.784/2015, que instituiu a data como “Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência contra a Mulher”. Ao longo dos 16 dias, são promovidas ações com a finalidade de conscientizar a população acerca da urgência de erradicar a violência contra as mulheres. Ainda se divulga quais são os mecanismos legais e as políticas públicas existentes para enfrentamento à violência²⁰. Segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020)²¹, três anos após a implementação da Lei Maria da Penha, estima-se que 1.082.716 mulheres acima de 10 anos sofreram violência física no Brasil, dessas, 474.246 eram brancas e 608.470 eram negras. Ou seja, mulheres brancas são vítimas em menor proporção se comparadas a mulheres negras. O que explica essa diferença sendo que a lei de enfrentamento a violência é para todas as mulheres?

Com o propósito de visualizar as leis, portarias e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e os movimentos de mulheres e feministas citados aqui com dimensão macropolítica e que ganharam extensões intercontinentais, elaborei um quadro, que está a seguir. Do lado esquerdo, constam as leis, portarias e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Do lado direito, por sua vez, aparecem movimentos de mulheres e feministas que tiveram grande visibilidade.

Políticas Públicas e Leis/Portarias de Combate à Violência Contra as Mulheres	Movimentos Macropolíticos de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres
Lei 11.340 – Maria da Penha (2006)	Marcha das Mulheres Negras em Brasília (2015)
Programa Mulher: viver sem violência (2013)	Ni Una Menos, Argentina, 2015
Lei 13.104 – Feminicídio (2015)	#MeuPrimeiroAssédio, ativismo virtual, 2015

²⁰ <https://www.naosecale.ms.gov.br/16-dias-de-ativismo/>

²¹ https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf

8 de março – Dia Internacional da Mulher	“O esturador é você”, Chile, 2019
25 de novembro – Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher	16 dias de ativismo pelo fim da violência, 25 de novembro

Alguns desses movimentos, como Ni Una Menos e O esturador é você, se alastraram e aconteceram em outros lugares do mundo, servindo de inspiração para a luta de outras mulheres. E também, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, não é somente uma data reconhecida pela Organização das Nações Unidas. O dia 8 de março é data em que mulheres tomam as ruas para celebrar conquistas e reivindicar direitos e melhores condições de vida.

Vale citar outras importantes leis que foram criadas recentemente e não estão presentes neste quadro. A primeira, Lei nº14.132, de 31 de março de 2021, prevê o crime de perseguição²². “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”. A segunda, nº14.164, de 10 de junho de 2021, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”²³. E a última, nº14.188, de 28 de julho de 2021, que define “o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher” e também “altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher”²⁴.

Ao refletir sobre as condições de possibilidade para a criação da Lei Maria da Penha, pergunto-me quais corpos contaram no momento de sua montagem. Maria da Penha, mulher que deu o nome a lei, é uma mulher branca, com ensino superior. Seu caso é representativo, já que dá visibilidade à violência doméstica à qual milhares de mulheres são submetidas. Sua luta por reconhecimento e justiça durou mais de 19 anos. Sem jamais ter a intenção de desmerecer o que Maria da Penha viveu, questiono se o caso tivesse acontecido com uma mulher negra, indígena, pobre, trans, e assim por diante, sua voz estaria presente na

²² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114132.htm

²³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm

²⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114188.htm

elaboração dessa política? Seu caso teria tamanha repercussão ou seria só mais um nas estatísticas? Faço-me essa interrogação por duas razões que surgem após ouvir uma entrevista de Sueli Carneiro no podcast de Mano Brown: uma que parte da invisibilidade de certos corpos em termos de violências; outra que, mesmo que uma política social seja fruto de um conjunto de lutas de ativismos políticos de certos corpos racializados, essa história é apagada no momento em que a lei é promulgada, como no caso das cotas étnicas/raciais e dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas.

Seguindo a mesma lógica, Débora Diniz (2022), em entrevista intitulada “Por que o aborto desperta a fúria patriarcal?”²⁵, ao podcast ilustríssima conversa, da Folha de São Paulo, diz que o feminismo civilizatório conta a história de mulheres conquistando o direito ao voto, o direito ao trabalho, a certos direitos reprodutivos. Contudo, nessa história não se fala quem são essas mulheres. De que cor elas são? A que classe social pertencem? Que mulheres são essas presentes na história do feminismo civilizatório?

Enquanto refletia acerca da luta e do trabalho invisibilizado de mulheres negras e das estratégias da branquitude de racialização de corpos racializados ao redor do mundo, lembrei que a professora Érika Cecília Soares Oliveira havia me recomendado a leitura de Françoise Vergés. Nascida em 1952, em Paris, Françoise é historiadora, cientista política, especialista em estudos pós-coloniais e ativista do antirracismo, anticapitalismo e anti-imperialismo. Em sua obra “Uma teoria feminista da violência”, Vergés (2021) nos diz que o trabalho de mulheres de cor²⁶ sustenta o funcionamento da sociedade capitalista e neoliberal em que vivemos. Isto é, é em decorrência da exploração de mão de obra, geralmente mal remunerada, explorada, de mulheres de cor, que a burguesia (alguns poucos) pode desfrutar do bem-estar que essa estrutura desigual oferece. Esse trabalho não se trata apenas do trabalho doméstico, como também do cuidado, da organização e limpeza (das casas, de hospitais, restaurantes, academias, supermercados, etc). Vergés afirma que não existe sociedade heteropatriarcal e neoliberal sem esse trabalho, considerado um desdobramento da escravização. Nesse sistema racista, nós, a branquitude, somos beneficiados, mesmo que não intencionalmente. É o que nos ajuda a pensar Sueli Carneiro, em entrevista já mencionada anteriormente. Em outras palavras, significa que ser branco é privilégio, visto que nossos corpos não são submetidos às mesmas condições a que outros corpos são.

²⁵ <https://omny.fm/shows/ilustr-ssima-conversa/por-que-o-aborto-desperta-a-f-ria-patriarcal-segun>

²⁶O uso de da expressão mulheres de cor refere-se a mulheres de diferentes grupos racializados, não apenas a mulheres negras.

Em Memórias da plantação (2020), Kilomba nos fala de sua experiência enquanto estudante do departamento de psicologia e psicanálise de uma instituição em Lisboa, na qual, por ser negra, era comum ser confundida com a senhora da limpeza ou então ter seu atendimento negado por pacientes que se recusavam a ser atendidos por ela. Parece que corpos negros não são destinados a ocupar certos lugares e posições sociais. Por que uma mulher negra estudante de pós-graduação deveria ocupar o espaço da limpeza? De acordo com informações da Agência Nacional (2022)²⁷, mulheres representam 92% das trabalhadoras domésticas no Brasil, dessas, 65% são negras. Ainda segundo a reportagem, a maioria das trabalhadoras tem idade acima de 40 anos, são trabalhadoras informais e tem renda média inferior a um salário mínimo. Meu corpo não é estranhado por ser de uma mulher branca, tampouco sou vigiada ao circular em supermercados, aeroportos, shoppings centers, restaurantes. Nesses casos, o que opera é uma invisibilidade do pertencimento, reservado à branquitude, uma branquitude que racializa o outro e não a si mesma, pois não há o reconhecimento de um identitarismo branco, só do indentitarismo outro. A branquitude não se reconhece enquanto raça. A racialização torna-se, assim, uma ferramenta de violência da própria branquitude, inclusive na legislação, de modo que os corpos de Marias da Penha estarão mais protegidos do que de outras Marias.

Esse sistema ainda permite que a vida de uns seja mais saudável do que de outros, visto que há corpos exaustos que tornam essas condições possíveis, comumente trata-se de corpos de mulheres e homens racializados. Esses corpos, facilmente descartáveis, podem morrer mais cedo, visto que não são considerados vidas. É nessa ideia que repousa o capitalismo racial, no qual certas vidas têm mais valor do que outras. Durante a pandemia de covid-19, Françoise (2021) diz que na França, onde vive, ficou mais evidente uma diferença brutal entre aqueles que têm tudo à disposição, como casa, carro, acesso à internet, comida, e aqueles que estão em situação de pobreza, em situação de rua, vivem desamparados e em vulnerabilidade social. Aqueles que são explorados e fazem o sistema funcionar são também aqueles que tornam a vida de alguns possível. “Mulheres que foram invisibilizadas e cujo corpo se exaure para que o dele floresça” (Vergés, 2021, p. 15/16). Por isso, Vergés acredita que uma política feminista, decolonial e antirracista seria uma forma de provocar fissuras a essa estrutura capitalista, afinal, “quem são as mulheres que o Estado patriarcal considera legítimo proteger?” (2021, p. 13).

²⁷<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>

Considerar que há determinadas vidas que são protegidas pelo Estado e outras que são descartáveis é um exercício que tenho realizado no decorrer da pesquisa, ora pensando com a Butler, com a Carolina de Jesus, entre outras, já que essas vozes me permitem transitar no campo das interseccionalidades, no sentido de pensar a partir de diferentes lugares desde onde falam e também de diferentes marcadores que constituem os corpos dessas autoras e autores. Ainda me permitem a experiência da interseccionalidade, ao colocá-la em ação para a construção de uma reflexão.

Vergés (2021) prossegue dizendo que pensa o funcionamento do estado articulado à polícia – que supostamente teria o papel de proteger a todos, como responsáveis por uma série de violências, estupros e feminicídios, já que, como o Estado é uma instância reguladora da política e da economia, opera sustentado por explorações capitalistas, patriarcais e imperialistas, e acaba por produzir, sobretudo, violências contra mulheres, pessoas pobres e corpos que vão sendo racializados, como parte de um projeto, de uma política de Estado. Sendo assim, acredita que seria inútil clamar ao Estado por justiça e proteção, uma vez que o mesmo é produtor de desigualdades e injustiça social. Apesar do Estado se esforçar para reconhecer a violência contra as mulheres e legitimá-la a partir de mecanismos de combate à violência, o Estado é também feminicida. É feminicida na medida em que falha ao proteger as mulheres, quando as revitimiza ou as culpabiliza pela violência sofrida. É feminicida também quando nos serviços voltados para enfrentamento da questão, naturaliza ou justifica o comportamento de homens autores de violência. Nessa perspectiva, o Estado funciona na lógica do que Berenice Bento (2021), em reportagem a revista *Cult* – edição 274, considera como bionecropoder. Bio-necro-poder, a articulação de termos pensados por Foucault e Achille Mbembe, situados em contexto brasileiro. O bionecropoder opera neste caso tanto pelo extermínio permanente da população (mulheres subalternizadas/racializadas), quanto pela criação de políticas voltadas para a vida, seu cuidado e reprodução (lei maria da penha, lei do feminicídio, políticas públicas para mulheres, etc).

Nesse momento me lembro de uma reflexão feita pela Professora Simone Maria Huning. Ela questiona se essa justiça que estamos falando é a justiça que pune e encarcera os autores de violência contra as mulheres, pois é comum que consideremos que a justiça nesses casos viria dessas circunstâncias. Seria possível pensar uma outra política de proteção? Uma política que não se sustenta pela judicialização dos problemas sociais, ou que não vê a polícia como única forma de garantir proteção às vidas? A justiça/polícia/proteção do Estado é a mesma para todos os corpos? No caso da violência contra as mulheres, qualquer homem autor de violência recebe o mesmo tratamento?

Informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁸ apontam que, no ano de 2021, aconteceram, no Brasil, 1319 feminicídios. Ou seja, uma mulher é morta a cada 8 horas. Esse número de feminicídios resultou em 2300 órfãos, filhos e filhas de mulheres vítimas da violência. Percebe-se ainda que o feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas, apesar de diminuir entre mulheres brancas. Entre os dois primeiros grupos, o índice dos assassinatos chega a ser o dobro do que entre as mulheres brancas²⁹. Quando vemos as estatísticas sobre o número de feminicídios, ficamos espantados. Apesar desses números não retratarem a complexidade de cada história, pois as reduzem a porcentagens, são vidas que importam. A magnitude da violência pode, diversas vezes, nos causar raiva, indignação, desejo de vingança, punição. É compreensível. Porém, precisamos refletir se as punições e os encarceramentos são medidas que garantem o fim da violência. A lei penal pode ser considerada instrumento pedagógico? Existe um problema estrutural no punitivismo?

Davis (2019a) nos ajuda a responder. Fala que quando pensa a respeito das políticas de encarceramento, ao invés de pensarmos em encarcerar, devemos pensar o que leva as pessoas a cometerem determinados atos e, sobretudo, devemos pensar a que projeto político a punição está vinculada. Para o funcionamento do Estado, as prisões são indispensáveis, nos diria Foucault em *Vigiar e Punir*. A ideia de proteção da sociedade está colada ao sistema que prende e pune o inimigo. Inimigo esse que é ficcional, forjado. Inimigo que tem um corpo constituído por gênero, raça, classe social. Toni Morrison – primeira mulher negra a ganhar o prêmio Nobel de literatura, em 1993, nos contou em seu livro “A origem dos outros”, sobre a outremização. O termo diz respeito a definição de si por um outro. Ao mesmo tempo em que define o outro, a outremização também afirma quem sou. Morrison nos explica que a outremização foi uma ferramenta usada pela branquitude para romantizar práticas racistas. A outremização, portanto, é uma ferramenta de violência: “A necessidade de transformar o escravizado numa espécie estrangeira parece uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal. A urgência em distinguir entre quem pertence à raça humana e quem decididamente não é humano é tão potente que o foco se desloca e mira não o objeto da degradação, mas seu criador” (Morrison, 2019, p. 54). Se articularmos a ideia de racismo estrutural com a outremização, podemos perceber como a violência do Estado se justifica pela outremização do outro.

²⁸ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>

²⁹ <https://www.camara.leg.br/noticias/547491-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora/>

A ideia de Morrison vai ao encontro do que Davis escreve em sua obra “Estarão as prisões obsoletas” (2019a), quando diz: “O encarceramento está associado à racialização daqueles que têm mais probabilidade de ser punidos. Está associado a sua classe e, como vimos, a seu gênero, que também estrutura o sistema penal” (p. 121). Penso que nesse momento a Professora Anita Guazzelli Bernardes, em uma de nossas orientações, me perguntaria: E é possível desvincular crime e punição? Raça e punição? Classe e punição? Gênero e punição?

Nos casos de violência contra as mulheres e feminicídios, há uma vertente do movimento feminista, conhecida como feminismo carcerário, que segundo Vergés (2021, p. 90): “apoiando-se nas noções de periculosidade e segurança, milita para que os tribunais julguem mais severamente e decidam a favor de penas de prisão mais longas ou de um aumento das medidas de segurança e controle”. Mas seria o sistema penal a alternativa mais eficaz para fazer justiça nesses casos? Não estaríamos assim direcionando o problema somente ao indivíduo? A ideia de tirar alguém potencialmente perigoso de circulação garantiria uma sociedade mais segura? Encarcerar reabilita? É pela reclusão que se entende que não se pode violentar e matar mulheres? Vergés (2021, p. 91) prossegue e conclui: “não é a prisão do agressor que modificará sua mentalidade e lhe ensinará que uma mulher é um ser humano”.

Toni Morrison novamente entra em cena e reforça que a outremização estabelece o estrangeiro. É necessário que o sujeito outremize o outro para que ele próprio não se torne estrangeiro. Essa outremização não acontece somente pela punição, no caso de homens autores de violência. “Por mais impressionantemente repulsivos que sejam esses incidentes de violência, a questão que surge, bem mais reveladora do que a severidade da punição, é: quem são essas pessoas? (Morrison, 2019, p. 53). Considerar homens autores de violência como vidas nos permite pensar no âmbito coletivo e em alternativas que promovam uma mudança na estrutura patriarcal, machista e racista. Homens autores de violência contra as mulheres são também fruto dessa estrutura e da sociedade que nos ensina, nos forma. Recordando o que nos ensina bell hooks (2020), o primeiro passo para que nós, mulheres, nos tornemos feministas, é reconhecer o machismo que habita em nós mesmas. Quer dizer, fomos socializadas para acreditar em valores e pensamentos sexistas da mesma forma que os homens. Quando Morrison questiona quem são essas pessoas, essa pergunta nos convoca a refletir sobre a história de vida delas para além do ato de violência. Poderíamos a partir disso produzir outros modos de subjetivação? Quer dizer, outros modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo? Outros modos de pensarmos a justiça para esses casos?

Quando Angela Davis nos questiona se as prisões estão obsoletas e quem é a população carcerária, diz que ativistas antiprisionais existem desde o surgimento das prisões como principal forma de punição. Foucault também comenta sobre isso na introdução do livro *Vigiar e Punir*. Ao estudar a emergência das prisões, ele entende, a partir do que diziam os próprios autores da época – início do século XIX - que, quando a prisão se torna efetivamente uma ferramenta de normalização e disciplina, já nasce como algo que não corresponde ao proposto, que não serve como forma de justiça. O complexo industrial prisional, citado por Davis (2019a), serve para uma outra coisa que não aquilo – ressocialização. Esse termo – complexo industrial prisional - foi pensado para contestar a crença de que o aumento dos níveis de criminalidade é a principal causa do aumento da população carcerária. Na realidade, ativistas e estudiosos que fazem uso do termo argumentam que “a construção de prisões e a eventual necessidade de ocupar essas novas estruturas com corpos humanos foram guiadas por ideologias racistas e pela busca desenfreada de lucro (Davis, 2019, p. 92).

Encarcerar como medida de punição nos parece algo natural, embora não seja natural pensar o que se passa dentro desses espaços e sob quais condições pessoas vivem lá. “Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global” (Davis, 2019, p. 17). Isto é, ao invés de buscar estratégias para a construção de uma sociedade menos machista, racista e violenta, é mais fácil enclausurar certos indivíduos e não olhar mais para a questão, não pensar no assunto. Hill Collins e Bilge comentam que “não é possível chegar a soluções imaginando as mulheres como uma massa homogênea ou pintando os homens como perpetradores, tampouco concentrando-se exclusivamente nos indivíduos ou no poder do Estado” (2021, p. 73).

Ao pensar o biopoder e a biopolítica como forma de organização da sociedade e dos Estados nacionais europeus, Foucault diz que a justificativa da diferença racial serviu para controlar e classificar aqueles tidos como degenerados. Nesse contexto, as práticas eugênicas, operadas no fim do século XIX e início do século XX, contribuíram para o funcionamento dos Estados modernos e do Racismo de Estado. O Racismo de Estado, conforme Foucault, explica a lógica de normalização da sociedade, ao indicar práticas disciplinares e reguladoras a serem seguidas e condutas a serem condenadas. Isto é, o Estado, por meio de suas instituições e discursos, estabelece um aparato tecnológico disciplinar e biopolítico, que visa à normalização de um certo grupo populacional, promovendo a vida de alguns e deixando a morte outros (Foucault, 2010, p. 206-207). Contudo, ao pensarmos o Racismo de Estado operando dentro da lógica da colonização e da colonialidade, aquilo que na realidade foi feito

no sul Global, as vidas que escapam a biopolítica dos corpos se tornam o inimigo a ser exterminado. A noção de Racismo de estado e estado de segurança não é para todos os corpos. Embora Foucault não pense a partir de territórios que foram colonizados, pois sua análise é situada em um contexto específico – estados nacionais na Europa, sua análise nos ajuda a pensar de que modo o racismo estrutural produz violências aqui. Quando aproximamos suas reflexões de estudos como os de Mbembe, por exemplo, que explicará que a base do capitalismo, no sul global, foi a Plantation, a lógica da escravização não era apenas um deixar morrer, mas a produção de um inimigo que se justificará matar, escravizar, violar. Essa lógica do inimigo torna-se um mecanismo de exercício de poder que terá em si mesmo uma justificativa para a violência sobre certos corpos, estabelecendo a partir da segmentação das populações, quem deve viver e quem deve morrer. Matar, deixar viver ou expor a morte? Eis a questão.

Uma alternativa que propõe um caminho diferente ao encarceramento, e inclusive aparece na Lei Maria da Penha, embora pouco divulgada e implementada, são programas de reflexão e conscientização para homens autores de violência contra as mulheres. A aposta na educação se baseia em uma ideia de justiça reparadora e não em uma justiça exclusivamente punitiva. A aposta está no desencarceramento e não na reforma do sistema prisional, de acordo com Davis. Porém, “alternativas que não combatam o racismo, a dominação masculina, a homofobia, o preconceito de classe e outras estruturas de dominação não levarão, em última análise, ao desencarceramento” (Davis, 2019, p. 117).

Pergunto-me como tornar tal proposta possível. Penso que só seria possível em um mundo feminista. Mas de novo me pergunto: isso é possível? Talvez não. Talvez um caminho possível fosse ler autoras que discutem sobre o tema, aprender com elas, seguir seus passos. Outra alternativa potente, pensei, e mais acessível, é escutar sobre a vida de mulheres, escutar sobre como elas sobrevivem em suas vidas cotidianas. Escutá-las seria uma forma de acessar o plano de experiência, e não somente o plano formal, da teoria, uma aliança entre ferramentas analíticas e microlutas (Hill Collins e Bilge, 2021). Talvez, a partir do contato com essas outras histórias, poderíamos começar a pensar: Quem sou eu nesse processo de transformação para um mundo mais justo?

Para pensar sobre as vidas passíveis de luta, tornou-se fundamental escutar os movimentos de mulheres e feministas que enfrentam as práticas de violência e extermínio. São movimentos de resistência e afirmação da vida diante da morte. Se, atualmente, mulheres conseguem identificar as formas de violência antes naturalizadas, se existem leis que regulam essas práticas, políticas públicas voltadas ao enfrentamento do feminicídio, essas conquistas

são fruto do trabalho das lutas feministas que nos instrumentalizaram a identificar e reconhecer que a violência não é natural, e sim socialmente construída.

Da mesma forma, para pensar sobre as vidas passíveis de luta, é igualmente fundamental dar visibilidade ao plano atual de política que, com determinadas medidas e decretos, acaba sendo também feminicida, mesmo que indiretamente. Sendo assim, movimentos sociais têm atuado na tentativa de mudar a lógica e os modos de operar do Estado, pois sua existência aponta para as necessidades das comunidades que não estão incluídas no grupo hegemônico – branco, masculino, heterossexual - que, majoritariamente, ocupa posições de poder. Poder aqui entendido como exercício, como luta agonística que acontece entre aqueles que, de um lado, ocupam os cargos de poder e, de outro, compõem os movimentos sociais, geralmente reconhecidos como minorias, apesar de representarem grande parte da população brasileira – mulheres, negros, povos indígenas, comunidade LGBT. Diante disso, vemos a existência de dois elementos que coexistem: a política e o ativismo. Ambos acontecem simultaneamente, ora se reforçam, ora se encontram e por vezes ainda se antagonizam. Contudo, há nesse jogo um terceiro elemento, diz respeito às microlutas. Tratarei delas a seguir.

À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas.

(Mombaça, 2021, p. 14)

O que são microlutas? Davis (2018) nos dá uma pista para responder a essa questão quando escreve sobre os movimentos progressistas. Constantemente ela fala que não devemos lembrar só das figuras que receberam destaque como líderes de movimentos, a exemplo de Martin Luther King e Nelson Mandela, personagens emblemáticos na luta pela liberdade negra. Apesar de sua significativa contribuição, é preciso enfatizar e escutar outras pessoas que integraram esses movimentos, reconhecer a participação de cada um na luta coletiva. É interessante notar que Davis dá visibilidade à luta de pessoas, sobretudo mulheres, a partir de relatos sobre suas experiências cotidianas, ao denunciar as problemáticas que viviam e, ao mesmo tempo, ao resistir e insistir no valor de sua sobrevivência e também da sobrevivência dos demais.

Como podemos agir contra a representação de agentes da história como indivíduos poderosos, indivíduos poderosos do sexo masculino, a fim de revelar o papel desempenhado no movimento pela liberdade negra, por exemplo, por mulheres negras? (Davis, 2018, p. 69).

Pensando em relação a minha pesquisa, esse apontamento me fez refletir: é importante apresentar os grandes movimentos de luta feminista, visto que seu ativismo e aliança são força transformadora, mas é igualmente importante escutar a resistência micropolítica. Não estou aqui falando das lutas revolucionárias, mas de transgressões que acontecem no cotidiano. Aquelas que se passam dentro de lares, nas ruas, vielas, calçadas, rodas de conversa, praças, bares, mercadinhos, feiras e quase ninguém vê. Que acontece na experiência de cada mulher, nos fragmentos de suas histórias de vida. Assim, penso que trazer relatos dessas mulheres é uma estratégia metodológica de pesquisa para ouvir essas histórias, assim como fazem os batuques, berimbaus, pandeiros, encantarias que ressoam e tornam possível que vozes outras sejam escutadas. O que Davis faz, assim como Carolina, é apresentar em seus textos novas descobertas, histórias de vida de mulheres que até então eu não conhecia e que me provocam a querer conhecer mais. Quem são as mulheres que, diariamente, enfrentam a violência e o feminicídio? Quais suas histórias? Seus relatos de luto, de luta e de insistência pela vida?

Diante da necessidade de pensar com as microlutas e também motivada a seguir os rastros dos questionamentos realizados acima, optei por apresentar agora uma cena na qual narro minha experiência em um encontro que aconteceu com o propósito de pensar estratégias de combate ao feminicídio. Mas, antes, Jota Mombaça nos convoca a uma reflexão:

Não basta às pessoas situadas em posições de privilégio social, ontológico e epistêmico que desejam reivindicar para si o papel de “aliadas” aprender a falar a linguagem dos antirracismos, da descolonialidade e, adicionalmente, dos movimentos trans. O trabalho político dessas pessoas deve, necessariamente, operar conforme um certo programa negativo, em que desaprender, desfazer, calar e boicotar deixam de ser mecanismos acionados contra pessoas negras e dissidentes em geral para converter-se numa espécie de ética autodestrutiva da qual o trabalho de aliança branca depende (Mombaça, 2021, p. 39).

Era quinta-feira, dia seis de fevereiro de dois mil e vinte. A vida seguia seu ritmo habitual, ainda não havia sido freada pelo vírus, não havia sido pulverizada pela doença, pelo medo e pela miséria. Ainda era possível fazer planos, traçar metas, reunir corpos, promover encontros. Neste dia, algumas mulheres se reuniram para pensar modos de combater o feminicídio, e o convite veio por parte da Subsecretaria Estadual de Políticas para a Mulher –

SEMU, órgão responsável por formular políticas públicas para as mulheres e promover ações de combate a violência e a discriminação.

O encontro foi aberto à sociedade civil, embora na sala que sediou o encontro, naquele auditório pequeno e lotado no qual, aglomeradas, passamos pouco mais de duas horas, não fosse possível visualizar uma diversidade de corpos, uma multiplicidade de formas, mas sim um sem-fim de corpos parecidos com o meu, corpos com a pele branca. Como atividade inicial, fomos convidadas a nos apresentar, apenas o nome e a ocupação. Havia pesquisadoras, estudantes, militantes, professoras, advogadas, vereadoras, servidoras públicas, mulheres. Em seguida, foram-nos apresentadas algumas ações que a Subsecretaria realizou em parceria com o Poder Legislativo e Judiciário para o enfrentamento a violência contra as mulheres, entre elas a implementação do Plano Estadual de combate ao feminicídio, instituído mediante o decreto nº 15.325/2019³⁰.

De acordo com a fala da então Secretária Especial de Cidadania, a reunião aconteceu com o propósito de “discutir o fenômeno da violência contra a mulher e os feminicídios de forma transversal e integrada, mas, sem dúvida, na reunião com as mulheres de diferentes segmentos, tivemos a oportunidade de ouvir exatamente quais as necessidades e em que precisamos investir mais e melhor”³¹. E após a apresentação do plano, no restante do tempo, foi isso o que fizemos, ouvir.

O microfone estava à disposição para quem quisesse se manifestar, bastava apenas levantar a mão, fazer um gesto que expressasse o desejo em dizer, em se fazer ouvida. Uma por uma as mulheres falaram, algumas iam sozinhas, outras em dupla, trios. O microfone fez com que essas vozes fossem amplificadas, ressoando pelo espaço a manifestação de um corpo que é ao mesmo tempo individual e coletivo, plural e singular, que habita o território público e privado. Daquele momento da reunião, alguns corpos-vozes me chamaram atenção, suas narrativas ora se esbarram, ora colidem e por vezes também se encontram. O que segue adiante são fragmentos dessas falas, cenas que vêm a minha memória quando, no exercício da escrita, evoco as lembranças daquele dia, alicerçada também por registros presentes no meu caderno de campo.

Lembro primeiro de um grupo de advogadas, brancas, cuja proposta para o combate a violência e o feminicídio é o empreendedorismo: “Vamos ensinar as mulheres periféricas a

³⁰ O Plano apresenta o objetivo de conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre a violência e o assassinato sofrido pelas mulheres, a partir de campanhas educativas continuadas, palestras, panfletagens, eventos, entre outros. <http://www.ms.gov.br/governo-discute-acoes-de-combate-ao-femicidio-em-ms/>

³¹<http://www.ms.gov.br/reuniao-discute-o-plano-estadual-de-combate-ao-femicidio-em-mato-grosso-do-sul/>

fazer bolo, a venda e o possível lucro podem contribuir para que elas saiam de uma situação de violência, uma vez que muitas são dependentes economicamente de seus companheiros, possíveis autores da violência”. Ao ouvir tal declaração, olhei para as mulheres ao meu redor, queria ver em seus rostos o efeito que a proposta pouco antes apresentada suscitara. Tal ideia seria bem recebida? Era uma alternativa viável? Contribuiria para o fim da violência?

Depois foi de encontro ao microfone uma outra mulher, cuja cor da pele era diferente da nossa, sua pele era negra. Negra/o, termo criado e atribuído pela branquitude para se referir ao outro, aquelas/aqueles que têm mais melanina, pigmento que dá cor à pele. A explicação da diferença biológica é usada para justificar e atribuir ao negro o lugar de inferioridade e subordinação, decorrente de um processo de desumanização e violência (Kilomba, 2019; Mbembe, 2018). E ela nos fala: “Sou mulher, negra, pobre, periférica. Acordo às cinco horas da manhã todos os dias, pego condução lotada e vou trabalhar. Tenho filhos pra alimentar, não tem como fazer bolo pra vender se antes me falta dinheiro para comprar bolo e dar de comer pra eles”. Logo após esse relato-existência, não senti vontade de olhar ao redor, como fiz depois de escutar o grupo de advogadas, essa fala havia me atravessado de tal forma que imaginei que as outras mulheres estariam iguais a mim, com a cabeça baixa, atônitas. Senti um súbito desconforto diante da realidade narrada, da disparidade de experiências. Em toda minha vida, nunca me faltou um pedaço de bolo.

Se Carolina Maria de Jesus estivesse presente naquele momento, entenderia muito bem a situação relatada há pouco. Ela conta em seu diário sobre a luta para alimentar seus três filhos que regularmente dormiam de barriga vazia. Negra, mãe solo, moradora da periferia, escritora e catadora de papel, Carolina responde quando é interpelada sobre como era possível se alimentar do que encontra no lixo, dizendo: “O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais” (Jesus, 2000, p. 100). De certo modo essas experiências se cruzam, pois ambas são mulheres negras, mães, periféricas, lutando dia a dia por sua sobrevivência e dos seus filhos. Suas experiências nos dizem de uma realidade social atravessada pelo racismo, pelo machismo e também pela violência e pela desigualdade.

Se Vergés (2021) estivesse presente, penso que a proposta em questão lhe causaria certo desconforto, já que critica o que entende por feminismo civilizatório – aquele que tem como propósito uma missão civilizatória colonial de ensinar mulheres negras e marginalizadas acerca da importância da garantia de seus direitos. O feminismo civilizatório, de acordo com ela, é aquele que almeja integrar mulheres à sociedade, aquele que luta para garantir a presença das mulheres nos postos de comando, um feminismo de elite, e não um feminismo que luta pela efetiva transformação da sociedade. Deve-se desafiar a lógica na qual

integrar mulheres nessa sociedade patriarcal seria uma forma de garantir justiça e igualdade. Se Sueli Carneiro também estivesse naquela reunião, imagino que ela nos falaria acerca do empreendedorismo das mulheres negras. Diria que mulheres negras sempre foram empreendedoras, pois quase não existe trabalho formal para elas. Empreender para não passar fome. Formar alianças e redes de proteção desde muito cedo já que não tinham a proteção do estado e precisaram inventar formas de lutar, de sobreviver.

Teve ainda uma terceira voz, veio de uma mulher branca com deficiência, sua limitação física faz necessário que ela use uma cadeira de rodas para se locomover. Inicia sua fala dizendo ser membra da Associação de mulheres com deficiência de Mato Grosso do Sul (AMDEFMS) e nos alerta que mulheres com deficiência também vivem situações de violência e são vítimas de feminicídio, mesmo que por diversas vezes sejam invisíveis nas políticas públicas para enfrentamento à violência e nos debates promovidos pelos movimentos de mulheres. “Nós devemos ser incluídas nas campanhas de combate à violência, devemos ter nossas necessidades atendidas. É preciso lembrar que mulheres surdas e com impedimento de fala não conseguem pedir socorro”, diz. Novamente aquela sensação de desconforto se fez presente em mim. Por quantas vezes também deixei de escutar mulheres com deficiência, deixei de considerá-las possíveis vítimas da violência? De considerá-las vidas que importam?

Mesmo após o término da reunião, eu continuava revivendo aquela cena. Ao longo do encontro houve outras vozes, mas essas são as que ainda me acompanham, talvez por se tratar de experiências tão contrárias à minha. Por fim, a última voz que neste momento apresento, presente ao longo deste texto e constituída de todas as outras vozes aqui presentes, é a minha. Voz que naquele dia silenciou diante do microfone, preferi participar com os ouvidos bem atentos. Precisei emudecer para agora escrever o que daquele encontro ainda ecoa. Passaram-se meses desde que a reunião em questão aconteceu, e até o momento sinto seus efeitos em mim, ainda me visita aquele súbito desconforto. Esse desconforto surge do encontro da minha vida com a vida de outras mulheres e dos tensionamentos que esses encontros provocam ao escancarar as desigualdades sociais. Mas não é só o desconforto que me visita, há ainda o desejo em ver, escutar e aprender com aquelas que lutam por um mundo melhor.

*A gente combinamos de não morrer.
Precisávamos também que eles tivessem
combinado de não nos matar.*

(Mombaça, 2021, p. 29)

O objetivo de falar sobre o Encontro de combate ao feminicídio é pensar a partir da dimensão das microlutas. As microlutas acontecem ao mesmo tempo que as políticas sociais de enfrentamento à violência contra as mulheres e o ativismo e enfrentamento realizados de maneira macro, pelos movimentos feministas e de mulheres. Três elementos que acontecem no mesmo plano. Porém, penso que as microlutas têm a potência de dar maior visibilidade àquilo que ocorre no cotidiano, entre sussurros, no dia a dia. Também nos mostram o modo que as desigualdades são engendradas e ainda os efeitos desse sistema que produz assimetrias nas relações de poder e, conseqüentemente, diferentes experiências e modos de ser e habitar o mundo. A partir disso, a interseccionalidade emerge como relevante ferramenta analítica, visto que opera para nos mostrar como habitamos o mundo de modo diferente umas das outras, como a presença dos marcadores sociais que constituem nossos corpos e nos constituem enquanto sujeitos faz com que cada experiência seja única. Logo, se habito o mundo em situação de privilégio, pois sou uma mulher branca, estudante de pós-graduação, qual o meu papel enquanto pesquisadora? De que modo devo agir na tentativa de reparar tais desigualdades?

Esse questionamento age como disparador para refletir sobre o lugar privilegiado da branquitude em nossa sociedade. Embora o fato de ser branca não me garanta todos os privilégios, visto que sou uma mulher vivendo em uma sociedade machista, misógina e patriarcal. Esse questionamento é ainda efeito de deslocamentos que tenho tentado viver enquanto estudante de doutorado. A partir deles repenso e problematizo o modo de ser e estar no mundo e também de produzir conhecimento. A produção de conhecimento é um campo de disputas, de jogos de poder, prática por muito tempo quase exclusiva de homens brancos. Problematizar o paradigma da ciência moderna e seus pressupostos de neutralidade, universalidade e objetividade se torna urgente devido à necessidade de não repetir o apagamento e o silenciamento de vozes que foram historicamente subalternizadas e emudecidas pelo saber científico moderno, como as vozes de mulheres negras.

Ao refletir sobre lugar de fala e regimes de apagamento, Jota Mombaça (2021) interroga sobre os limites da apropriação feita pela branquitude das práticas e discursos decoloniais e antirracistas. Embora seja imprescindível a colaboração de pessoas brancas na luta para o desmonte desse sistema branco-colonial, a justiça social não será alcançada se aqueles que estão em situação de privilégio social, epistemológico e ontológico não estiverem dispostos a abrir mão de seus privilégios. “Segundo a economia política das alianças brancas, “dividir privilégio” é sempre, contraditoriamente, uma fórmula que visa à “multiplicação dos privilégios” e não à sua abolição como estrutura fundamental da reprodução de

desigualdades” (Mombaça, 2021, p. 41). Isto posto, torna-se fundamental o fim do binário subalternidade-dominância.

Acredito que uma das possibilidades para reparar esse problema é ler e escutar esses outros corpos-vozes. Torná-los referência em nossa produção acadêmica, pois estes possuem um compromisso ético e político com a denúncia das desigualdades e das hierarquias engendradas por uma sociedade que se organiza com base no racismo, no machismo e na colonialidade (Oliveira et al, 2019). Mas tornar referência corpos historicamente subalternizados não é suficiente. Ou seja, não adianta apenas enegrecermos nossas referências enquanto mulheres negras, pessoas trans, indígenas, pessoas com deficiência não estiverem ocupando esses espaços enquanto docentes. Ainda é ínfimo o número de docentes negras e negros nas universidades. Por isso, não basta enegrecer nossas referências, precisamos de pessoas negras compondo junto conosco.

Uma outra forma de provocar fissuras no modelo científico colonizador, branco e masculino, é fazer de nossas investigações acadêmicas pesquisas-experiências. Narrar as experiências, os encontros e afetos mobilizados no pesquisador(a) ao longo do processo de pesquisa pode ser uma estratégia para alargar a presença de diferentes vozes, corpos, conhecimentos e sensibilidades (Hüning e Gomes, 2019). Foi essa a minha intenção ao narrar os diferentes corpos-vozes presentes no encontro que discutia o enfrentamento a violência contra as mulheres. Já que foi a partir daquele momento e do contato com essas outras existências que passei a me interrogar: O que atravessa a minha escrita? Quantas mulheres produzem junto comigo quando escrevo? O que se produz do encontro da minha vida com a vida de outras mulheres? Que lugares de privilégio passo a dividir?

Eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras.

(Mombaça, 2021, p. 28)

No empreendimento de pensar com essas quatro interpelações feitas acima: “O que atravessa a minha escrita? Quantas mulheres produzem junto comigo quando escrevo? O que se produz do encontro da minha vida com a vida de outras mulheres? Que lugares de privilégio passo a dividir?”, apresentei ao longo deste texto os elementos que constituem o feminicídio e o fazem emergir enquanto problema social e também sobre os diferentes enfrentamentos pelo fim da violência realizados por movimentos sociais. Dialoguei com uma

multiplicidade de autoras e cruzei minha trajetória de pesquisa e experiência de vida com a experiência de outras mulheres. Nesse percurso, foi possível identificar a existência de certos elementos que compõem a temática de pesquisa, a saber: as políticas públicas e os movimentos sociais de mulheres macro e micropolíticos, que agora passam a ser foco de interesse da pesquisa.

Considerar o âmbito micropolítico das lutas não significa necessariamente falar sobre as mulheres que fazem parte de movimentos sociais ou se identificam como feministas. Chimamanda Adichie, entrevistada pelo programa Roda Viva, em 14 de junho de 2021³², fala da possibilidade de sermos múltiplas. De se permitir ser todas as coisas que se é, a união de todas as coisas que nos compõem. Nesse sentido, não é preciso que uma mulher seja integrante de movimentos sociais ou se considere feminista para que ela enfrente, de algum modo, à sua maneira, a estrutura machista, misógina e racista na qual vivemos. Ela pode fazer isso no cotidiano, dentro da sua casa, na rua, no seu ambiente de trabalho, na relação com seu companheiro(a), familiar, amigo(a). Se permitir ser todas as coisas que se é faz parte de uma aposta ontoepistemológica que se utiliza do *e* ou invés do *ou*. Ou seja, posso ser feminista e pesquisadora e estudante e assim por diante. Não preciso ser uma coisa ou outra. A oposição restringe nossa potência de existir, visto que há incontáveis maneiras de ser e estar no mundo. Chimamanda ainda diz: “Quero sobretudo aprender sobre a vida das mulheres em várias partes do mundo e como as mulheres enfrentam os desafios que surgem por elas serem mulheres. Estou muito interessada nisso. Acho inspirador. Quero aprender, e aprendo, sabendo sobre a vida das mulheres” (Adichie, 14 de junho de 2021, no Roda Viva).

Assim como Chimamanda, também me interessa em aprender sobre a vida das mulheres. Quero pensar com as vidas passíveis de luto e de luta. Com as línguas não domesticadas. Quero seguir o fio das lutas cotidianas, que por vezes são invisíveis, mas estão acontecendo o tempo todo, em todo lugar. Diante desse desejo, faço a seguinte questão de pesquisa: Frente ao feminicídio, de que modo se organizam as microlutas pela vida?

³² [Roda Viva | Chimamanda Ngozi Adichie | 14/06/2021 - YouTube](#)

3 SLAM: POESIA E RESISTÊNCIA

E se, às margens do grande nós universal (humano, branco, cisgênero e heteronormativo) a partir do qual se formula e engendra um certo projeto de sujeito e identidade, outros modos de criar coletividade e de estar juntas se precipitassem na quebra e através dela?

(Mombaça, 2021, p. 22)

O que aqui segue são escritos feitos após a qualificação. Para criá-los, considerei uma supervisão que tive com minha orientadora, Anita Guazzelli Bernardes, na qual tecemos caminhos possíveis para a pesquisa e ainda considerei as vozes que ressoam em forma de interpelações e sugestões realizadas pelas Professoras/pesquisadoras Liliana Parra-Valencia, Érika Cecília Soares de Oliveira, Simone Maria Huning e Luciane Pinho de Almeida, que participaram da minha banca de qualificação e estão me auxiliando na escrita da tese. Da mesma forma, outras vozes foram convidadas a conversar conosco, entre elas vozes de algumas poetisas que participam de Slams. Compor este trabalho a partir de várias vozes é parte de uma aposta de pesquisa que entende a interseccionalidade como ferramenta analítica e como práxis, no sentido que esses encontros reforçam a ideia de uma política de escrita da multiplicação de diferentes vozes a serem ouvidas, “de outros modos de criar coletividades”, como disse Jota Mombaça na abertura deste capítulo. Apostar em um outro modo de escrita, neste caso, da oralidade e da contação de histórias, é uma tentativa de propor novas formas de produzir realidades e conhecimento dentro da academia. Portanto, a narrativa dos meus encontros com o Slam serão o fio condutor da discussão que agora se inicia. Essas narrativas se assemelham ao sonho que tive com Carolina de Jesus. Igualmente podemos pensar o sonho enquanto lugar de veiculação de afetos, visto que o sonho implica uma relação. Não falamos dos nossos sonhos para qualquer um, nos ensina Ailton Krenak (2020). O sonho na perspectiva indígena é parte de uma experiência coletiva, de corpos que fazem laço. Sonho como acontecimento. E o cotidiano como uma extensão do sonho. Krenak diz que os sonhos para seus ancestrais fazem parte do modo de vida indígena, são como uma bússola que orienta suas ações. “Se alguém me chama para fazer uma viagem, eu espero sonhar com aquilo. Se eu não sonhar com a viagem ou com um convite para sair de onde estou, significa que eu não vou” (Krenak, 2020, p. 38).

Após realizar minha pergunta de pesquisa: Frente ao feminicídio, de que modo se organizam as microlutas pela vida?, chega o momento de traçar outros itinerários com ela.

Diante das incontáveis microlutas que acontecem espalhadas por aí, há um movimento bastante interessante e que desperta meu interesse, trata-se do Slam. Se me perguntassem o que é o slam e eu precisasse explicá-lo de maneira breve, diria: O slam é uma batalha de poesia, tem algumas regras básicas: as performances contam com o corpo e a voz da(o) poeta, ou seja, as apresentações não contam com acompanhamento musical, visual ou figurino; para batalhar é necessário que se apresentem no mínimo três poesias próprias, autorais e inéditas e, por último, a/o slammer tem até três minutos para fazer sua apresentação. O júri é escolhido no momento das batalhas e qualquer pessoa presente na plateia pode se candidatar. São atribuídas notas para as poesias, em uma escala de zero a dez, sendo que a nota mais alta e a mais baixa são descartadas.

Ademais das regras de funcionamento, as apresentações do slam, geralmente, denunciam injustiças sociais e vociferam por garantia de direitos. Nas palavras de Roberta Estrela D’alva, apontada como uma das responsáveis por trazer o slam para o Brasil, no ano de 2008, “acredito que o *slam* tenha tanta adesão porque vem com o viés dessas vozes que querem e precisam ser ouvidas; é um jeito de falar de política e outras questões atuais de maneira poética”³³. Inclusive foi Roberta Estrela D’alva quem criou o ZAP! Slam – Zona Autônoma da Palavra, primeiro slam de poesia do Brasil, em São Paulo. Ela ainda foi responsável pela organização do primeiro evento de slam no país, a primeira slammer brasileira a participar da Copa do Mundo de Slam, em 2011, e mais recentemente, em 2018, foi uma das diretoras do documentário Slam: voz de levante (Freitas, 2020). Desde sua emergência até os dias de hoje, os slam se alastraram, principalmente pelas periferias brasileiras, transformando temas duros como violência, racismo, homofobia e machismo em poesia. “Rimas de desabafos, de novas ordens, são palavras cuspidas de indignação à injustiça social estruturada para a exclusão de pobres, pessoas pretas, mulheres, gays, lésbicas, pessoas gordas e tanta gente que a sociedade brasileira não inclui em seu status quo” (Eliana de Freitas, a língua quando poema, 2022, p. 13). Na poesia intitulada Nunca mais, Roberta Estrela D’Alva (2022, p. 199), nos coloca ao encontro dessas violências que mulheres enfrentam, sobre suas lutas e sobre o machismo em nossa sociedade³⁴:

Quando já não se pode mais ouvir os sons que vêm de dentro

E o que é de fora, já é tão familiar e aceito, que se torna parte do centro,

³³ <https://ims.com.br/filme/slam-voz-de-levante/>

³⁴ Nesta poesia, bem como em todas as outras presentes neste texto, optou-se em manter a caligrafia original como foram impressas as poesias pelas autoras/es.

Esquecidas da essência, dançamos fora do tempo
Descompassadas, guiadas por falsos guias,
Que ao passar dos dias nos distanciam
e nos fazem ser quem não somos
E afinal, quem somos?
Mulheres.
Tantas e tão diversas.
Que aprendem cedo sobre a luta. A não ceder. Sobre a labuta.
Sobre o luto e a força de lutar
Desejo que minhas palavras se transformem em antídoto
e se assim for permitido, tenham o dom de a dor transmutar.
De afastar
O tiro, a bíblia, o pau, a bala
Os olhos que se fecham, a boca que cala
Se eu pudesse voltar, eu voltava
Se eu pudesse voltar, eu voltava
Se eu pudesse voltar, eu voltava
Se eu pudesse voltar, eu voltava
E te tirava, Dora, de cima desse pau de arara.
E não deixava, Claudia, tu no asfalto ser arrastada.
E nenhum polícia covarde, Luana, até a morte te espancava.
E na tua cabeça Marielle, eu juro,
aquelas maldita 4 bala num entrava.
E nunca mais um homem homenagearia outro homem que torturava.
E nunca mais um homem homenagearia outro homem que torturava.

Vergés (2021) nos diz que devemos ter cuidado para não desvincular a situação das mulheres de um contexto global de violência. Punir homens autores de violência como alternativa mais eficaz para o enfrentamento da questão não é suficiente para resolver o problema da violência contra as mulheres. Para a autora, devemos, antes de tudo, “atacar as estruturas que produzem essa abominação” (Vergés, 2021, p. 24/25). No caso, o patriarcado e o capitalismo. Ao invés de repensar sua estrutura, o Estado individualiza a violência para criminalizá-la, ausentando-se de sua responsabilidade. Por isso a luta feminista não deve ser em prol do encarceramento. O feminismo considerado punitivista também individualiza a violência, colocando como um problema de homem/mulher, e não como uma questão do racismo, do patriarcalismo, do neoliberalismo, e assim por diante. Perante o aumento de casos de feminicídio e o desprezo e indiferença dos governos, mulheres e coletivos feministas respondem com ações diretas. Nesses casos, a raiva pode ser combustível, já que não há como permanecer pacíficas. Vergés (2021, p. 148) nos interroga:

O que fazer, então? Exigir do Estado o que ele nos deve, mas sem perder nossa autonomia; colocar nossas condições quando conversamos com as instituições; botar fogo, botar desordem; educar-nos coletivamente (educação! educação! educação!); ser solidárias a todas as lutas por libertação; cultivar amizade e amor revolucionários.

É sobre o direito a uma vida sossegada, na sua percepção. Sonhar com um futuro pós-racista, patriarcal, capitalista, imperialista e escravocrata. É também sobre “imaginar um mundo onde a humanidade não esteja dividida entre vidas que importam e vidas que não importam (Vergés, 20201, p. 143). Para tanto, devemos nos organizar com “aqueles e aquelas que não têm nada a perder” (Vergés, 20201, p. 155). Há relatos que o Slam surge em Chicago, durante os anos 1980. Um dos poetas daquela época, o construtor civil Mark Kelly Smith, procurava maneiras de fazer poesia do lado de lá dos espaços acadêmicos, fora dos muros das universidades. Ou, nas palavras de Daniela Silva de Freitas (2020, p. 2), a ideia era que o slam “atraísse aqueles que não se viam acolhidos pelo ambiente das leituras de poesia tradicionais”. A poesia que desde a Antiguidade ocidental eurocêntrica é destinada às elites, ao fazer uso de uma linguagem rebuscada, como se não fosse para ser compreendida por todos. Por isso, o slam estabelece uma política de portas abertas, democratizando o acesso à poesia, já que todos são bem-vindos. Qualquer um pode se inscrever para batalhar e, ainda, qualquer um pode participar do júri. Esse modo de operar é uma forma de questionar os eventos de poesia mais tradicionais no qual apenas determinados autores são considerados dignos de valor. O que está em jogo, portanto, é um deslocamento, tendo em vista que a

poesia deixa de ser algo reservado a alguns para se tornar acessível, especialmente para a juventude negra. A proposta de um deslocamento da poesia possibilitada pelo slam me lembrou o que a Professora Liliana Parra-Valencia certa vez falou. Ela me perguntou se conhecia a professora mexicana Katya Mandoki e a noção de uma estética do cotidiano. Liliana fala que Katya, doutora em história da arte, faz uma crítica à redução da estética e da arte ligada somente àquilo que é belo. Ao fazer isso, deixamos de olhar para a complexidade e a riqueza da vida em suas inúmeras manifestações. Deixamos de notar a beleza naquilo que é ordinário, cotidiano. Segundo Liliana, Mandoki considera que há beleza acontecendo nos múltiplos modos de viver, nas várias linguagens existentes no mundo, nos diferentes modos de andar, comer. Beleza em ver a vida acontecendo. Beleza nas singularidades que operam na construção e representação de nossas identidades sociais e culturais. Logo, a arte e a poesia não podem ser reduzidas às belas artes, a uma contemplação desinteressada, a museus, teatros, saraus e cinemas. A poesia deve existir no cotidiano, e por meio do slam ela acontece nas ruas, em praça pública, nas periferias. A poesia no slam se transforma em batalha coletiva. Nos slams “a poesia deixa o ambiente acadêmico, abandona os circuitos tradicionais de curadoria e produção de sentido, flerta com a canção popular e torna-se uma prática coletiva e, como tal, se estabelece no limite entre o oral, o escrito e o visual, fazendo da performance um elemento central” (Freitas, 2020, p. 3). Performance essa que é avaliada. A voz, o ritmo, a entonação, o olhar, os gestos, tudo conta e faz parte da experiência. Isso me fez recordar de Oyeronke (2002) ao nos ensinar sobre a diferença entre cosmovisão e cosmopercepção. Podemos pensar que as performances e batalhas de slam operam de modo similar a uma lógica da cosmopercepção. Diferente do que estamos habituados no Ocidente, em que se opera com a cosmovisão, na qual o mundo é percebido especialmente a partir da visão, do olhar que nos permite ver, ler, fazer uma diferenciação entre os corpos, a cosmopercepção, vinda dos povos Iorubá, é uma maneira de perceber o mundo apoiando-se em outros sentidos, na combinação entre eles, como o sentir e o ouvir. Por isso a importância nas apresentações do slam da voz, do ritmo, da entonação, etc. Ainda, o foco da epistemologia iorubá se dá pela dimensão relacional e não pela dimensão do ser, de modo que o que estará em jogo é a relação que acontece em uma determinada circunstância, em um determinado tempo, em um determinado local, e assim por diante. Isto é, outros recursos sensoriais são ferramenta para nos relacionarmos com a produção de conhecimento.

Mas o slam é mais do que uma performance artística. Freitas (2020) considera o slam prática de cidadania insurgente e faz uma analogia da sociedade grega para pensar a ocupação da cidade a partir do slam. Ela nos diz que o slam habita tanto o espaço privado do *oikos*,

como publicamente a *pólis*. O slam é uma prática micropolítica que borra as esferas do público e privado, estado e família, pessoal e político, rua e casa, ao demandar condições melhores em termos de moradia, segurança, saúde, saneamento básico, educação, alimentação, etc. “A prática da cidadania insurgente acontece, então, no centro da pólis, na ágora, no fórum, e toma a praça, quebrando a lógica de funcionamento da cidade neoliberal, reclamando o espaço da cidade enquanto espaço de festa e manifestação” (Freitas, 2020, p. 13). E diferentemente dos gregos, em que apenas determinados homens poderiam participar da vida e das decisões da pólis, no slam todos tem voz. Logo, o slam produz novas formas de ocupar o espaço público, reivindica o direito à cidade, transforma territórios físicos e subjetivos. Nei Lopes e Luiz Antonio Simas, em *Filosofia Africana* (2021), escrevem sobre o poder da palavra e da tradição oral. Segundo os autores, a fala na tradição oral africana acontece “segundo a compreensão de cada pessoa, ela se coloca ao alcance de todos” (2021, p. 41). Logo, a fala é baseada na prática e na experiência, assim como no slam, em que cada poeta diz a partir do seu próprio chão, produzindo um conhecimento enterreirado. O conhecimento, presente tanto nos contos da tradição oral quanto nas poesias do slam não são matéria isolada da vida. A palavra, segundo as filosofias africanas, “põe em movimento e desperta as forças que se encontram estáticas nas coisas, (2021, p. 42). Palavra que não é só forma de comunicação e expressão, mas é, da mesma maneira, ação. Contrapor uma ideia de epistemologia ocidental com a perspectiva africana nos faz perceber as diferenças nos modos de produção de mundo e conhecimento, já que para os Iorubá, por exemplo, não há papéis sociais fixos e estabelecidos como para os gregos. O que conta é a posição em um determinado momento, posição essa que se modifica, não é permanente e está relacionada com essas formas mais fluidas de relação com o público, com o comum, etc. Assim como acontece nas batalhas de slam, em que em um momento você está recitando uma poesia, em outro assistindo às apresentações e, em outro, participando do júri.

Já o meu primeiro contato com o slam se deu a partir de um vídeo a que assisti em uma rede social, compartilhado por uma colega. Penso que estava finalizando a graduação em psicologia, lá por 2016. Na época, não conhecia o slam, fui conhecê-lo melhor ao longo do processo de doutorado. Embora não soubesse sobre suas regras de funcionamento, o sentimento que esse encontro me causou me fez entender sua potência. Lembro-me da emoção de quando assisti pela primeira vez e toda vez que assisto é como se aquela emoção me visitasse novamente, uma energia, um sentimento que, a despeito do cenário atual ser desafiador, é possível ser diferente, melhor. Sinto-me encantada por aquela mulher que fala, que luta, que denuncia. Vinícius Rodrigues Costa da Silva e Wanderson Flor do Nascimento

(2019) nos ensinam sobre as políticas do amor e sociedades do amanhã. Inspirados pelo pensamento de bell hooks, os autores falam que a política do amor está vinculada com uma proposta em que o bem comum seja acessível para todas as pessoas que vivem em sociedade, no sentido de nos importarmos com a vida do próximo para um melhor convívio social. Amor enquanto prática que envolve responsabilidade, respeito, cuidado, confiança, afeto e comunicação franca. Portanto, mais do que um sentimento, estamos falando do amor enquanto dimensão ética e política, com potencial de cura, de cuidado. Um amor revolucionário de solidariedade. Algo como o que sentimos a partir da relação com o outro, com o que esse encontro desperta em nós, no caso com o que me mobilizou o vídeo em questão. Embora jamais sejamos capazes de sentir a dor do outro, podemos nos sensibilizar. É o que acontece quando assisto àquela performance. A mulher a que me refiro é Mariana Felix, e o primeiro contato se trata de uma apresentação do Slam Resistência que aconteceu na Praça Franklin Roosevelt, em São Paulo. No vídeo de sua apresentação³⁵, faz uma noite fria, digo pelo modo que os presentes estavam vestidos, mangas longas, roupas fechadas, corpos colados, parece que se aqueciam uns aos outros. Logo de início, um homem anuncia “Sabotagem sem massagem na mensagem”, fazendo referência a Mauro Mateus dos Santos, o Sabotage, renomado rapper paulistano, morto em 2013. O ato parece ser um marco de início para a apresentação que segue, como se estivessem pedindo licença a ele, convocando sua bênção. Os demais presentes completam o chamado do homem e dizem em coro “Slam resistência”. Mariana Felix começa então a declarar sua poesia/denúncia. Ela conta a história da menina Safira Silva de Andrade, 11 anos de idade. Estuprada, xingada e humilhada “preta favelada”. Em um momento, Mariana nos diz: “O grito de socorro diário era tão abafado que eu acredito que ninguém ouviu. A última coisa que eu vi foi cada lágrima sua que caiu”. A voz de Mariana é firme, punhos cerrados, demonstrando força e resistência. Seu corpo a ajuda a contar aquela triste história. Seus cabelos encaracolados e castanhos se misturam ao cachecol enrolado em seu pescoço, como se aquecesse sua poesia. “Me doeu muito ver sua fragilidade assim, tão exposta” diz se referindo à Safira, e continua “e na hora de nos despedirmos, eu disse com a voz mais alta do que o habitual: Safira, acredita, o bem sempre vence o mal”. Quando soube da morte da menina alguns dias após o ocorrido, fala: “tentei me acalmar para não parecer, mas me deu até desgosto de continuar a viver”. Além da voz de Mariana, é possível escutar o barulho dos carros passando pelas movimentadas ruas da cidade de São Paulo. O burburinho da vida que pulsa além daquele espaço. Entre os demais

³⁵ https://www.youtube.com/watch?v=9w_7RKirq2E

presentes, falava-se a língua do silêncio. Nem seus rostos podemos ver, como se fossem invisíveis. Mas eles estão presentes, sei disso quando Mariana termina sua apresentação e é aplaudida. Alguns ainda gritam, aumentando o barulho. Lembro-me da comoção que sua poesia me causou, pelos arrepiados, olhos marejados, um sentimento de pesar. Nos comentários do vídeo no youtube, muita repercussão: “maravilhosa. Que paulada. Orgulho. Poesia do cotidiano de muitas de nossas crianças. Poesia liberta. Triste e lindo”. Teve até quem compartilhou sua história, se identificou com Safira. Trata-se de uma mulher que perdeu sua prima de 9 anos, também vítima de estupro. “Espero que aja justiça”, diz. O vídeo de sua apresentação foi publicado no youtube em 4 de maio de 2015, há cerca de 7 anos e visto por 129 mil pessoas.

Logo em seguida, assisto a outra apresentação, é a vez de Tawane Theodoro³⁶. Novamente se saúda Sabotage. Usando seu corpo e sua voz, Tawane fala dos desafios de ser um corpo mulher, apresenta estatísticas do número de violências que nos atingem e assombram. “Cada dia o feminicídio aumenta e com a mulher preta a estatística é ainda mais violenta”. Sua poesia se chama “Eu não queria ser feminista”, publicada em março de 2017 e vista por 8 milhões de pessoas, na página virtual do Slam Resistência no youtube. Aqui seguem vários trechos, não necessariamente na ordem falada, de sua poesia: “Mulheres não tinham que precisar resistir tanto assim / Eu Não tenho opção porque ainda vemos mulheres abusadas no ônibus, vemos relações abusivas se tornando normal, ou melhor, coisa de casal / Quando que vão entender que do nosso corpo somos nós que estamos no comando / Quando estamos a noite na rua sozinhas e um cara começa a se aproximar, já começamos a acelerar, coração disparar, começamos a rezar / Hoje vocês não conseguirão mais nos parar, na luta de outras mulheres buscamos força pro nosso caminhar e temos que tudo vai mudar e que vamos desconstruir e que essa merda de patriarcado vai cair, só precisamos nos unir”. A poeta argumenta com o público os motivos do feminismo ser necessário, narra sua própria experiência e a experiência de outras mulheres que se identificam com sua fala.

O Slam Resistência surge em 2014 e desde então acontece às primeiras segundas-feiras do mês. Seu público é formado por maioria jovem, vinda de vários cantos de São Paulo. Estima-se que cem e trezentas pessoas participem dos encontros a cada mês. Também conta com uma página no Facebook com meio milhão de seguidores. Esse espaço virtual - ainda que não substitua o slam acontecendo no tempo e espaço, a presença física, com seus barulhos, cheiros, energias e afetos - é uma ferramenta que amplifica os encontros produzidos

³⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=TUtWCloEKd8&t=1s>

pelo Slam, transmitindo reportagens, notícias e vídeos. O público virtual interage, pessoas curtem, comentam e compartilham, possibilitando assim que o Slam transcenda a praça Roosevelt. De acordo com Daniela Freitas “ao mesmo tempo em que a experiência da performance da praça nunca será a mesma daquela capturada em vídeo, a interação online constitui parte importante do processo de construção de significado dessas poesias” (2020, p. 4). Foi por meio da internet que tive acesso às apresentações do Slam Resistência e trago essas cenas presentes em minha memória sobre meus contatos iniciais com o slam, pois entendo que se trata de uma estratégia anticolonial, já que me utilizo da escrita e da contação de cenas inspirada pelas tradições orais e pelas escrevivências de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo.

O slam contesta sua forma tradicional ao circular entre grupos marginalizados, utilizando linguagem informal, mais acessível. Já nasce subversivo. Traz a narrativa daqueles que foram historicamente emudecidos, acontece no encontro da poesia com a política. As poesias não são histórias individuais, são histórias coletivas. Elas possibilitam a criação de novos significados, vínculos e pontes, visto que os encontros são locais de cura, de troca e de escuta. Sendo assim, podemos considerar que o slam se tornou mais do que uma batalha de poesia, tornou-se um movimento social, político e artístico para o mundo ocidental. Nas palavras de Apêagá, artista da palavra, poeta do Ceará (Apêagá, 2022, p. 149):

certo dia
disseram-me
que pessoas que partiam
do mesmo local de origem que eu
nunca, nunca, nunca
saberiam o poder da vitória
mas hoje
compreendo
que não é apenas sobre vencer
é sobre sentir o sabor dos processos
é curtir o caminho, não a chegada
é cuidar de cada passo

traçar objetivos palpáveis
e conquistar
enquanto caminhamos
que possamos acreditar
na cicatrização das feridas abertas
no alívio das dores internas
na cura que não começa de forma externa
mas que é coletiva
que a gente se ame
que a gente se cuide
que a gente se cure
e caminhemos juntas.

O slam nos mostra sua dimensão política ao promover o encontro de identidades coletivas e individuais. A noção de identidade é aqui entendida como construções sociais moldadas a partir de relações de poder interseccionais e diferentes contextos sociais (Hill Collins e Bilge, 2021), e não como algo fixo, imutável. Ou seja, identidade não como essência e sim como lugar social e político, como política identitária. O slam abrange questões de desigualdade e justiça social, trata da relacionalidade da interseccionalidade que permite uma “conscientização das condições de vida compartilhadas dentro das estruturas de poder” (Hill Collins e Bilge, 2021, p. 191). Isto posto, a ideia é observar que processos constituem as identidades e que elementos estão articulados na construção dessas identidades. Para pensar a relação entre interseccionalidade e identidade, Hill Collins e Bilge (2021) usam o hip-hop como exemplo, pois entendem que esse movimento se trata de uma poderosa forma de expressão pessoal de dupla vetorização, já que reivindica políticas sociais e denuncia problemas enfrentados por determinados grupos, bem como o slam faz. De acordo com as autoras, são os integrantes desses movimentos, principalmente representados pela juventude, os primeiros a ver “maneiras pelas quais os sistemas de poder interseccionais as ameaçam, sobretudo porque as experiências de desigualdade social em seu cotidiano expressam várias intersecções (raça, gênero, classe, sexualidade e capacidade)” (Hill Collins e Bilge, 2021, p.

191). A partir da poesia, da música, da dança e da arte, jovens e adolescentes contam suas histórias de vida ao performar suas experiências. A partir da palavra, todos têm voz. Nas palavras de Oliveira, Rocha e Oliveira (2022, p. 4):

Elas tiveram o paciente trabalho de escolher as palavras como instrumento para transmitir suas memórias, para dar visibilidade a experiências múltiplas e, ao mesmo tempo, singulares, espalhadas pelo globo e para recontar, estrategicamente, histórias que, de outro modo, permaneceriam desconhecidas, engrossando a ignorância tão astutamente almejada por parte de grupos dominantes. Histórias essas que conectam raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social, região e tantos outros vetores de poder e diferenciação e que mostram distintas aritméticas de opressão e de luta, confrontando a ideia de universalidade histórica que nos tem sido imposta.

Neste caso, as autoras estão fazendo referência a escritoras que se utilizam de suas lembranças para engendrar outros universos possíveis. No entanto, do mesmo modo podemos pensar o slam. As poesias colocam para operar os marcadores sociais da desigualdade, que são vetores de poder e diferenciação (Oliveira, Rocha e Oliveira, 2022). Quando falamos em marcadores sociais da diferença, por sua vez, é no sentido de dizer que a “heterogeneidade das experiências vividas pelas pessoas jovens indica que as questões que elas colocam podem se assemelhar em algumas dimensões, mas não em outras” (Hill Collins e Bilge, 2021, p. 194). Essas narrativas pessoais influenciam no cotidiano daqueles que as escutam, são ferramentas que permitem a criação de outras subjetividades, são uma resposta a estereótipos socialmente construídos. Como nos diz Vergés (2021, p. 34) “Nas ruínas do presente, trata-se de descobrir e experimentar coletivamente práticas populares de humanização e desvulnerabilização”. Nas batalhas de slam, cada pessoa parte de sua experiência pessoal (e coletiva) com situações de violência, falta de acesso a políticas sociais, falta de moradia, salário, alimentação, emprego, escolaridade, etc. Esses encontros acontecem em locais públicos, comunidades. Neles, “a palavra falada se torna um local de cura para as feridas provocadas pelas diferentes combinações de opressão” (Hill Collins e Bilge, 2021, p. 195). Além disso, há a inclusão de pessoas de diferentes gêneros, sexualidades, orientações sexuais, origens, idades, religiões. Conforme diz Roberta Estrela D’alva (2019, p. 272): “À medida que vão surgindo, têm se distinguido uns dos outros, e suas características seguem definidas de acordo com a necessidade de cada grupo envolvido”. Também, emoções como raiva, vergonha, dor, medo, podem ser utilizados na politização de sujeitos e de lutas, a exemplo dessas manifestações. “De fato, no universo dos slams, mulheres negras de todas idades estão conseguindo materializar suas raivas, rancores e dores, transformando-as em performances poéticas”.

(Estrela D'alva, 2019, p. 282). Como é o caso de Ester Peixoto, em *Miscigenação* (2022, p. 57):

Sou fruto da miscigenação,
 Sou filha de uma nação,
 Cuja história vocês desejam
 Apagar.
 Sou Zumbi,
 Sou Dandara,
 Sou toda negraída que um dia vocês queriam
 Exterminar.
 Sou poeta, mas também sou...
 Sou luta,
 Sou guerra,
 Sou resistência.

Com base na poesia de Ester Peixoto e de todas as que estão presentes aqui, comecei a pensar: Será que as batalhas de slam podem funcionar como um sistema de diagnóstico das próprias identidades multiplamente marginalizadas? Seria o slam uma forma de nos inspirar a construir ações e políticas sociais mais democráticas? O slam pode ser instrumento que orienta nossas ações na construção de organizações mais inclusivas, interligadas a movimentos sociais? O slam pode ser também uma epistemologia?

Liliana Parra-Valencia diz que esse meu questionamento faz parte de um *éthos* de pesquisa e aproveita a oportunidade para me lançar algumas outras questões: Giovanna, em que medida sua pesquisa de doutorado contribui para mover da zona de opacidade a esfera micropolítica da cotidianidade? Como a pesquisa se articula as mulheres que resistem ao feminicídio e as vidas passíveis de luta? De que maneira as mobilizações dos movimentos feministas e as microlutas cotidianas pela vida dialogam entre si diante dessa política de extermínio?

Penso que essas interpelações me dão pistas para responder ao motivo pelo qual pesquiso e por qual motivo decidi seguir os rastros do slam. Como aprendi com Hill Collins e

Bilge (2021), penso que a pesquisa acontece a partir da dupla vetorização da interseccionalidade, quer dizer, a pesquisa como ferramenta analítica e como práxis. A partir do processo de pesquisa, pude entender melhor a complexidade que envolve a temática da violência contra as mulheres e também as inúmeras estratégias de enfrentamento criadas tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, mais especificamente pelas mulheres. Uma das estratégias de enfrentamento feita por mulheres é o slam, pois muitas poesias denunciam o racismo, o machismo, a violência e o feminicídio. Aprendi ainda que o uso da interseccionalidade “promove uma concepção mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para a desigualdade e a injustiça social (Hill Collins e Bilge, 2021, p. 72).

Érika Cecília Soares Oliveira me pergunta como estou pensando em acompanhar esses rastros micropolíticos de resistência das mulheres, mais especificamente o Slam.

A ideia é acompanhar o slam para ver o que esse movimento me ensina e de que modo acontece esse enfrentamento micropolítico. Já vimos que os encontros se alastraram pelo país e por outros lugares do mundo, como na Alemanha, Cingapura, França, Zimbábwe, Canadá, Japão, entre outros. Até mesmo acontece anualmente em Paris a Copa do Mundo de Slam (Freitas, 2020). Já no Brasil, de acordo com Roberta Estrela D’Alva (2019, p, 272) “em dezembro de 2018, foram mapeadas, pela organização do SLAM BR, mais de 150 comunidades de slam, em 21 estados, além do Distrito Federal”. Mas não é só nos grandes centros que o slam acontece. Pensando de modo situado, há uma série de interrogações que me vem à cabeça: E no município de Campo Grande, o slam acontece? Quem participa desses encontros? Em que lugar eles acontecem? Que lugares são esses e que corpos/modalidades de existência estão se afirmando nesses espaços? Quais são os encontros possibilitados pelo Slam?

Descobri que aqui existe o Slam camélias. Slam Camélias ou batalha de poesia das minas, foi formado a partir de um coletivo de mulheres, sendo essas: Amanda Rodrigues, Danielle Almeida, Jéssica Cândido, Larissa Mendes, Maria Eduarda, Sophia Cardoso e Thainá Sangalli, que já não participam mais do grupo. O nome camélias é uma homenagem a uma flor símbolo dos povos escravizados no Brasil, quem as usava almejava a liberdade do povo negro. São as camélias do quilombo do Leblon, as camélias da segunda abolição, como cantam Gilberto Gil e Caetano Veloso. De acordo com informações da página do slam camélias no Instagram, @slamcamelias, que conta com mais de 1400 seguidores, o slam está desde agosto de 2017 na resistência, época em que foi criado. Interessante ferramenta de luta política, configura-se como espaço de expressão de vozes, ideias e experiências,

principalmente para a juventude e grupos marginalizados, ao se manifestarem a partir da produção de poesias autorais. Formado exclusivamente por mulheres, como Letícia Polidário, mãe solo e coordenadora da Central Única das Favelas de Campo Grande, mostra-nos que a poesia caminha lado a lado com a militância. Vitória Queiroz, 22 anos, estudante de música e que vê a arte como meio de conhecimento e comunicação. E também como Mariely Zambiano Soares Souza, que é professora de história da rede municipal. Essas e outras mulheres se reuniram para, juntas, denunciarem violências e afirmarem sua força ao reunir corpos em aliança. A poesia de Thai Félix³⁷, também integrante do Slam Camélias, intitulada Clandestinas, nos diz:

Morrem uma, duas, três...são quantas mil por mês?

Enquanto a justiça segue de olhos fechados, o aborto só não é legalizado

Mas ele persiste, sem a assistência do estado

Mulheres desassistidas por um sistema que não apenas nos mata, mas também condena!

O direito ao nosso corpo nos é negado. E quanto vale o corpo de uma mulher, na terra do gado?

É estatística de estupro batendo no topo. É a negligencia da saúde que dá desgosto

E não tem como falar de aborto sem falar da classe social. O sistema condena só aquelas que estão na margem. Somos consideradas as clandestinas sem moral

Mas somos sobreviventes em guerra contra o sistema patriarcal

Estamos em luta pelas meninas e mulheres. Pela autonomia de nossos corpos, para seguirmos livres

Só vamos descansar quando o aborto seguro for direito. Uma sociedade que condena a vítima...com certeza está com defeito.

No caso dos slams formados apenas por mulheres, é comum escutarmos denúncias contra a misoginia, a homofobia e o machismo. Aliás, a ideia de formar grupos dos quais apenas mulheres podem participar é uma forma de enfrentamento a esses espaços que costumam ser majoritariamente masculinos. Pela página do Instagram do Slam Camélias, podemos entender melhor como o slam acontece. Além da primeira postagem do Slam nas redes sociais – o símbolo do Slam Camélias, representado por uma mulher em posição de

³⁷ Postada no Instagram @slamcamelias, no dia 19 de agosto de 2020.

luta, com os punhos fechados, combativa, e uma camélia no centro do seu peito, de 3 de julho de 2017 (imagem 1), vemos também uma foto da primeira edição do Slam Camélias, que aconteceu em agosto de 2017 (imagem 2), a arte que fizeram para divulgar o poema Clandestina de Thai Félix citado anteriormente (imagem 3), em 19 de agosto de 2020, e uma foto do encontro em comemoração de 1 ano do Slam Camélias (imagem 4), que aconteceu no dia 18 de agosto de 2018.



Imagem 1.



Imagem 2.



Imagem 3.



Imagem 4.

O Instagram do @slamcamelias, até o dia 12 de setembro de 2022, contava com 182 publicações. Acessando o perfil na rede social, é possível ver essas imagens postadas acima e também outras fotos e vídeos das apresentações. Durante o início de sua trajetória, os encontros do Slam Camélias aconteciam no vagão Larica's da Lu, que ficava localizado na Orla Ferroviária, esquina com a avenida principal de Campo Grande. No entanto, após várias tentativas da Prefeitura da cidade de fechar o espaço e colocar um fim nos eventos promovidos pelo local (que não se restringiam ao Slam, como também a outras atividades e expressões artísticas, rodas de conversa e encontros de movimentos sociais), o Larica's mudou de endereço. Talvez porque, quando localizado no antigo espaço, circulavam lá diferentes pessoas e grupos sociais, como pessoas em situação de rua que vivem no entorno, universitárias (os), artistas de rua, LGBTs, pessoas negras, mulheres, etc. Isto é, o Larica's emergiu como espaço alternativo, cultural e político na cidade do agronegócio.

Pensar os slams e a ocupação do espaço público feita por mulheres requer que consideremos esse acontecimento como ato de transgressão e resistência, tendo em vista que a arquitetura das cidades não é pensada para garantir a segurança e estimular a vida social. Como diz Françoise Vergés (2021, p. 82), a arquitetura das cidades “é hostil às mulheres”. E também a corpos de pessoas trans, pessoas em situação de rua, indígenas, imigrantes, pessoas negras, pessoas com deficiência, pobres e assim por diante. As lutas do slam não são somente para e as “mulheres”, elas são contrapatriarcais, contra o racismo, o neoliberalismo, o capitalismo e suas formas de produção de violências e precarização das vidas. Nos encontros promovidos pelos Slams, vemos corpos heterogêneos reunidos. Fato que deveria ser celebrado, já que nesses espaços há a ocupação por corpos historicamente excluídos, o que em certas ocasiões resulta no recrudescimento da vigilância, da violência e da presença da polícia militarizada. A ocupação/retomada é ato de transgressão, visto que determinados corpos que não deviam circular por certos espaços. A cidade estabelece muros invisíveis, organiza-se para determinar em quais lugares e quando e como determinados corpos podem circular. O espaço público não é neutro.

Outro elemento que envolve a ocupação dos espaços, que nos atravessa quando estamos na rua, transitando pela cidade, é o medo, nosso companheiro de caminhada. Percebe-se também que a sensação de insegurança, medo e perigo estão relacionadas à forma como a branquitude racializa e patriarcaliza determinados corpos. Quantas vezes já escutamos: “Fecha a cara quando passar por algum homem, não volte tarde para casa, ande por lugares iluminados, peça para uma amiga avisar se chegou em segurança em casa”. De fato, essas são apenas algumas medidas para nos sentirmos mais seguras, pelo menos é o que

pensamos. O medo de ser violentada, roubada, assediada, estuprada e/ou morta é comum na vida das mulheres, principalmente se essa mulher tiver o corpo constituído por certos marcadores da desigualdade. Fomos ensinadas desde cedo que a rua não é lugar seguro. Mas e dentro de casa é? Sabemos que geralmente os casos de violência contra as mulheres acontecem dentro de casa. Na rua ou em casa, os episódios são, em geral, causados por homens autores de violência. E se nós mulheres nos uníssemos e fizéssemos o medo mudar de lado? Quer dizer, e se os homens também se sentissem ameaçados ao estarem em espaços públicos? E se eles tivessem medo do que somos capazes de fazer? Seria a solução do problema?

A aposta é que o slam não é a solução do problema, mas é um dos caminhos possíveis, já que não podemos responder a episódios de violência com mais violência. Mas isso não implica ausência de raiva, de lutas e de ativismo, não violência não é o mesmo que passividade. Certamente há outros caminhos. A aposta é que o slam faz parte de uma manifestação teórica e prática, uma manifestação não só da violência contra as mulheres, como também do racismo estrutural, da precarização da vida, e assim por diante, pois parte-se do entendimento de que todas essas violências estão entrelaçadas, se reforçam mutuamente.

Com a pandemia, as batalhas de poesia promovidas pelo Slam Camélias cessaram temporariamente e depois de um certo tempo algumas edições on-line aconteceram. Porém, mesmo na pandemia, o Slam não parou com suas atividades. Além das batalhas de poesia, o slam promoveu campanhas de doações de alimentos e itens de higiene e limpeza em parceria com a Central Única das Favelas.

Nós sabemos que os mais afetados são os periféricos, as famílias que moram nas favelas e, principalmente, as mães das favelas, aquelas que tem que cuidar das crias que não estão frequentando a escola neste período, aquelas que cuidam dos idosos, que mantêm o sustento e a higiene de suas casas (Slam Camélias, 25 de abril de 2020).

O Slam Camélias também promoveu o encontro “Papo Reto: Corpo, poesia e performance”, em 24 de novembro de 2019, para realizar uma tarde de acolhimento, troca e oficina corporal entre mulheres. No dia 26 de setembro de 2018, fez uma roda de conversa sobre “Por que #elenão? Mulheres contra o fascismo”, com o intuito de reunir mulheres para debater essa questão política e moral. Ou seja, vemos que o Slam não é apenas uma batalha de poesia, pois se articula a movimentos sociais na criação de campanhas e se mostra ativista ao realizar rodas de conversa.

Na primeira edição do Slam Camélias, Raah Conde (2017) apresentou sua poesia:

Cuidado Mulher!

Vão te taxar de louca, exagerada, por defender tua liberdade de expressão, por defender sua luta e a de todas, será a errada. E muitos vão virar as costas pra ti, mas não baixe a guarda, mantenha-se, pois esses não te merecem, sem olhar pra trás, siga em frente. Força e resistência.

Cuidado Mulher!

O agressor tá por qualquer canto dessas ruas, inclusive ao teu lado, portanto, esteja sempre armada, e que ter Orixás a projetam sempre.

Cuidado Mulher!

Ao fazer planos, traçar objetivos, guarde para si, não divida com qualquer. Faça de ti tua própria morada de segredos.

Cuidado Mulher!

Mensagens, ligações a todo momento não é proteção, afeto, muito menos amor. É abusivo, por isso, atente-se. Peça ajuda. Tua luta é a nossa também, tu não está sozinha. Denuncie.

Cuidado Mulher!

Com a dependência afetiva, sei que não é fácil se desligar de tal, mas tente desatar os nós. Se dê a oportunidade de se redescobrir, conhecer novos lugares, pessoas, fazer novas descobertas, tente dar os primeiros passos. Liberte-se.

Cuidado Mulher!

As mesmas mãos que te tocaram com amor hoje, são as mesmas que te acoitam amanhã.

Cuidado Mulher!

O cuidado que houve ao tocar teu corpo hoje, amanhã não vai haver compaixão, e tu há de fazer obrigada.

Cuidado Mulher!

A voz que hoje te jura amor, amanhã prometerá sua morte.

Cuidado Mulher!

A roupa era curta, tu merecia, batom vermelho, porte de vadia. Teu corpo, teu sangue derramado pelo chão cobrindo a bandeira da pátria que te pariu, é mais uma entre tantos assassinatos ocorridos por dia nesse Brasil.

As poesias do slam continuamente tocam no tema da violência contra as mulheres. Seja a violência decorrente de relacionamentos afetivos, familiares, a violência que é fruto de

uma estrutura patriarcal, machista, misógina, ou a violência que mata, extermina. Raah Conde está nos alertando: cuidado, mulher. As letras falam acerca das estatísticas de feminicídio, sobre a importância do feminismo, sobre estratégias de resistência, sobre as diferenças de raça, gênero, classe, orientação sexual e também sobre a luta de mulheres. Fazer alianças entre nós é estratégia indispensável para o fortalecimento das lutas e para o combate à violência. Escutar e aprender com outras mulheres amplia nosso conhecimento e experiência, fato que torna o Slam Camélias tão potente, dado que todos entendem as letras das poesias.

É mais ou menos como a ideia de bell hooks (2020) ao escrever “O feminismo é para todo mundo”. hooks nos conta, logo na introdução da obra, que o intuito de escrevê-la que pudesse explicar o pensamento feminista de tal modo que todos pudessem compreendê-lo, de uma maneira simples. Vemos, com base nas poesias presentes aqui, que as letras são descomplicadas, de fácil compreensão. A poesia torna-se, assim, acessível. Ela nos diz: “Tinha intenção de escrever um livro que explicasse o pensamento feminista, um livro que você poderia levar para casa e compartilhar com parentes, com pais e mães, avós e membros da igreja” (hooks, 2020, p.10). Penso que o slam tem o mesmo potencial que as palavras de bell hooks e os escritos de Carolina de Jesus, que também era poeta. Carolina não perdia a oportunidade de escrever, mesmo quando precisava limpar a casa, cuidar dos filhos, olhar as panelas no fogo, trabalhar para conseguir uns trocados. Carolina também não perdia a oportunidade de sonhar:

Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! (Jesus, 2000, p. 35)

Carolina faz uso da poesia enquanto forma de investigação de sentimentos e ideias, por meio dela usa-se da linguagem para narrar experiências e engendrar possíveis futuros. Carolina sentava-se ao sol para ler, escrever e sonhar até quando era interrompida por algum vizinho com música alta, por brigas e discussões na favela.

Podemos também pensar acerca da importância de o conhecimento ser acessível para todos ao escutar a história de Sandra Benites Guarani Nhandewa. Nascida em uma aldeia no município de Japorã, interior do estado de Mato Grosso do Sul, Sandra conta para o dossiê “Pensamentos guerreiros contra a colonialidade”, da revista Cult (2021), edição 271, que, ao ser alfabetizada quando criança, era obrigada a ler e escrever em português, pois não havia

professores falantes de Guarani. Só aos 27 anos começou a realmente compreender a língua portuguesa. Ao narrar essa experiência, fala do medo e da agonia que passou por não entender o que estava escrito nos livros. Antes de aprender a ler e escrever, Sandra aprendeu com sua avó materna a importância de escutar. Ela se recorda de quando era criança e ouvia as histórias de sua avó, sentada em volta da fogueira. Todos que estavam presentes naquele momento de encontro tinham seu momento de falar e foi por isso que entendeu a importância do espaço de diálogo, do respeito com os que pensam diferente. “Sempre soube que saber escutar é ir além, um encontro com pessoas diversas, para a produção de conhecimentos amplos e uma ampla compreensão de mundo” (Guarani Nhandewa, 2021, p. 33).

O primeiro slam formado unicamente por mulheres no Brasil é o Slam das Minas, que surge em Brasília, no ano de 2009 (Estrela D’alva, 2019). A intenção de criar o Slam das Minas, que atualmente acontece em outros lugares do país, como São Paulo, é que mulheres, e em especial mulheres lésbicas e mulheres trans, se sintam acolhidas e seguras. Aliás, o Slam das Minas lançou recentemente, em parceria com a Baderna Literária, a obra *A língua quando poema* (2022). Trata-se de uma antologia que reúne poesias de participantes latino-americanas da 1º jornada latines, que aconteceu on-line em agosto de 2021. Na obra há vozes vindas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, República Dominicana e Venezuela. Aqui, neste capítulo, estão presentes poesias de Apêagá, Bell Puã, Ester Peixoto, Roberta Estrela D’alva e Carolina Peixoto (2022, p. 205) que nos diz:

Por todas as linhas
 que nos colam mapa,
 o agora em verso
 ecoa
 brados fortes
 que não se curvam
 às leis viris.
 Nossos corpos,
 nossas vozes
 e nossas cores
 desenham o lado de lá

do espelho.
Fez-se cicatriz,
as veias escancaradas,
e ninguém mais decidirá
sobre nossos ventres,
pronomes e buracos.
Erguemos poemas e
rompemos silêncios
estampando bandeiras
com nossos olhos
risos.
Brindamos às tintas
de Frida Kahlo
e todas as vezes
que Carolina pôde comer pão.
Que sejamos sementes
de escrevivências
ainda maiores.

A partir dessa poesia é possível perceber que a produção de vida está atrelada à produção de conhecimento. São modos de explicar o mundo, conceitos acontecendo na experiência. Portanto, o slam pode ser ferramenta de produção de conhecimento na academia. Não no sentido de dizer o que o slam é, mas tudo o que ele faz acontecer. Slam como estratégia de formação, forma de produzir saber a partir de outras formas, pois tem a capacidade de explicar fenômenos sociais. Slam como forma de enfrentamento da academia colonizada pelo saber neutro, universal, objetivo, que historicamente ignora e silencia determinadas formas de conhecimento, como as que se utilizam da memória e da experiência. Podemos pensar o slam enquanto uma grande família, não aquela que costumamos visualizar aqui no Ocidente, pai, mãe, filhos, mas enquanto uma grande família africana. Nessa

perspectiva africana, a família envolve a comunidade, uma família ampliada. Como no slam, constituído por pessoas de diferentes idades, regiões, orientações, gêneros. Nesta família, as pessoas se sentem pertencentes ao local que vivem, se sentem ouvidas. Quando assistimos a uma batalha de slam, vemos pessoas reunidas em círculo. A cena que me veio à cabeça é similar à quando Sandra Guarani Nhandewa nos conta sobre os momentos em que se reunia com a comunidade para escutar as histórias de sua avó. Trazer perspectivas de epistemologias afrodiáspóricas e indígenas é uma maneira de mostrar o que essas nos ensinam, tanto em termos de estratégias de produção de conhecimento quanto daquilo que se pluriversaliza como mundos, como realidades. Essas outras epistemologias também estão tensionando **tensionando** o modelo científico colonizador. No caso, o slam cria novos conceitos que podem ser trazidos para a academia, já que geralmente as narrativas acontecem em primeira pessoa e a poeta parte de sua experiência pessoal, mostrando que o pessoal é político. Que mundos elas nos apresentam?

Audre Lorde, poeta já falecida e referência nas discussões das teorias feministas contemporâneas, falava em suas poesias, sobre sexualidade, amor, racismo, sexismo, autocuidado, classe social. Em “A poesia não é um luxo”, Audre nos interpela acerca de uma suposta cisão entre teoria e poesia, sentir e saber. Será que realmente estamos falando de opostos? Teoria e poesia, sentir e saber, não caminham de mãos dadas? O texto mencionado foi traduzido por Stephane Borges para a edição 245 da Revista Cult³⁸. Em um trecho, Audre diz “Falo aqui da poesia como destilação reveladora da experiência, não do estéril jogo de palavras que, tão frequentemente e de modo distorcido, os patriarcas chamam de *poesia*”. A poesia, de acordo com Audre, é vital para a existência das mulheres e não um luxo destinado a poucos. A partir da poesia, mulheres falam de suas experiências, tecem estratégias de sobrevivência e mudança, constroem melhores amanhã. A poesia que é linguagem, ideia e ação. Além de ser também um terreno para imaginação e sonhos, a poesia para Audre estabelece os alicerces para um futuro de mudanças. “A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade”. Assim como as poesias do slam, entendidas aqui como uma forma de produção de conhecimento científico.

Bell Puã, poeta de Pernambuco, nos ensina (2022, p. 155):

conhecimento é poder

fui ensinada

³⁸ <https://revistacult.uol.com.br/home/audre-lorde-a-poesia-nao-e-um-luxo/>

em quadros negros
que só o branco
pode conhecer
geniais defensores
da segregação
(mas também
muito sensíveis)
vivendo até hoje
dias de caçador
nos currículos escolares
vovó Zilda era a caça
de seus patrões
que tinham Política
como livro de cabeceira
e mesmo sem poder ler
ela sabia
o que só a pele ensina
meus pretos velhos
têm sido caça
fugindo de “eurocentrar”
sua sabedoria...
assim é comigo
e minha poesia.

Em vista disso, o intuito de seguir o slam se justifica em virtude de o movimento acontecer tanto em termos de ocupação de espaços, de outras linguagens, de outras formas de colocar em cena as poesias e os corpos, quanto porque o slam nos ensina modos de resistência. São resposta às políticas do medo e maneiras de reivindicar o direito à vida.

Portanto, a micropolítica do slam opera como uma rede de proteção para corpos subalternizados e como ferramenta de ensino/aprendizado. No slam há a produção de outras chaves de compreensão por meio da ocupação dos espaços públicos e por isso é que o slam deve ocupar também as academias.

Maíne Prates, Neuza Guareschi e Carolina dos Reis (2021) nos interpelam: O que a juventude negra do slam tem a dizer para a psicologia social? Talvez o que o slam pode ensinar para a psicologia é a importância de assumir um compromisso ético-político que leve em consideração o sofrimento de pessoas em vulnerabilidade social, racializadas e os efeitos do racismo, machismo, preconceito e violência, na construção subjetiva das pessoas. A psicologia e as ciências humanas, por muito tempo, negaram as diferenças entre os sujeitos e os diferentes modos de produção de conhecimento. “Não é concebível e nem sequer pensado que jovens poetas negros e periféricos possam ser fundamentação teórica de uma dissertação de mestrado, pois eles não têm expertise acadêmica para falar” (Prates, Guareschi e Reis, 2021, p. 13). Em vista disso, penso que o slam é fonte de conhecimento e tem potencial de nos ensinar tanto nos locais que comumente acontece, quanto dentro das salas de aula, em ambiente acadêmico.

Se a psicologia se propõe a compreender o social como um campo problemático onde se abrem fendas para a multiplicidade de experiências atravessadas por múltiplas histórias, compondo um campo de conhecimento constantemente constituído, a juventude negra fundamenta a urgência de ser pensada a implicação da psicologia social na temática da raça/racismo. É preciso compreender que, para negros/africanos, existem percepções de ser e estar no mundo que vão além da racionalidade, da cosmovisão do ocidente. (Prates, Guareschi e Reis, 2021, p. 14).

Logo, o slam e as poesias têm potencial de tensionar o saber acadêmico que está estruturado por uma forma ocidental de produzir saberes e de pensar a arte, ao compor epistemologias situadas fora do currículo acadêmico colonial, branco, masculino e heterossexual. Com base nas poesias presentes aqui, podemos considerar que a experiência é fonte de conhecimento e deve ser critério de sua validação e significação, bem como nos ensina as feministas negras. O slam viabiliza a “construção do conhecimento com base em realidades vividas, politizando identidades e promovendo possibilidades dialógicas com outras tradições de conhecimento subordinadas” (Hill Collings e Bilge, 2021, p. 100). A narrativa poética trazida por essas jovens nos fala da pluriversalidade da existência. Ainda, o slam é espaço da micropolítica e das microlutas, visto que gera ambientes de enfrentamento à violência, ao feminicídio e ao racismo, proporcionando uma experiência comunitária de

grupalidade curadora, com potencial terapêutico, emancipatório, artístico, ético e político (Parra-Valencia e Galindo, 2019). O slam constitui uma rede de proteção que é diferente da proteção oferecida pelo Estado, por esse motivo pode ser usado também para inspirar políticas públicas na área da educação e do combate à violência contra as mulheres, ao tornar as poesias do slam referência para construção de saberes e de práticas em grupo. Construir políticas públicas contando com a participação e experiência daqueles que realmente vivenciam determinadas situações.

Quem sabe investigações futuras possam analisar os efeitos gerados pelo slam na vida das mulheres que participam das batalhas, das que escrevem poesia, das que assistem às performances. Por aqui, o slam certamente modificou meu modo de habitar o mundo. A partir do itinerário de pesquisa percorrido até o momento, entendi o slam como luta. Entendi que o slam pode ser também outra forma de epistemologia, na qual o recurso é a poesia, declamada de forma afirmativa e não passiva. As poesias aqui não são contemplativas, eruditas, como no mundo ocidental, como na época do Renascimento. Mas sim, ato político. Poesia como ferramenta de luta feminista por justiça social. Poesia a favor das vidas passíveis de luto/a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase de reunir os capítulos do relatório e ler de uma vez tudo o que produzi é bastante especial. Revisitar o que passou e as transformações pelo caminho. Escrevo as considerações finais com a sensação de que a pesquisa me permitiu mais aberturas do que encerramentos. Minha orientadora sempre dizia que a pesquisa tem o propósito de nos modificar, modificar o modo como habitamos o mundo, as certezas que supúnhamos ter. Pesquisar para pensar de maneira diferente do que pensava. Bom, penso que cheguei lá. Na realidade, penso que esse exercício não cessa nunca. Bem no começo do doutorado, falava que tinha a intenção de pesquisar sobre um centro de atendimento que oferece apoio psicológico a mulheres em situação de violência, uma extensão da CMB. Uma continuação da pesquisa iniciada no mestrado, de certa forma. Ao mesmo tempo, queixava-me em nossas orientações iniciais do desamino diante de tal projeto, pensava: “Estou cansada de ver tanta violência acontecendo e nada mudar”. Anita, com sua escuta sensível, sugeriu-me que deixássemos minha proposta de lado por um tempo e começássemos a olhar para o feminicídio, para toda aquela tagarelice acontecendo ao redor do assunto, “quem sabe você encontra algo ali que faça mais sentido para ti”. E fez. Partir da morte para pensar a vida. Penso que esse deslocamento recuperou minha vontade de pesquisar, pois passei a ver não só mulheres morrendo, mas, e principalmente, mulheres lutando por suas vidas. Hoje vejo como a pesquisa foi se conduzindo de modo que pudéssemos apostar nas práticas de resistência. Certamente que, para chegar até as vidas passíveis de luta, precisei antes olhar para a dor e o extermínio. Investiguei como acontece, em que lugar, sob quais condições, em que contexto. Identifiquei também a presença do machismo, racismo, patriarcado, colonialismo, e todas as outras estruturas que vêm a se somar e produzir desigualdades e violências em nossa sociedade. O feminismo(s) me ensinou, caminhou comigo ao longo de todo o trajeto. Observei as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a conjuntura de sua criação e implementação. Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio. Refleti sobre qual o papel do Estado nesse enfrentamento e sobre as políticas de encarceramento. Conheci quem são as vítimas, vi as estatísticas sobre os crimes. Esses números nos dizem que mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no país. Dizem-nos também de uma precariedade da vida, das vidas não passíveis de luto. Escutei mulheres, suas histórias de vida, aprendi com elas. Carolina e tantas outras. Foi então que constatei que ao mesmo tempo em que mulheres sofrem feminicídios, mulheres também lutam. Lutam por justiça, respeito, segurança, liberdade. Lutam ao reivindicar políticas públicas, lutam pela garantia de seus direitos. Mulheres saem às ruas, não só no dia 8 de março, mas em todos os outros 364 dias do ano, lutando. Cada uma a sua maneira, no seu tempo, por sua causa. Dentre essa infinidade

de lutas, o slam. O slam, pois se trata de uma batalha pela vida. Por ser prática de resistência, por ser constituído por maioria jovem, negra, periférica. O slam enquanto aposta em uma política de pesquisa que se dá pela reunião de diferentes corpos, como uma política do encontro, da multiplicação das inúmeras vozes a serem escutadas. O slam como modo de produção de conhecimento, teoria e prática que nos ensina não apenas sobre o combate à violência, mas contra a precarização da vida de um modo geral. Slam para pensar a partir de outros campos conceituais, aprender a operar com eles, escrever de forma diferente do que escrevia. Escrita como processo de produção de conhecimento e ao mesmo tempo, de produção de si. É seguindo esta proposta que peço licença para, inspirada pelas poetas que me ensinaram, tecer minhas próprias linhas.

Chegou o momento de olhar para o que passou, foi lá em 2019 que tudo começou.

O início de uma trajetória de aprendizado, havia iniciado o doutorado.

A temática de pesquisa era familiar, mas sobre a violência ainda precisava me aprofundar.

Mulheres assassinadas diariamente e a luta contra os feminicídios presente.

O plano de dispersão da temática precisava identificar, para isso algumas perguntas foi preciso anunciar: O que se diz sobre? Quem diz? Em que momento? O feminicídio não acontecia até o dia nove de março de dois mil e quinze?

Estatísticas acerca dos crimes, contexto de seu acontecimento. Quem é o responsável? O Estado ou o algoz? Criam-se leis, portarias e programas, políticas públicas de enfrentamento à violência. É problema pessoal ou político?

Machismo, racismo, patriarcado, colonizador e colonizado. Tudo junto e misturado. Sistemas de poder e violência. Em contrapartida, mulheres na resistência.

Carolina Maria de Jesus me ensinou, em seu diário de uma favelada. A luta contra a fome não é piada.

Outras mulheres se juntaram e conectaram: gênero, raça, classe social. A interseccionalidade nos ajuda a compreender a desigualdade. Qual a soma dessa dura realidade?

Vida precária, vida não passível de luto, política de extermínio. Morrem quantas mil por mês?

E se a gente mandar todo mundo pra prisão, acabar com a situação. É essa a solução?

Mulheres negras na contenção, movimento feminista e mobilização. União. É por nossos direitos e por aquelas que virão. Nossos passos vêm de longe, foi o que aprendi.

Primavera feminista, 8 de março. Aqui e na América Latina ecoa: o estupro é você. Ni una menos, disseram as argentinas. A liberdade é uma luta constante, Angela Davis falou.

Morte e vida ocupando o mesmo espaço. Vou propor um deslocamento, quero chegar do outro lado. Frente ao feminicídio, de que modo se organizam as microlutas pela vida?

Seja nas ruas, avenidas, becos e vielas. Dentro das casas, a luz de velas. Murmurando aos ouvidos ou gritando bem alto: nos queremos vivas, livres e sem medo.

No meio do caminho foi que descobri, várias microlutas acontecendo por aí. O que é aquela aglomeração, parecem corpos reunidos em comunhão. E se transformássemos tudo em poesia?

Foi assim que o slam surgiu, e um novo horizonte se abriu. Tawane Theodoro rimou: é na luta de outras mulheres que buscamos força pro nosso caminhar.

Acontecendo em praças ou dentro das universidades, o slam fala da realidade. Realidade de um povo que sofre, chora, ri e sonha.

Manifestação política, social, artística e cultural. A favor da vida e contra toda forma de injustiça social.

REFERÊNCIAS

Adichie, C. N. (2019). *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das letras.

Adichie, C. N. (2021, 14 de junho). Roda Viva. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=lcefYXhrbS0>

Alves, D. (2020, 3 de fevereiro). Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande completa cinco anos. Midiamax. Recuperado de <https://midiamax.uol.com.br/brasil/2020/casa-da-mulherbrasileira-em-campo-grande-completa-cinco-anos-de-existencia>

Anzaldúa, G. (2000). *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, pp. 229-236.

Anzaldúa, G. (2009). *Como domar uma língua selvagem*. Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Difuso da língua portuguesa, no 39, p. 297-309

Bbc News. (2020, 30 de dezembro). Argentina aprova legalização do aborto: em que países da América Latina o procedimento já é legal. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55476576>

Apêagá (2022). *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna, p.147.

Bento, B. (2021, outubro). Necrobiopoder: maternidades periféricas contra o Estado. In *Cult*, nº 274, 10-15.

Bidaseca, K. (2018). *La revolución será feminista o no será*. Poéticas de los feminismos descoloniales desde el Sur – Buenos Aires: Red de Pensamiento Decolonial, 317 p.

Borges, R. (2020, 9 de março). Dia das mulheres tem protestos no Brasil e em vários países do mundo. El país. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-08/ao-vivo-dia-da-mulher-tem-protestos-no-brasil-e-varios-paises-do-mundo.html>

Brasil. (2013). Presidência da República. Decreto n. 8.086, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher, Viver sem Violência e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm.

- Bueno, S. (2021). Violência contra as mulheres em 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contramulher-2021-v5.pdf>
- Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2020, 10 de julho). De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?. El país Brasil. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judithbutler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>
- Butler, J. (2021, 22 de junho). Judith Butler debate os problemas de gênero com Linn da Quedrada e Jup do Bairro. Canal Brasil. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=DMge3Uc9sUs>
- Carneiro, S. (2022, 26 de maio). Mano Brown recebe Sueli Carneiro. Mano a Mano. Recuperado de <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr?si=KEuovFUaSxaJUxNU6hHZ1g&context=spotify%3Ashow%3A0GnKiYeK11476CfoQEYIEd>
- Collins, P. H. & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Conde, R. (5 de setembro de 2017). Cuidado Mulher! Recuperado de Instagram @slamcamelias.
- Corona, S., Montes, R., Centenera, M., Fowks, J., Torrado, S., España, S., Singer, F., & Jiménez, C. (2020, 8 de março). Maré chilena puxa protestos e milhões de mulheres mostram sua força nas ruas da América Latina. El país. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forcanas-ruas-da-america-latina.html>
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. (pp. 120-139).
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo.

Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.

Davis, A. (2019). *Uma autobiografia*. São Paulo: Boitempo.

Davis, A. (2019a). *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel

Davis, A. & Dent, G. (2019). *Black Feminism: teoria crítica, violências y racismo*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

D'Alva, R. E. (2017). Slam: voz de levante. Instituto Moreira Sales. Recuperado de <https://ims.com.br/filme/slam-voz-de-levante/>

D'Alva, R. E. (2019). *SLAM: voz de levante*. Rebento, São Paulo, n. 10, p. 268-286.

D'Alva, R. E. (2022). Nunca mais. In *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna. p.197

Días-Benítez, M. E. (2020). Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, (pp. 260-283).

Diniz, S. G. (2006). Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites* (pp. 15-44). São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

Diniz, D. (2022, 19 de março). Por que o aborto desperta a fúria patriarcal?. *Ilustríssima Conversa*. Folha de São Paulo. Recuperado de <https://omny.fm/shows/ilustr-ssima-conversa/por-que-o-aborto-desperta-a-f-ria-patriarcal-segun>

Efe. (2018, 25 de agosto). Aborto clandestino é drama para mais de meio milhão de mulheres no Brasil. *Exame*. Recuperado de <https://exame.com/brasil/aborto-clandestino-e-drama-paramais-de-meio-milhao-de-mulheres-no-brasil/>

Ega, F. (2021). *Cartas a uma negra: Narrativa antilhana*. São Paulo: Todavia.

Engel, C. L. (2020). A violência contra a mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf

Estadão. (2020, 4 de fevereiro). Governo não faz repasses a programa de combate à violência contra a mulher. Exame. Recuperado de <https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>

Federici, S., & Valio, L. B. M. (2020). *Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina*. Revista de Estudos Feministas, 28 (2) • 2020 • <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n270010>

Felix, M. (4 de maio de 2015). Slam Resistência. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=9w_7RKirq2E

Félix, T. (19 de agosto de 2020). Clandestinas. Recuperado de Instagram @slamcamelias.

Foucault, M. (2010). *História da Sexualidade I – A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2011). A governamentalidade. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. (pp. 277-293).

Foucault, M. (2014). O sujeito e o poder. In *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (pp. 118-140).

Freitas, D. S. (2020). *Slam Resistência: poesia, cidadania e insurgência*. estud. lit. bras. contemp., Brasília, n. 59, e5915. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40185915>

Freitas, E. (2022). Como mudar essa cena? In *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna.

Gomes, I. S. (2018). *Feminicídios: um longo debate*. Revista Estudos Feministas, 26(2), e39651. Epub June 11, 2018. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651_52

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Grossi, M. P. (1998). Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivoconjugal. In *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres.

hooks, b. (2020). Raça e Gênero. In *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos. (pp. 89-94).

Hüning, S. M., & Gomes, C. A. e R. (2019). *A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios Urbanos*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), e225540. Epub 14 de novembro de 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225540>

Iraci, N. (2019, 20 de novembro). *Mulheres negras: nossos passos vêm de longe e irão muito mais além*. Portal Geledés. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossospassos-vem-de-longe-e-irao-muito-mais-alem/>

Jesus, C. (2000). *Quarto de despejo*. São Paulo, SP: Ática.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lane, R. (2017). Ni una menos. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=VbQ_yOlzWTs

Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm

Lei n.4.784, de 16 de dezembro de 2015. Instituiu o dia 25 de novembro como o “Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência contra a Mulher”. 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Não se case. Recuperado de <https://www.naosecale.ms.gov.br/16-dias-de-ativismo/>

Lei n. 14.132, de 31 de março de 2021. Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114132.htm

Lei n. 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm

Lei n.14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114188.htm

Levischi, B. (2019, 18 de março). Contra o machismo: lembre 8 hashtags que mudaram um pouco o mundo. *Universa Uol*. Recuperado de <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/18/oito-hashtags-transformadoras-de-mulheres-e-para-mulheres.htm>

Lima, F. (2018). *Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70 (n. spe), 20-33. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672018000400003&lng=pt&tlng=pt.

Lopes, N. & Simas, L. A. (2020). *Filosofias Africanas: uma introdução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lorde, A. (2019, maio). A poesia não é um luxo. In *Cult*, nº 245. Recuperado de <https://revistacult.uol.com.br/home/audre-lorde-a-poesia-nao-e-um-luxo/>

Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. (pp. 52-83)

Machado, J. (2020, 24 de janeiro). *Governo discute ações de combate ao feminicídio em MS*. Governo do estado Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.ms.gov.br/governodiscute-acoes-de-combate-ao-feminicidio-em-ms/>

Maia, C. (2019). *Sobre o (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica*. História, Assis/Franca, v. 38, e2019052. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742019000100309&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019052>.

Marchao, T. (2017, 8 de março). Nascido de tragédia argentina, Ni una menos tenta parar mulheres por direitos e leis. Uol Internacional. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragediaargentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>

Mbembe, A. (2018). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo, SP: n-1edições.

Melo, F. (2020). *Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e72564 DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n372564

Mendes, F. (2022, 6 de abril). STJ decide que Lei Maria da Penha também se aplica a mulher trans. Brasil de Fato. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/06/stj-decide-que-lei-maria-da-penha-tambem-se-aplica-a-mulher-trans-leia-repercussao>

Miguel, L. F. (2021). *O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira*. cadernos pagu (62), 2021:e216216 Recuperado de <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>

Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Morrison, T. (2019). *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Nhandewa, S. B. G. (2021, julho). Uma mulher guarani nhandewa. In *Cult*, n° 271, 32-33.

- Oliveira, É. C. S., Rocha, K. dos A., Moreira, L. E., & Hüning, S. M. (2019). "Meu lugar é no cascalho": políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 179-184. Epub December 20, 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043
- Oliveira, R. R., Rocha, K. A., Oliveira, E. C. S. (2022). *Contraescritas Feministas: educação das meninas de pedra*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 30(2): e77563 <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277563>
- ONU Mulheres. (2014). *Modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres (femicídios/feminicídios)*. Recuperado de https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf
- Oyewumí, O. (2002). Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In *The African Philosophy Reader* (pp. 391-415). Routledge. Recuperado de https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf
- Oyewumí, O. (2020). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo. (pp. 84 – 95).
- Palmeira, L. V. S. (2020). *Gloria Anzaldúa, uma chicana entre-fronteiras*. *Revista Equatorial*. V. 7 N. 12.: GÊNERO, DESLOCAMENTOS E FRONTEIRAS NO/DO MUNDO CONTEMPORÂNEO DOI 10.21680/24465674.2020v7n12ID18504
- Parra-Valencia, L. (2021). *África em nosotras y nosotros. Um tambor que resuena en el cosmos*. *Revista Colombiana de Ciencias Sociais*. V. 12, p. 15-21.
- Parra-Valencia, L., & Galindo, D. (2019). *Colonialidad y Psicología: el desarraigo de la sabiduría*. *Revista Polis e Psique*, 9(1), 186-197. Recuperado em 31 de outubro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000100011&lng=pt&tlng=.
- Pasinato, W. (2011). "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, pp. 219-246. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332011000200008&lng=en&nrm=iso

- Peixoto, C. (2022). *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna, p.203
- Peixoto, E. (2022). Miscigenação. In *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna, p.55
- Piedade, V. (2017, 23 de dezembro). A dororidade e a dor que só mulheres negras reconhecem. Geledés. Recuperado de https://www.geledes.org.br/dororidade-e-dor-que-so-as-mulheres-negras-reconhecem/?gclid=CjwKCAjwv-GUBhAzEiwASUMm4p7zgCbT-ULAzPRspEOdpOtiJ_8t2uxygQMD2w2wm3QA1wd7LDsfvxoCdwQQAvD_BwE
- Prates, M. A., Guareschi, N. M. de F., Reis, C. (2021). *O que a juventude negra do SLAM tem a dizer para a psicologia social?* PSICOLOGIA & SOCIEDADE, 33, e251657 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33251657>
- Puã, B. (2022). *A Língua quando poema: uma coletânea de poemas latino-americanos*. São Paulo: Baderna, p.153
- Preciado, P. B. (2017). *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Reina, E., Centenera, M., Torrado, S., & Jucá, B. (2018, 27 de novembro). América Latina é a região mais letal para as mulheres. El país. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html
- Rodrigues, F. (2020, 4 de fevereiro). Governo não faz repasse à programa de violência contra a mulher. Recuperado de <https://exame.com/brasil/governo-nao-faz-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>
- Rodrigues, C. e Filardi, I. (2021, 15 de dezembro). Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país. CNN Brasil. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>
- Romio, J. (2019). *Sobre o Femicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.79- 102. <https://doi.org/10.11606/issn.21768099.pcs0.2019.159745>

- Rousseff, D. (9 de junho de 2020). No Brasil, só tem um jeito de salvar a democracia, é tirar Bolsonaro. El país tv. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-09/el-pais-entrevista-ao-vivo-dilma-rousseff-nesta-quarta-feira.html>
- Sagot, M. (2013). *El femicidio como necropolítica en Centroamérica*. Labrys Estudos Feministas, Brasília, Montreal, Paris, n. 24, jul.-dez.
- Segato, R. L. (2013). *La escritura em el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez: territorio, soberania y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Silva, V. R. C. da, & Nascimento, W. F. do. (2019). *Políticas do amor e sociedades do amanhã*. Voluntas: Revista Internacional De Filosofia, 10, 168–182. <https://doi.org/10.5902/2179378639954>
- Sousa, T. T. L. de. (2016). *Feminicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista*. Ex aequo, (34), 13-29. <https://dx.doi.org/https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.02>
- Souza, S. M. J. de. (2018). *O feminicídio e a legislação brasileira*. Revista Katálysis, 21(3), 534-543. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534>
- Theodoro, T. (9 de fevereiro de 2021). *Eu não queria ser feminista*. Slam Resistência. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=TUtWCloEKd8>
- Vergés, F. (2021). *Uma teoria Feminista da violência*. São Paulo: Ubu Editora.
- Viana, J. (2017). Projeto de Lei do Senado n°191. Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340 de 7 agosto de 2006 – Lei Maria da Penha -, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero. Senado Federal. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129598>
- Viana, C. (2018, 7 de novembro). *Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas. Câmara dos deputados*. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/noticias/547491-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora/>
- Vilela, P. R. (2022, 27 de abril). *Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas do país*. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>

Yafusso, P. M. (2020, 7 de fevereiro). Reunião discute o Plano Estadual de combate ao Femicídio em Mato Grosso do Sul. Governo do estado Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.ms.gov.br/reuniao-discute-o-plano-estadual-de-combate-ao-femicidio-em-matogrosso-do-su>